

RECORTES DE IMPRENSA

DOSSIÊ DIGITAL

FORTES E FORTIFICAÇÕES

ri_dd_10_2011



INTRODUÇÃO

Tendo por base o pedido realizado a 20/04/201 apresentamos o dossiê digital que se segue.

Para qualquer assunto relacionado com este pedido de informação, contacte:

Serviço Recortes de Imprensa

Município de Oeiras/DPHCB/DBDI/Biblioteca Municipal de Oeiras

Av. Francisco Sá Carneiro, Nº. 17, 2780-241 Oeiras

Ext.: 52526

Telef.: 214 406 340/1 | E-mail: cesar.ferreira@cm-oeiras.pt

Página CMO: <http://www.cm-oeiras.pt>

Catálogo RBMO: <http://catalogo.cm-oeiras.pt>

Blogue RBMO: <http://oeiras-a-ler.blogspot.com>

Facebook RBMO: <http://www.facebook.com/bibliotecasmunicipaisdeoeiras>



OEIRAS: UM SALTO DO PASSADO PARA O FUTURO

FORTIFICAÇÕES E PALÁCIOS

NUM ROTEIRO DE MONUMENTOS

Embora não possua edifícios religiosos verdadeiramente notáveis, o concelho de Oeiras conserva, mesmo assim, dois significativos exemplos de arquitectura militar e civil que avultam entre os imóveis realmente importantes do País, nomeadamente o Palácio dos Condes de Oeiras (mais conhecido pelo Palácio do Marquês) e o Forte de S. Julião da Barra.

Por outro lado, não se pode deixar de assinalar a presença de alguns fortes costeiros que, sem possuírem a monumentalidade do de S. Julião da Barra, constituem, por vezes, excelentes exemplos das antigas concepções sobre a arquitectura militar. Todos construídos no tempo de D. João IV, após a Restauração, esses pequenos fortes apresentam uma nota característica na beira-mar, prolongando-se pelo concelho de Cascais, até ao Guincho.

Será difícil qualificar e colocar cronologicamente os monumentos e edifícios notáveis do concelho de Oeiras. No entanto, a História assinala que dos mais antigos, com construção datada ainda no século XV, se salienta a capela de S. Sebastião (modesto e abandonado templo cuja fundação é desconhecida, tendo sido restaurado nos finais do século XVIII), o Palácio dos Arcos (antiga casa nobre, dos condes de Alcôcovas, da qual a freguesia

tirou o nome, e que, apesar de ser restaurado no século XVIII, conserva ainda o sabor da traça quinhentista no corpo central, com os seus três arcos unindo os torreões); e o Convento da Cartuxa (fundado em 1595 e reconstruído em 1736). Igualmente datam daquele século os Fortes do Bugio e de S. Julião da Barra.

★ A TORRE DO BUGIO

Construído à entrada da barra, frente a Santo Amaro, e também conhecido por Torre do Bugio é um magnífico exemplo das fortalezas redondas do Renascimento, lançadas pelos arquitectos italianos Giovanni e Vincenzo Cassale. A obra foi iniciada pouco depois de 1588. De assinalar que, na forma circular do Forte do Bugio, se encontra uma das constantes preocupações dos autores dos tratados de arquitectura da época renascentista, para os



Praia e Forte de S. Julião da Barra. O convite refrescante da extensão arenosa ao lado da um tanto circunspetiva monumentalidade militar.

quais o círculo e o quadrado eram as formas geográficas perfeitas.

Por seu turno, o Forte de S. Julião da Barra foi cons-

truído em ponto estratégico que domina a entrada da barra, num saliente rochoso já no extremo do concelho, sendo um notável exemplo de fortificação. Principado, ao que parece, pouco depois de 1580, é atribuído, segundo alguns, a Leonardo Turriano, segundo outros, a Giacomo Palearo, ambos arquitectos italianos que, no século XVI, estiveram ao serviço de Portugal.

Aliás, o concelho de Oeiras é rico em fortalezas deste tipo, nomeadamente o Forte dos Maia (construído em 1644, possuindo uma capela no interior que conserva um revestimento de azulejos datados de 1754); o Forte Velho, ou do Areiro (junto à praia de Santo Amaro e construído em 1659); o Forte do Catalaze (edificado no século XVIII); o Forte da Giribita (situado no extremo da praia de Caxias, construído em 1649); e o Forte de S. Bruno (frente à estação de Caxias, mandado construir por D. João IV, em 1647).

★ O PALÁCIO POMBAL

O edifício mais notável do concelho poderá considerar-se aquele que serviu de residência a Sebastião José de Carvalho e Melo, o primeiro Marquês de Pombal e Conde de Oeiras.

Atribuído ao arquitecto húngaro Carlos Mardel, que veio para Portugal em 1733, o belo exemplar do chamado

«estilo pombalino» seria terminado mais tarde. Possui uma capela (Nossa Senhora das Mercês) com decoração de estuque e pinturas do século XVIII (de André Gonçalves), numerosas salas com tectos de madeira ou decoração de estuque, das quais a Sala da Concórdia apresenta no tecto uma pintura com os retratos do Marquês e de seus irmãos Francisco e Paulo. São igualmente notáveis os azulejos, quer do interior quer do exterior (polícoros na fachada dos torreões). Na sala de jantar existem lavatórios com sereias de mármore e duas estátuas de Machado de Castro (Alfeu e Arelusa), datadas de 1774. Dignos de ver são também a Igreja de S. Pedro (temple, espaçoso, de uma só nave, restaurado no final do século XVIII); a capela de Nossa Senhora da Piedade (datada de 1761); a Igreja Matriz (de invocação de Nossa Senhora da Purificação, é templo do século XVIII que, para além de algumas pinturas, conserva ainda um órgão antigo); a capela de Nossa Senhora do Porto Salvo (do tipo rural, com alpendre restaurado e acrescentado no século XVII); o Palácio do Egípcio (do século XVIII, agora pertença da C.M.O.), bem como a Quinta do Torneiro, ou de Nossa Senhora dos Anjos, a Quinta do Jardim (que datam do século XVIII) e a Quinta da Tenugem (pertencente à câmara).

UMA VASTA REDE DE TRANSPORTES

Pode dizer-se que o concelho de Oeiras é servido por todos os meios de transporte e de comunicação, à excepção dos transportes aéreos.

Atravessado a norte e a sul pelos caminhos-de-ferro de Sintra e do Estoril, é servido pela grande estrada marginal Lisboa-Cascais e pelo troço da auto-estrada que, partindo de Lisboa, serve o Estádio Nacional, com ligação à estrada marginal, no sítio da Gibalta. Dispõe de uma rede de estradas nacionais e municipais que o cruzam em todas as direcções, destacando-se a estrada que, de Belém, atinge o Cacém, entrando no concelho de Oeiras próximo da Portela de Carnaxide, onde cruza com a auto-estrada, atravessando-a até Queluz e servindo-

-lhe de limite até à povoação de Tercena.

Transportes de camionagem cruzam as suas estradas em todos os sentidos, assegurando as ligações dos caminhos-de-ferro com as povoações interiores e servindo estas entre si.

O concelho dispõe ainda de um troço de linha de carros eléctricos que estabelece ligação entre a capital e as localidades ribeirinhas desde Alguís até ao Estádio Nacional. É ainda servido por diversas estações de correios e telégrafos, dispondo de uma vasta rede telegráfica e telefónica.

No domínio das telecomunicações, existem na sua área diversas instalações oficiais e particulares, para fins cíveis e militares, de rádio e cabo submarino.

CALLIXTO, Carlos Pereira

A exposição da Câmara de Oeiras: As fortificações da enseada de Paço de Arcos / Carlos Pereira Callixto.

In: O Dia.-Lisboa.- (11 Abr 1985), p. 21.

Exposição / Fortificações / Concelho de Oeiras / 1985

Cota: RI/37727 CMO

[37727]



Centro de Documentação e Informação

15 ABRIL 1985

O DIA 21

MAGAZINE

As fortificações da enseada de Paço de Arcos

A exposição da Câmara de Oeiras

Nos confins da Praia do Guincho, entre a agreste orla marítima, que vem de Cascais e vai morrer nos contrafortes da Serra de Sintra e nas penedias do Cabo da Roca, num esporão rochoso, que entra pelo mar, mandando o Conde de Cantanhede — como ainda, com algum esforço se pode ler na lápida situada sobre a sua porta de entrada — construir a penúltima fortificação da Praça de Cascais a Oeiras da Vila — o Forte do Guincho.

A possibilidade real de se repetir a proeza realizada pelo Duque de Alba, em 1580, a conquista de Lisboa a partir de um desembarque entre Cascais e a Praia do Guincho, foi uma das maiores preocupações das nossas autoridades militares salidas da Revolução Restauradora de 1 de Dezembro de 1640.

Quando D. João IV foi aclamado rei, entre o Cabo da Roca e a Torre de Belem, existiam apenas três fortificações: a Fortaleza de N.º 5.ª da Luz de Cascais, que em 1580 resistira somente duas horas ao cerco espanhol, a Fortaleza de São Julião da Barra, que, dominada pelas Bocas de fogo do invasor, montadas a Norte, se rendeu e a Fortaleza de Santo António da Barra, então conhecida por Forte Novo por ter sido começada a construir por ordem de Filipe I em 1590.

Apenas dispondo, para a defesa de tão vasta extensão de costa, de mais um ponto fortificado que no tempo de D. António Prior do Crato, o Conselho de Guerra, entidade criada por D. João IV, a 11 de Dezembro de 1640, para coordenar o esforço de guerra, teve que se adaptar às circunstâncias.

A necessidade de, perante a real, e constante ameaça de uma esquadra inimiga tentar forçar a Barra do Tejo e avançar sobre Lisboa, simultaneamente, por um ataque naval directo às Fortalezas de São Julião e do Bugio (ou São Lourenço da Cabeça Seca) e com

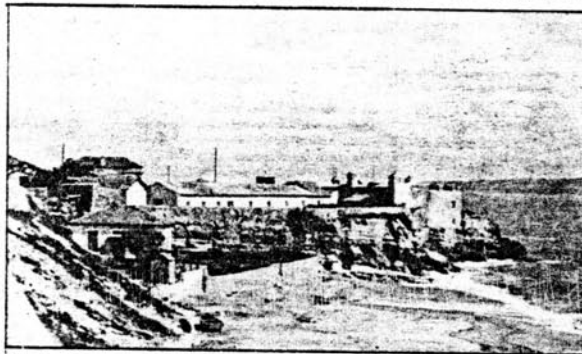
tropas desembarcadas em tão extenso litoral, impunha a construção imediata de uma forte linha defensiva. Porém a falta de recursos financeiros fez demorar o aparecimento de tão útil, como necessário, meio de defesa.

Após as primeiras obras de reforço dos pontos fortificados já existentes, iniciadas em Cascais a ordem do Conselho de Guerra Maritim Afonso de Melo para esta Vila despachado, por decisão do Conselho de Guerra de 19 de Dezembro de 1641, foi no actual território do Concelho de Oeiras que, em Abril de 1642, se deu começo à construção das duas primeiras fortificações da futura Linha Fortificada de Lisboa ao Cabo da Roca tendo o próprio D. João IV, com a sua presença no local dos trabalhos, demonstrado o seu interesse próprio, e a importância que as mesmas tinham para a defesa de Lisboa.

OS FORTES DE PAÇO DE ARCOS E DAS MAIAS

Sob as ordens de D. José de Meneses, Governador da Fortaleza de São Julião da Barra, simultaneamente, na povoação de Paço de Arcos e na ponta rochosa que forma a extremidade Leste da Enseada de Santo Amaro de Oeiras, foi dado início à construção dos Fortes de São Pedro e de São João das Maias.

Na Torre do Tombo, nas Consultas do Conselho de Guerra encontra-se, no Maço 2B, o documento N.º 90, o primeiro de uma longa série de informações ineditas sobre a construção destes dois pontos fortificados. Trata-se de uma Consulta, datada de 16 de Abril de 1642, assinada pelo Conde Penaguião e por João da Costa, na sua qualidade de conselheiros de guerra, a proporem ao monarca para Tenentes, ou Governadores, dos «Redutos de Paço de Arcos e da Foz de Oeiras» (como então se designavam es-



O Forte de São João das Maias, hoje colónia de férias dos serviços sociais das Forças Armadas

tas fortificações) dois oficiais, os capitães Miguel António e António Viegas de Colônia, indigitados para os cargos pelo Governador da Fortaleza de São Julião da Barra.

D. João IV, muito acertadamente, deu, a 26 do mesmo mês o seguinte despacho:

«Trata-se de que nesta Consulta se aponta depois de estarem acabadas estas fortificações e guarnecidas de artilharia».

No Forte de São João das Maias, hoje adaptado a Colónia de Férias dos Serviços Sociais das Forças Armadas encontra-se a seguinte lápida: «He do Rei nosso senhor D. João 4.º Alvará de Sousa o fez fazer. Ano 1644.»

Esta pedra informação corresponde, exactamente, ao conteúdo da Consulta de 30 de Janeiro de 1644 que dá a fortificação como acabada, podendo «ser nomeado seu Capitão, ou Governador, oficial esse já não indigitado dois anos atrás por D. José de Meneses, Governador da Fortaleza de São Julião da Barra (e tio do Conde de Cantanhede) haver sido destituído do seu cargo.

UMA LOUVAVEL INICIATIVA DE OIRAS

No concelho de Oeiras, entre Algués e a Praia de Carcaveiros, existem, além do maior ponto fortificado do litoral continental português — a Fortaleza de São Julião da Barra — exemplares, bem conservados, de todas as

de a mais alta antiguidade, os meios de defesa, ou seja, um Castro, como tantos existem em Portugal, um Castelo ameado, como o de Sesimbra, e uma defesa costeira moderna como a que existe a Sul da Praia da Caparica.

Seria natural, num Município tão rico em fortificações antigas que a sua utilidade se interessasse por este invejável património

por Carlos Pereira Callixto

fortificações construídas após o aparecimento da Artilharia.

Assim teremos, por exemplo e, por ordem de antiguidade: Fortaleza de São Julião da Barra, reinado de D. João III; Forte de São Bruno de Caxias, reinado de D. João IV; Forte de N.º 5.ª de Catalazete, reinado de D. José; Linha Fortificada de Oeiras, Regência de D. João, 1809/1910; Bateria do Areiro, reinado de D. Carlos.

Verifica-se, assim, faltarem, no território do Concelho de Oeiras, apenas, três tipos de fortificações para completar uma coleção completa das várias fases porque passaram, des-

Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar procurou, esta diligente funcionária municipal, como se lê no interessante e útil catálogo da exposição «alertar para a conservação do Património que nos resta, através da sensibilização da população do Concelho de Oeiras para tudo o que é susceptível de a ligar afectivamente ao local onde nasceu ou reside».

Sendo esta exposição uma realidade, que muito honra a Câmara de Oeiras por ter sido, verdadeiramente, o primeiro município do litoral, do interior, ou da fronteira terrestre, a publicamente pôr em relevo, com verdade histórica, a importância e o valor patrimonial das nossas fortificações antigas, parece-me poder dizer, modestia à parte, não ter sido em vão o esforço despendido durante toda a minha vida. Começaram, também, outros a interessar-se.

Bem haja dra. Manuel da Costa Guedes! Falta, porém, algo a fazer e é urgente. De todas as fortificações existentes no Concelho só três estão classificadas. O Decreto n.º 41 191 de 8 de Julho de 1957 classificou o «Forte de S. Julião da Barra», aliás Fortaleza de São Julião da Barra, e a Torre do Bugio, e em 1978 por outro Decreto de 12 de Setembro, como Imóveis de Interesse Público quando bem mereciam os dois primeiros a categoria de Monumentos Nacionais.

E as outras fortificações existentes no litoral concelhio quando serão classificadas? Respeitosamente para este tão urgente assunto chamo a atenção do senhor presidente da Câmara Municipal de Oeiras.

Sim, senhor presidente, as fortificações costeiras do vosso concelho merecem, pelo seu

Como um relógio de pulso

Invento faz surdos ouvirem

Ana Maria, 33 anos, pintora, e Fátima Gonçalves, 24 anos, introduzida de dados, ouviram na terça-feira pela primeira vez nas suas vidas sons tão simples como o toque do telefone e da campainha da porta.

Fátima e Ana Maria, surdas-mudas, não escutam propriamente os sons dos aparelhos, mas sentiram-nos pela primeira vez graças a um pequeno aparelho igual a um relógio de pulso. O aparelho, baptizado de «Basil», é um invento de Jaime Filipe e Pedro Sousa, da Associação Portuguesa de Criatividade, e pode vencer, a baixo preço, o problema da surdez total.

Em plena Avenida Almirante Reis, em Lisboa, Fátima Gonçalves, uma surda-muda de nascença, sentiu a presença de um carro quando este buzinou. Foi a primeira vez, de costas, que Fátima sentiu um automóvel aproximar-se.

A experiência, efectuada pelo inventor Jaime Filipe, também presidente da Associação Portuguesa de Criatividade, serviu para provar que o «Basil» pode ajudar efectivamente os cerca de 200 mil portugueses com problemas auditivos e milhões de outras pessoas no mundo.

O aparelho, formado por duas peças ligadas por um fio, contém um microfone, um potenciômetro, uma bateria, um acumulador e dois amplificadores. «O sistema é simples como o ovo de Colombo e assinala, com vibrações, quando há uma variação repentina da intensidade do som ambiente» — disse o inventor Sousa, 20 anos, que utilizou o motor de um canhão de brinquedo para fabricar o primeiro protótipo.

«Não existe nenhum aparelho deste tipo no mundo» — admite Jaime Filipe. «Os aparelhos existentes para surdos custam todos «na ordem das centenas de contos e es-

te, quando muito, poderá vir a custar dez contos» — adianta Pedro Sousa.

O grande problema é agora registar a patente e encontrar quem se disponha a comercializar o invento. A Ceneul já foi avisada da existência do «Basil» e os seus técnicos vão dar uma resposta «nos próximos dias» — revelou Jaime Filipe.

Registar internacionalmente uma patente custa mais de mil contos — adiantou, apontando os vários inventos seus «roubados» por empresas estrangeiras. «Vários inventos meus foram depois postos à venda no Canadá e Estados Unidos» — afirmou.

Quanto ao «Basil», vai ser apresentado no dia 18 no Salão Internacional de Inventos de Genebra, ficando a patente automaticamente registada e defendida durante um ano, segundo as regras internacionais.

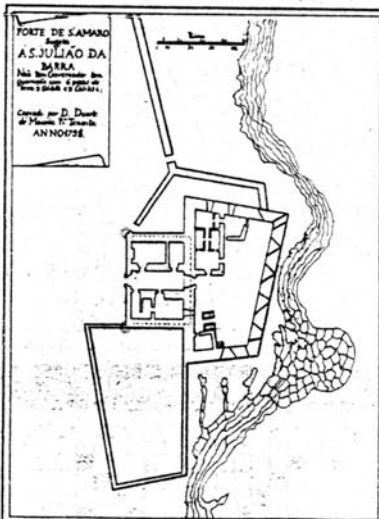
Se não houver resposta

afirmativa da Ceneul ou de outras empresas ou entidades portuguesas, é provável que dentro de alguns anos os surdos portugueses tenham de dispendir várias centenas de contos para comprar um exemplar deste invento português — admite Pedro Sousa.

O «Basil», assim baptizado graças a uma tia de Jaime Filipe chamada Basilisa, é hoje um aparelho igual a um relógio de pulso que vibra quando um som diferente interrompe repentinamente no ar.

Ana Maria, campeã de ping-pong, considera o invento uma grande ajuda e espera vir a utilizá-lo também como desportista.

Fátima Gonçalves, ginasta do Sporting, não gosta de aparelhos e nunca usou os dois que tem lá em casa. Não ficou muito impressionada com a experiência, mas reconhece que a vibração no pulso lhe permite sentir sons nunca antes experimentados.



Planta, datada de 1798, do Forte de Santo Amaro, que, em conjunto com o Forte das Maias, defendia a enseada de Santo Amaro de Oeiras

Com a ajuda de documentação, e desenhos, das várias fortificações, cedidos pelo Arquivo Histórico Militar e Gabinete de

grande valor artístico, cultural e militar, a protecção que nunca tiveram. Vamos tratar da sua classificação!

TEACHER'S «Engarrafado na Escócia»

AS BATERIAS MARÍTIMAS DE OEIRAS

por Carlos Pereira Callixto

A defesa da Barra do Tejo, no desejo de impedir ao inimigo, em geral o espanhol, o acesso ao Porto de Lisboa e à Capital do Reino, como com inteiro sucesso, realizou, no ano de 1580, o Duque de Alba com o desembarque a Oeste de Cascais, foi a grande preocupação dos Restauradores de 1640 que, a partir de apenas 5 fortificações, então existentes na margem Norte — as Torres de Belém de São Glão, de Cascais e a Fortaleza de Santo António da Barra — empreenderam a construção de uma Linha Fortificada, entre Belém e o Cabo da Roca, composta por 25 fortes.

Após os trabalhos de fortificação da Barra do Tejo, realizados durante a Guerra da Restauração, da construção do Forte de Catalazete e da Bateria do Bom Sucesso, respectivamente levantados nos reinados de D. José e de D. Maria I e da montagem de algumas Baterias, de carácter provisório, pouco antes da 1.ª Invasão Francesa e no reinado de D. Miguel, Lisboa, tanto pelo lado de terra como de frente ao rio, estava, em meados do século passado, praticamente aberta a qualquer ataque.

As defesas erguidas no rei-

nado de D. João IV, encontrando-se desactualizadas ou destruídas, e sendo na esmagadora maioria impossível a sua recuperação, foi decidido proceder-se à construção de novos pontos fortificados, adaptados aos progressos então realizados na construção naval e nas novas táticas guerreiras.

As, então, novas fortificações

Por um Decreto, datado de 2 de Março de 1857, o Marechal do Campo, José Feliciano da Silva Costa, Comandante-Geral do Corpo de Engenheiros, foi encarregado de estabelecer um plano de defesa de Lisboa e do seu porto, da Barra do Tejo e, também, do Península de Setúbal.

Ainda foram criadas três comissões de oficiais para a elaboração dos projectos das obras militares a construir, mas esta tentativa, para dotar Lisboa de meios de defesa adequados ao seu tempo, não resultou e foi necessário esperar, ainda, muitos anos, para se iniciar a construção de novos pontos fortificados.

Segundo o «Relatório da Comissão das Fortificações do Reino», apresentado em

Lisboa a 14 de Novembro de 1885, pelo Major Silvestre de Andrade, da Arma de Artilharia, e pelos Capitães de Engenharia António Sarmento da Fonseca e Teófilo José da Trindade, «de 1852 a 1856 sendo Governador o General Cabelra, Barão da Vitória da Batalha, foi restaurada» a Torre de São Julião da Barra «e reparados os seus baluartes, cortinas e terraplenos. Foi por iniciativa deste general que se erigiu, em 1853, nos seus terrenos de góla, no campo da Cruz do Algueirão, um monumento à memória do ilustre Tenente-General Gomes Freire de Andrade, enforcado ali em 18 de Outubro de 1817, depois de lhe terem sido cortadas as mãos».

Nesta referência à última reedificação feita na Fortaleza de São Julião da Barra antes da grande, e infrutífera, adaptação aos poderosos meios navais em desenvolvimento, há uma pequena rectificação a favor. Os autores escreveram: «Cruz do Algueirão», como muito boa gente também diz, mas na realidade este local chama-se Cruz do Argueirão.

O mesmo relatório citado acrescenta que «depois de 1856 poucos mais reparos se fizeram» na Torre de São Julião da Barra, «até que, em

Fevereiro de 1876, começou a construção das novas baterias de costas, formando dois andares, sendo a inferior destinada a montar 4 peças de costa de grosso calibre, em casamatas blindadas e a superior armada com 4 peças Krupp, de costa, de 20 centímetros e de 22 calibres de comprimento, a barbeta».

Para esta obra se efectuar foi necessário destruir «toda a antiga frente abaluartada, que era constituída pelos meos baluartes de Santo António e de Nossa Senhora da Conceição, respectiva cortina compreendida e bateria baixa avançada, que lhe correspondia, denominada bateria dos Apóstolos cuja construção datava de 1641». Quem hoje visitar a Torre ou Fortaleza de São Julião da Barra já nada verá destas adaptações às, então, modernas necessidades bélicas, pois tudo foi derrubado e, na medida do possível reposto, mais ou menos, na forma original.

AS OITO BATERIAS NOVAS DE OEIRAS — Após os trabalhos de adaptação realizados na Torre de São Julião da Barra, a partir de 1876, na Foz dos Tejo e nas suas proximidades, foram levantados, até à Grande Guerra, 8 pontos

fortificados, o último dos quais, em 1918 por falta de cimento, durante o conflito, não foi concluído. Eram os seguintes:

FORTE DE CAXIAS ou de S. Luís — Projectado pelo Coronel de Engenharia Domingos Pinheiro Borges, foi começado a construir a 2 de Agosto de 1878, sob a direcção do Capitão de Engenharia Fernando E. de Serpa.

Trata-se do famoso Forte de Caxias que, desde 19 de Maio de 1938, esteve em poder da PVDE antepassada da PIDE.

BATERIA DA LAJE ou de D. Maria Pia — Projectada pelo Major de Engenharia Firmino José da Costa, foi começada a construir a 1 de Março de 1887, sob a direcção do Capitão de Engenharia Sarmento da Fonseca.

Ainda existente, e em serviço, tem 3 peças de artilharia e depende do Regimento de Artilharia de Costa (RAC).

REDUTO DUQUE DE BRAGANÇA — Iniciada a sua construção, a 1 de Março de 1887, como o anterior, foi erguido sob a direcção do mesmo oficial.

Com a implantação da República o seu nome passou, primeiro para Reduto da Medrosa e depois para Gomes Freire.

Desde 1968 aí está instalado o Quartel-General do Co-

mando da Área Ibero-Atlântica.

BATERIA DE SÃO GONÇALO — Projectada pelo Tenente de Engenharia Aquiles Alfredo da Silveira Machado começou a ser construída, no dia 21 de Maio de 1890, sob a direcção do mesmo oficial.

Actualmente, esta antiga fortificação, encontra-se fechada e ao abandono, bem merecendo ser recuperada.

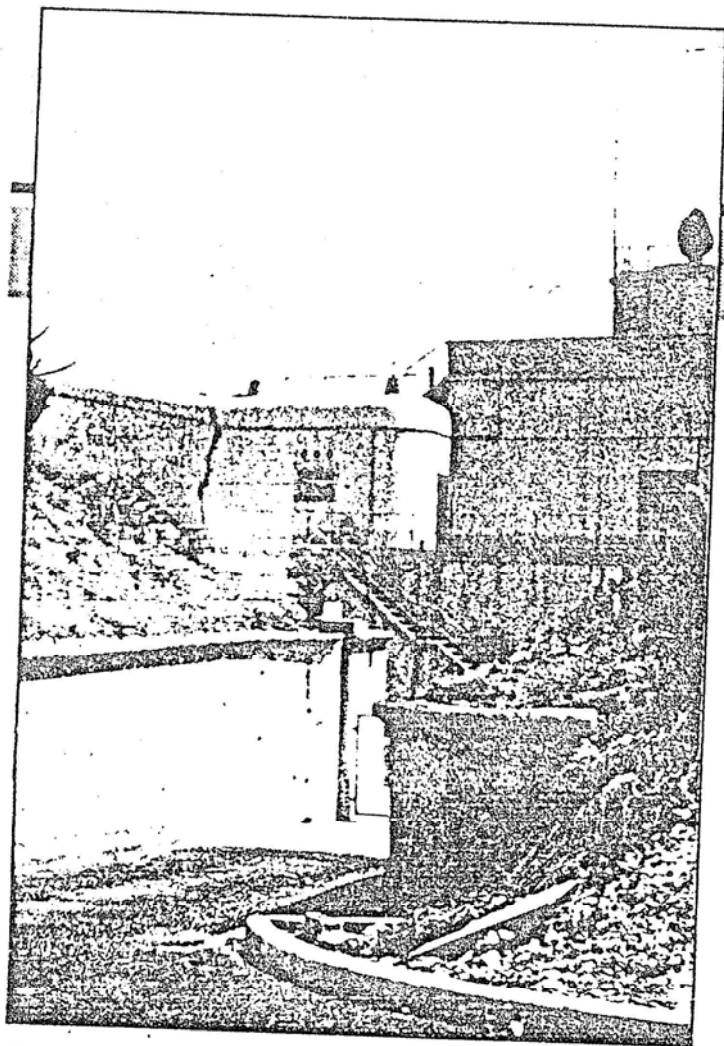
BATERIA DE SANTO AMARO ou de D. Amélia — Projectada pelo Capitão de Engenharia Teófilo José da Trindade, no ano de 1896, já em 1903 estava concluída.

Desta fortificação nada existe por, nos anos quarenta, ter sido arrasada e o local terraplenado para se lançarem a Rua Guilherme de Oliveira e as Avenidas da Boa Vista e Duarte Pacheco.

BATERIA DAS FONTAINHAS — Projectada pelo Capitão de Engenharia Carlos Augusto de Sá Carneiro foi iniciada a sua construção, a 9 de Julho de 1902, sob a direcção do Capitão de Engenharia Sá Nogueira.

Encontra-se, actualmente, habitada por diversas famílias.

BATERIA DO AREIRO — Projectada, no ano de 1903, pelo Major de Engenharia An-



Bateria do Areeiro

tónio Augusto Nogueira, foi iniciada a sua construção no dia 16 de Junho de 1904, sob a direcção do Capitão de Engenharia Augusto Vieira da Silva.

BATERIA DO CARRASCAL — Projectada, no ano de 1912, pelo Capitão de Engenharia Carlos Augusto de Sá Carneiro e iniciados os trabalhos de construção, estes vieram a parar, no ano de

1918, por falta de cimento resultante do estado de guerra.

Encontrando-se, após o conflito europeu, o projecto inicial já desactualizado e ultrapassado, veio a ser adaptada a Paiol de Munições, onde, a 26 de Novembro de 1967, se deu uma explosão que tudo destruiu. Actualmente, desta inacabada fortificação, nada existe.

CALLIXTO, Carlos Pereira

A bateria das Fontainhas / Carlos Pereira Callixto.

In: Correio da Manhã.-Lisboa.- (29 Jan 1989), p. .

Marina de Oeiras / Fortificações / Forte de Nossa Senhora das Mercês / Bateria das Fontainhas / Bateria da Laje / Bateria da Praia de Santo Amaro / Zona ribeirinha / Oeiras / 1989

Cota: RI/15003 CMO

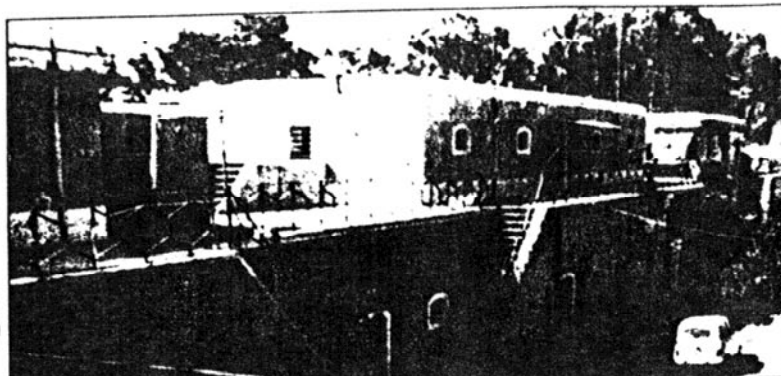
[15003]



Centro de Documentação e Informação

A BATERIA DAS FONTAINHAS

por Carlos Pereira Callixto



A Bateria das Fontainhas vista do lado de terra

NO REINADO DEL REI D. CARLOS
SENDO MINISTRO DA GUERRA O GENERAL
LUIZ AUGUSTO PIMENTEL PINTO
FOI MANDADA CONSTRUIR E ARTILHARESTA
BATERIA INICIANDO-SE OS TRABALHOS
A 9 DE JULHO DE 1902

Lápida da Bateria das Fontainhas comemorativa da sua construção

Já me chamaram a atenção, por diversas vezes, ter-me referido ao Forte de Nossa Senhora das Mercês de Catalazete, a última das quais num artigo, nestas páginas, publicado no dia 23 de Novembro passado, a propósito da projectada Marina a ser construída entre a Torre de São João da Barra e o Forte de Santo Amaro de Oeiras e do recelo que senti de que este incontestável melhoramento turístico fosse alterado, para pior, a precária situação em que esta velha fortificação se encontra.

De todos os meus apelos, feitos mesmo, anos atrás, uma vez na Televisão, e de tantos artigos na imprensa até que entim alguém os ouviu.

Do dr. Isaltino de Moraes, o dinâmico Presidente da Câmara que, com a construção da Marina, tudo indica querer devolver o Concelho de Oeiras às suas antigas ligações com o Tejo e o mar, recebi, a 19 de Dezembro passado, a seguinte comunicação:

Tomei conhecimento das preocupações de V. Exa. pelo futuro do Forte de Nossa Senhora das Mercês de Catalazete, face à construção de uma Piscina Oceânica, Porto de Recreio e Passeio Marítimo, entre a Praia da Torre e o Motel.

Sendo V. Exa. um «expert» em matéria de fortificações e autor de numerosas obras, aprez registar a sua preocupação face ao empreendimento, todavia, a Câmara Municipal de Oeiras sempre pautou a sua actuação pelo desenvolvimento em todas as suas vertentes.

Nesta medida, tenho a honra de informar V. Exa., que o projecto permitirá a valorização da zona ribeirinha, aproveitando sempre que possível os recursos naturais e preservando as construções existentes ao longo da Orla Marítima, nomeadamente o respectivo Forte de Catalazete.

Aproveitando a oportunidade para convidar V. Exa. a visitar a Câmara Municipal e «in loco» poder apreciar o projecto que a edilidade se propõe construir.

Agradeço o convite feito, assim que me seja possível, após posterior contacto, teri muito prazer em observar, de perto, o projecto da Marina de Oeiras — maneira mais simples, e, pode ter a certeza Senhor Presidente,

Uma fortificação do reinado de D. Carlos

A leste de Oeiras, entre a via férrea e a Marginal nuns terrenos junto ao Tejo, e do qual a Marginal os veio separar, muito abundantes em água, e daí o nome de Fontainhas, foi no Reinado de D. Carlos implantada uma fortificação, um dos pontos fortificados de que se compunha a defesa marítima do Porto de Lisboa cujos trabalhos foram iniciados após a publicação do decreto, de 2 de Março de 1887, que encarregava o Marechal de Campo José Feliciano da Silva Costa, Comandante-Geral do Corpo de Engenheiros, de elaborar um plano de defesa de Lisboa, da Barra do Tejo e da Península de Setúbal.

A Bateria das Fontainhas não foi das primeiras obras a serem levantadas pois somente após o início do Século XX vieram os seus trabalhos de construção a ser iniciados.

De acordo com o determinação do artigo 3.º do decreto real de 14 de Novembro de 1901, que reestruturava o Campo Entincheirado de Lisboa, a Bateria das Fontainhas veio a ser uma realidade.

Carlos Augusto de Sá Carneiro, Tenente de Engenharia, a 26 de Março do ano de 1901, apresentou um projecto de sua autoria propondo, pela importância de 55 contos de réis, a construção de uma bateria

com capacidade para a instalação de quatro peças de artilharia de tiro rápido, de 75 milímetros de 40 calibres de comprimento. Aprovado, superiormente, o projecto a Secretaria da Guerra deu a sua autorização a 28 de Outubro de 1901 e os trabalhos foram iniciados, como consta numa lápida, então hoje deslocada nesta captação, a 9 de Junho de 1902.

Os terrenos das Fontainhas, onde se chegou em 1923 a pensar se capta a água para o abastecimento da Vila de Oeiras, então entregues à semeadura, com a área de 19 102 metros quadrados e no valor de 2205\$946 réis, foram adquiridos, por escritura efectuada, a 5 de Julho do mesmo ano, no Notário Jorge Filipe Cosmei, a D. Gertrudes Magna do Nascente, grande proprietária da região.

Ja com a artilharia montada em Agosto de 1904 a obra foi concluída anos depois, a 31 de Dezembro de 1906, e a 2 de Março do ano seguinte procedeu-se à entrega da Bateria das Fontainhas ao Governador do Campo Entincheirado de Lisboa.

Neste dia, nas instalações da nova fortificação, na presença do Coronel de Artilharia José Silvestre de Andrade, do Major da mesma arma Jaime Augusto de Pinho Ramos Rocha e do Capitão Tristão da Câmara Pestana, o Capitão de Engenharia Carlos Augusto de Sá Carneiro, como delegado da Inspeção do Serviço de Engenharia, fez a simbólica entrega da Bateria das Fontainhas ao Capitão de Artilharia António Guedes Vilhages Quinhones de Matos Cabral, na qualidade de representante do Conselho Administrativo do Campo Entincheirado de Lisboa, passando todos, como consta no auto de

transferência de propriedade a examinar as dependências da Bateria bem como todo o material e mecanismo nela instalados, que encontraram em perfeito estado de funcionamento.

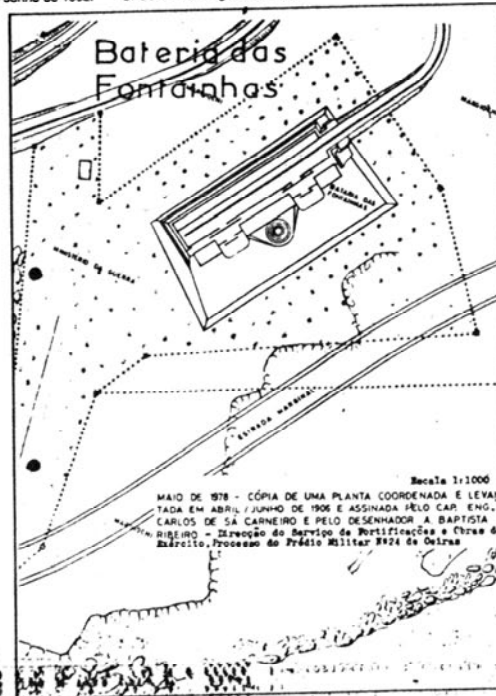
Em conjunto com as suas congéneres mais velhas, a Bateria da Laje, construída no ano de 1887, e a Bateria da Praia de Santo Amaro, então ainda em construção, este ponto fortificado contribuiria não só para a defesa da Barra do Tejo como atingia com a sua artilharia a faixa de torpedos fixos estabelecida entre as duas margens do rio com a finalidade de impedir aos navios inimigos de se dedicarem à sua roçagem.

Embora, talvez, nunca tenha disparado um único tiro de intervenção pois, felizmente, durante a sua vida, Portugal não chegou a ver o inimigo tão de perto, a Bateria das Fontainhas, como todos os outros pontos fortificados, não foi uma despesa inútil, visto que, como elemento dissuasor, bem desempenhou o seu papel na defesa da Foz do Tejo.

Desmilitarizada anos depois da Segunda Guerra Mundial, veio a estar entregue à Legião Portuguesa que, a 6 de Julho de 1964, a tomou de arrendamento, mediante o pagamento de 100\$00 ao ano, a começar no dia 1 de Agosto, contrato esse abruptamente finalizado com a Revolução de 25 de Abril de 1974.

Já então, em parte, ocupada por pessoal militar e suas famílias, a Bateria das Fontainhas foi a 10 de Dezembro de 1974, pela Comissão Liquidatária do ex-Légio Portuguesa, entregue ao Regimento de Artilharia de Costa.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, aqui está mais uma fortificação existente dentro do seu município que muito necessita da sua especial atenção pois, segundo creio, nem sequer como imóvel de interesse público se encontra classificada!



Correio dos Leitores

No último trabalho sobre Os Descendentes de Leonardo Turriano, publicado no dia 10 de Janeiro, uma das habituais gralhas merece especial rectificação. O casamento de Leonardo Turriano teria sido no ano de 1602 e não, como apareceu escrito, em 1662.

FAROL DO BUGIO 'ILUMINA' RESPONSÁVEL
 Farol do Bugio 'ilumina' responsável : CM alertou.
 In: Correio da Manhã.-Lisboa.- (23 Fev 1996), p. 10.
 Fortificações / Forte do Bugio
 Cota: RI/4021 CMO
 [4021]



JORNAL	DATA	PÁGINA
Correio da Manhã	96-02-23	10

Farol do Bugio CM alertou 'ilumina' responsáveis

A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais reconhece, após trabalho publicado na edição de domingo do **Correio da Manhã**, que a Torre do Bugio (vulgarmente chamada Farol do Bugio) necessita de uma urgente intervenção em toda a sua parte exterior.

"Sabemos, assim, que há que intervir a curto prazo em toda a envolvente exterior da Torre, de modo a que esta não continue tão vulnerável a qualquer acção do mar", refere a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais em carta enviada à nossa Redacção.

Esta entidade informa ainda que "a Torre do Bugio tem tido quase constantes intervenções de recuperação e reparação. A última obra, levada a cabo pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos nacionais, ficou concluída no final do Verão de 1995, tendo sido despendidos 162.000 contos".

Apesar destas "constantes" intervenções, este organismo reconhece que as "muralhas exteriores continuam, no entanto, a ser derrubadas pela acção do mar" e "a parte que foi mais danificada pelo mau tempo no princípio do ano de 96, não foi objecto de qualquer intervenção de emergência em 1995".

Assim sendo, esta direcção salienta que "desde há mais de três anos que se considera ser necessário mais de um milhão de contos para a estabilização total do Farol do Bugio, valor que ainda não foi possível disponibilizar no orçamento".

CORREIA, Palmira

Um milhão para o Bugio : Vão começar as obras para salvar o Farol do Bugio, em perigo de ruína depois da última invernada / Palmira Correia.

In: Tal & Qual.-Lisboa.- (12 Jul 1996), p. 14.

Fortificações / Forte do Bugio

Cota: RI/5675 CMO

[5675]



Centro de Documentação e Informação

UM MILHÃO para o Bugio

Vão começar as obras para salvar o Farol do Bugio, em perigo de ruína depois da última invernada.

PALMIRA CORREIA

NO INÍCIO do próximo ano, o farol do Bugio vai ter um visual diferente: uma espécie de muro com quatro metros de altura, colocado estrategicamente na parte ocidental do monumento, vai protegê-lo das agarras dos invernos mais rigorosos.

“Vamos concretizar um projecto com 10 anos que está a ser ajustado às condições de hoje”, disse esta semana ao “T&Q” o eng.º Vasco Martins Costa, director-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Dirigido pela Hidrotécnica, acompanhado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil e coordenado pela Administração do Porto Lisboa, o projecto vai ser feito em duas fases. A pri-

meira será executada já no próximo mês: “Vão ser colocadas mais de 100 mil toneladas de areia para evitar que o próximo Inverno cause mais danos à estrutura do forte”, adiantou aquele responsável. Assim, ainda este Verão, vamos voltar a ver areia no Bugio, paisagem que nos foi familiar até há três anos.

A segunda fase, cujo concurso deve ocorrer ainda este ano, será executada entre Abril e Setembro de 1997, e traz a maior novidade da obra: a construção de dois molhes com mais de 100 metros de comprimento e cerca de quatro metros de altura, sensivelmente metade da primeira plataforma do farol.

“O concurso será feito este ano para dar tempo ao empreiteiro de cons-

truir os blocos de betão que depois serão transportados e colocados à volta do monumento”, disse o director-geral. Cada um daqueles blocos pesa entre 15 e 25 toneladas.

O transporte dos blocos vai exigir meios tão pesados e sofisticados que encarecem substancialmente a obra. “Um milhão de contos é uma estimativa

para este tipo de intervenção, mas pode ser mais. As obras marítimas são sempre obras de grande porte”, sublinha Martins Costa.

No ano passado, uma ligeira reparação no lado do primeiro círculo importou em mais de 100 mil contos e de pouco ou nada valeu. O ímpeto das

águas destruiu praticamente tudo. Os rombos deste Inverno foram os maiores de sempre. É por isso que o Governo optou por uma obra de fundo no farol do Bugio, para evitar reparações anuais. “Só depois dos molhes estarem construídos e do seu interior estar preenchido com areia, é que vamos

recuperar a estrutura”, acrescenta o eng.º Martins Costa.

Para além da sua utilidade para a Marinha, o farol do Bugio é um monumento de grande valor do nosso património cultural. Construído no final do séc. XVI, constitui um excelente exemplo de fortificação renascentista de plan-ta redonda.



Foto aérea do farol do Bugio: vêm-se claramente os pontos onde a força das ondas destruiu a muralha

tal e qual

96-07-12

PÁGINA

14

JORNAL	DATA	PÁGINA
A Linha	15/9/96	2

O farol do Bugio

Segundo Callixto, (s.d), embora o farol de Bugio seja dado como construído em 1775, a sua existência era já indicada num relatório anónimo de 1751, bem como Planta nº17 do Códice da Casa da Cadaval desenhada no ano de 1693. No Dicionário Enciclopédico do D.N., (1996), pode ler-se que a torre do Bugio "foi transformada em farol no ano de 1775". Esta mesma data é referenciada em "Retratos de Oeiras" (1994) como sendo a da instalação do primeiro farol na Torre de S. Lourenço.

Por volta de 1830 foram introduzidos melhoramentos no equipamento e nas condições de funcionamento do farol e, por volta de 1860, o seu alcance luminoso era já de mais de 16 milhas.

No final do séc. XIX, o farol estava desactualizado, mas ainda em serviço. Nessa época, o sistema de relojoaria que o fazia mover gastava três minutos a dar uma volta completa e a luz era projectada por 16 focos luminosos alimentados por candeias de azeite.

Alguns anos depois, foi instalado novo maquinismo alimentado a petróleo e, em 1933, passou a funcionar a gás e procedeu-se à instalação de um avisador sonoro de nevoeiro.

A partir de 1960, o Farol do Bugio foi apetrechado com um sistema de funcionamento eléctrico que, em 1981, foi automatizado. O detector de nevoeiro foi modernizado, dispondo actualmente de arranque automático do sinal sonoro. Estas modifica-

ções têm contribuído de forma valiosa na ajuda à movimentação da navegação que diariamente atravessa a barra do Tejo.

O nome de Bugio

A origem do nome Bugio, usado correntemente para designar tanto a fortificação como o farol situados na barra do Tejo a cerca de 1,5 milhas do Forte de S. Julião, tem sido motivo de controvérsia.

Consultando dicionários e enciclopédias encontrei para o nome Bugio, em primeiro lugar, a referência ao farol e, a seguir, à fortificação pelo que me pareceu lógica a associação do nome "Bugio" à palavra francesa "bougie", que se traduz para português por "vela". O farol, erguendo-se no meio do Tejo, seria como que uma vela para guiar a navegação nocturna.

Na Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira um dos significados da palavra "Bugio" refere o nome dado no Brasil a uma planta da família das combrétáceas que produz uma cera que pode ser utilizada na fabricação de velas.

Consultando outras fontes descobri também que "bugia" é uma pequena vela de cera, no árabe vulgar "buyiya", nome da cidade africana de Bugia de onde era importada a cera.

Logo me poria de acordo com a associação do nome Bugio à luz do Farol, não fosse encontrar outras possibilidades também lógicas.

Voltando à Grande Enciclopédia, encontrei outro significa-

do de "bugio" - "espécie de macaco, mono, símio", sendo a este propósito citada a frase: "fazer esgares e momos como bugios" (Manuel Bernardes, em "Nova floresta"). Pode ler-se ainda que a exportação de bugios, macacos ou monos, etc., se fazia em grande escala no séc. XVI, sendo os bugios chegados a Portugal reenviados para muitos países da Europa. "De Portugal saem para delícia e recreação de outras gentes, muitos bugios de diversas feições" (Duarte Nunes de Leão).

No Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora, a palavra "bugio" corresponde a "macaco corpulento, americano, com o queixo barbado", derivando da palavra árabe buyiya, nome da cidade africana de Bugia donde os macacos eram originários.

Poder-se-á encontrar uma relação entre o comércio dos bugios que, então, se fazia com a Europa, e o nome dado à fortificação em construção na mesma época, na medida em que os animais chegavam a Portugal por via marítima, passando pelo local da futura fortaleza? Parece pouco provável, uma vez que o nome de Torre do Bugio terá começado a ser usado com mais frequência a partir do séc. XIX. Se estivesse relacionado com os macacos ou bugios por razão não se terá tornado corrente mais cedo?

Segundo Callixto (s.d) "alguns querem que (o nome de Bugio dado à torre) tenha derivado dos maquinismos empregues na colocação dos grandes

penedos para a formação das fundações onde assenta a base da muralha da Fortaleza ..., os guindastes, macacos ou bugios. "De facto, encontrei também como significado de "bugio" - "utensílio para levantar pesos, bater estacas, espécie de macaco". Poderá o nome da Torre do Bugio estar relacionado com os maquinismos utilizados na sua construção? Em caso de afirmativo, por que razão só a partir do séc. XIX se tornou corrente?

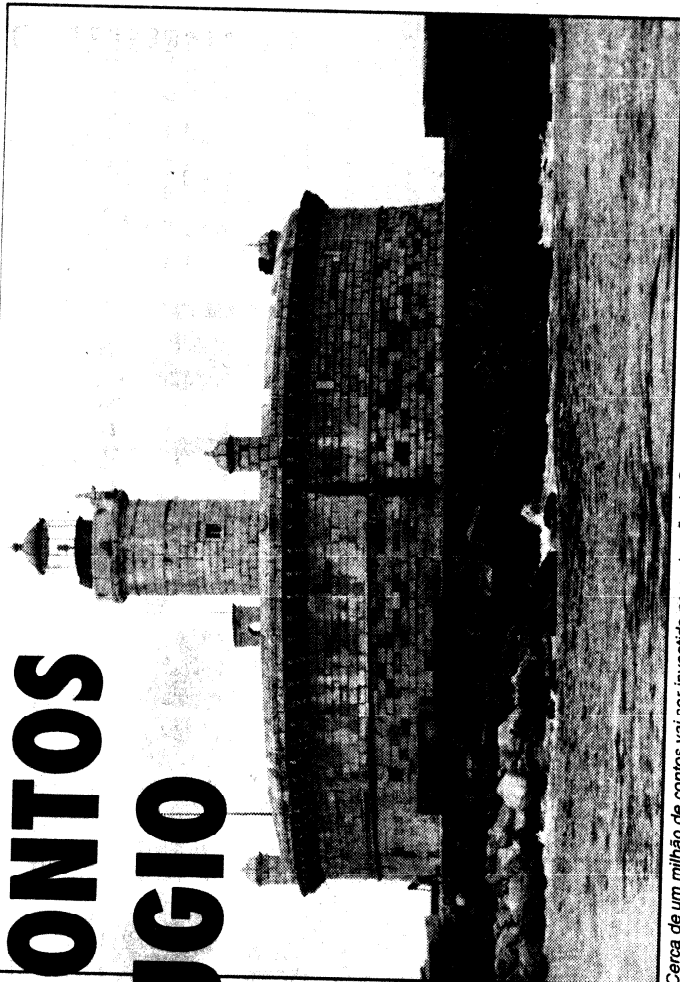
Ainda segundo Callixto, antes de se chegar a precipitadas conclusões, deverá ter-se em conta a existência em Portugal de ilhéus com a mesma designação, como acontece nomeadamente junto à foz do rio Lima e no Arquipélago das Desertas, na ilha da Madeira. Então, por que razão o nome da Fortaleza foi da Cabeça Seca ou de S. Lourenço e, só depois da instalação do farol, passou a ser do Bugio?

Dado que a designação de Bugio se encontra "por exemplo, numa planta datada de 1715, desenhada em Paris e noutra, da mesma origem, do ano de 1760, para em seguida de tornar mais frequente até, de vez, no séc. XIX, suplantando o antigo nome", (Callixto, s.d.), não será na palavra francesa "bougie" que deveremos encontrar a origem do nome por que passou a ser conhecida a Torre, uma vez que a data do seu uso coincide aparentemente com a instalação do farol - a luz (ou vela) que, desde então, começou a guiar a navegação.

Conceição Sousa

PAIXÃO, Guilherme
 Milhão de contos reabilita Bugio / Guilherme Paixão.
 In: Correio da Manhã.-Lisboa.- (24 Set 1996), p. 8.
 Fortificações / Forte do Bugio
 Cota: RI/5601 CMO
 [5601]

MILHÃO DE CONTOS REABILITA BUGIO



Cerca de um milhão de contos vai ser investido na protecção do Bugio. O projecto estará concluído no final de 97

Correio da Manhã

96-05-24

PÁGINA

8

Um milhão de contos para salvar o farol no próximo ano

Bugio vai para obras na Primavera

PEDRO CUNHA

Guilherme Paixão

Já existe dinheiro e projecto para a salvaguarda do Bugio, na foz do Tejo. Mas as obras só arrancam em Maio de 1997. Até lá, tudo pode acontecer. É que a Fortaleza de São Lourenço vai atravessar o Inverno com dois enormes rombos na muralha exterior. Exposta desta maneira às vagas, só a areia poderá evitar o pior.

As obras de protecção da Fortaleza de São Lourenço da Cabeça Seca, onde se encontra o farol do Bugio, na foz do Tejo, vão arrancar em Maio do próximo ano, anunciou ontem o secretário de Estado das Obras Públicas, Crisóstomo Teixeira. São 920 mil contos para construir dois pontões e reconstruir as muralhas da fortaleza. Isto se está a resistir ao próximo Inverno. É que o muro exterior apresenta já dois grandes rombos, um deles na parte da muralha que foi refeita há pouco mais de um ano.

O rebentamento, em poucos meses, do reforço feito em 1995 só confirma que as intervenções de emergência realizadas no Bugio, nos últimos anos, não têm passado de remendos, que não escondem a necessidade de obras de fundo. Há muito tempo que várias entidades — Direcção-Geral de Faróis, Administração do Porto de Lisboa (APL), Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) — têm vindo a chamar a atenção para o risco de destruição da fortaleza pela força do mar. Mas, a falta de verbas para um projecto de protecção foi empurrando os responsáveis para uma política

de “tapa-buracos”, que se tem revelado ineficaz e um sorvedouro de dinheiro.

Só em 1989 foram gastos 300 mil contos na reconstrução da parte sudoeste da muralha. Actualmente, o betão armado ali colocado foi abaixo. No Verão do ano passado, gastaram-se 160 mil contos na reconstrução, com carácter urgente, de uma face do muro virada a norte. O reforço não resistiu mais de um ano. Agora, resta esperar que os dois rombos abertos na muralha não abram, com o mau tempo que possa fazer no próximo Inverno, o caminho à degradação final.

Crisóstomo Teixeira — que ontem subiu ao Bugio, na companhia de Vasco Martins Costa, da DGEMN, e de Natércia Cabral, da APL — acredita que a fortaleza, construída no século XVI, vai resistir até Maio de 1997. O optimismo, também partilhado por responsáveis da APL, tem a ver com a “fase zero” do projecto de salvaguarda do Bugio, que terminou no dia 16 deste mês. Essa fase consistiu na deposição de areias, dragadas da barra de Lisboa, na zona do banco de areia que há muitos anos permitia, na maré baixa, caminhar a pé da Cova

do Vapor (Trafaria) até à Fortaleza de São Lourenço.

Fase zero para aguentar o Inverno

“Com a fase zero, pretende-se que o Bugio aguente o Inverno”, diz o secretário de Estado das Obras Públicas. E para o ano, avançará a primeira fase do projecto, elaborado por técnicos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil. A partir de Maio e até Setembro, vão ser construídos dois pontões dispostos em forma de “boomerang”, um virado a norte e outro a sudoeste, com uma altura de dois metros acima do nível da água.

A ideia é proteger a fortaleza — classificada como imóvel de interesse público — e ao mesmo tempo criar uma estrutura de contenção de areias, que provoque o reaparecimento do antigo banco de areia. O programa para o próximo ano prevê, também, a reconstrução integral da muralha exterior. Num segunda fase, serão realizadas obras de recuperação na torre do farol e no interior da fortaleza, onde existe uma cisterna de água, onde

os faroleiros se abasteciam quando as condições do mar os impediam de vir a terra.

Pólo turístico é hipótese

Segundo Crisóstomo Teixeira, as obras da segunda fase nunca começarão antes de 1998. Nessa altura, já estará decidido o uso a dar ao Bugio. É que a DGEMN vai avançar com o estudo de um programa funcional, do qual resultarão propostas de ocupação da fortaleza. Para já, o secretário de Estado admite “um aproveitamento turístico” do imóvel, cujo farol, com um alcance de 14 milhas, continua operacional, sendo comandado a partir de terra.

No entanto, o aproveitamento turístico só será possível depois de criadas as condições de acostagem que de momento não existem. Ainda ontem de manhã, entrar na fortaleza foi um risco, com os restos do cais que ali existe a ser galgado pelas vagas. A solução era saltar do barco pneumático da Polícia Marítima para o cais, e vice-versa, aproveitando as curtas pausas na agitação das ondas. Perfeito para o turismo de risco, com chuva e nevoeiro à mistura. ■



Sem intervenções de fundo, o Bugio vai-se esboroando sob a força do mar

JORNAL	DATA	PÁGINA
Correio da Linha	Nov/96	21

Protocolo do Forte do Areeiro

Integrado na política de recuperação do Património Histórico do Concelho, a Câmara de Oeiras e a Marinha Portuguesa, vão assinar um protocolo, para a cedência e utilização do Forte do Areeiro.

Este Forte, será utilizado apenas para fins culturais e

para apoio temporário a actividades desportivas juvenis.

Embora a Fortaleza continue a ser propriedade e património da Marinha Portuguesa, a autarquia compromete-se a adaptar as instalações para os fins indicados, bem como a restaurar e conservar as instalações.

SANTOS, Sofia

Oeiras a defender Lisboa : Forte de São Julião da Barra / Sofia Santos.

In: A Linha.-Lisboa.- (01 Set 1998), p. 3-4.

Fortificações / Forte de S.Julião da Barra

Cota: RI/5023 CMO

[5023]

A Linha

Setembro 98

Pág. 3

A história começou em 1553 e ainda não terminou. De lá para cá muitos episódios interessantes recheados de batalhas que se fizeram tanto por terra como por mar; outros são tristes, elaborados com memórias de sentenças de morte; outros necessários, ampliam sucessivamente o Forte de São Julião da Barra, o protagonista, até atingir o espaço e as funções que ministra hoje. Suficientemente grande para nos receber.

A maior e mais importante fortificação marítima de Portugal, o Forte de São Julião da Barra, abriu as suas portas seculares À LINHA para uma visita digna de nota. Vigiado por séria dedicação militar, a fortificação lá se foi desvendando ante o nosso olhar admirado e a curiosidade e a marcada presença da objectiva. Um corredor largo e cumprido encaminhou-nos até um posto de vigilância, se assim permitem chamar, onde fomos acolhidos de modo afável por dois zelosos militares. Estacionar o automóvel logo depois, foi a regra número um, que seguir de carro para o interior é um luxo só para alguns. A entrada faz-se por uma notável ponte que em tempos foi levadiça, como nos explicou o Major Norberto Correia, guia da visita. Por baixo da ponte, um jardim bem cuidado prende nos a atenção, outrora ocupado certamente pelas águas do Tejo, que passavam de mansinho.

Os espaços no interior de São Julião são vários, desde a residência oficial, aos antigos alojamentos da guarnição até à Praça do Infante, em homenagem ao ilustre. Virada para o mar, a praça costuma estar cheia de areia e até de pedregulhos quando há temporal, segundo o Major Correia. Foi difícil de imaginar tal cenário num dia tão solarengo, e mais custoso ainda acreditar que "houve ali grandes batalhas navais", como nos assegurou o nosso guia.

A propósito, "o Bugio foi construído com o objectivo de aprisionar os barcos", explica o Major Correia, no sentido em que navegações de maiores dimensões eram obrigadas a passar entre o Bugio e São Julião, já que do outro lado a profundidade é muito menor e sujeitavam-se a ficar encalhadas. Assim, ficavam à mercê do fogo trocado entre os dois fortes.

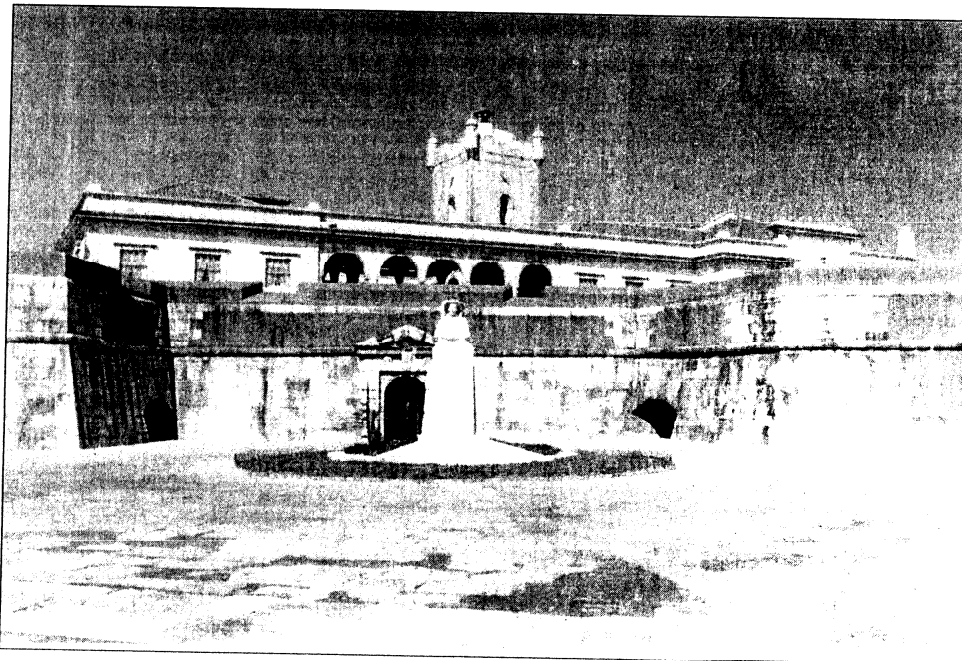
Agora entre São Julião e o Bugio apenas um mar calmo e alguns barcos de recreio, inofensivos, que de passagem não deixam de deitar um olhar atrevido à moderna piscina da fortificação.

No centro de São Julião, a Torre do Farol, que ampara o farol instalado em 1775 e reconstruído em 1898, onde foi aprisionado Gomes Freire de Andrade. "Foi um preso ilustre", comenta o Major Correia, mas o facto de não ter estado nas masmorras como os outros prisioneiros, não impediu que fosse enforcado. No frontispício da Torre está um painel de azulejos a representá-lo.

Visitámos de seguida a bonita e confortável residência, feita em finais dos anos 40, mas transfor-

Forte de São Julião da Barra

Oeiras a defender Lisboa



mada e melhorada posteriormente. Ao lado, a Capela recheada com painéis de azulejos dos anos 30, onde sobressai o altar-mor a representar episódios da História de Portugal. À entrada também um painel de azulejos: Nossa Senhora da Conceição, por quem D. Manuel, o rei que teve a ideia de construir São Julião, era devoto.

Caminhamos então em direcção à cisterna, por um caminho recente, pois esta sala abobadada sustentada por grossas colunas, serve hoje de sala principal, onde se chegam a organizar bailes.

Pelo caminho, tempo para uma vista de olhos a uma sala repleta de objectos valiosos das ex-colónias, uma espécie de exposição permanente.

E também uma sala pequenina, remodelada tal como as outras, nos chamou a atenção. Na parede caída está pendurado um escudo com o seguinte dizer:

"Há três coisas que um cavaleiro português não vê sem emoção; um castigo de Deus; a lamina de uma espada; as lágrimas de uma

mulher".

E a este dizer poderíamos acrescentar outro ponto: as masmorras, o local onde eram enforcados os presos de São Julião e a porta baixinha por onde os cadáveres eram atirados ao mar. Um espaço triste, escuro e húmido por onde circulámos, acompanhados pelo nosso guia, com verdadeiro pesar.

Com um campo de visão que se alarga amplamente até ao outro lado do rio, São Julião prova a necessária e notável missão de defesa de Lisboa. Vê-se tudo o que a vista consegue alcançar e gaba-se a paisagem sem fim. Lembra-se a função primeira deste forte, e a exuberância desaparece para dar lugar às memórias históricas das batalhas, dos canhões a apontar certos barcos com propostas ofensivas. E a professora de História do liceu aparece em primeiro plano na nossa retrospectiva, com a sua exaustiva declamação sobre as várias guerras ganhas e perdidas pelo nosso povo. Mas agora não são beijos o que ouvimos

como barulho de fundo, são gai-votas, são as ondas do mar, é o passar do vento. E por baixo dos pés, o chão que foi pisado por homens que tinham como sua, a causa de Portugal, que protegiam a cidade capital e que morriam, quicá, ali mesmo, onde andávamos, sem sobressalto, a passear.

Memórias

A história do Forte de São Julião da Barra é suficientemente antiga para nem sequer estar confirmada a sua data de construção. Certo é que o rei D. Manuel, doente das pernas, foi certo dia visitar a Ermida de Santo Amaro, uma casa religiosa situada num monte sobranceiro ao mar, a sul de Oeiras. Depois de rezar uma oração no santuário que tinha fama de proporcionar curas milagrosas, o monarca, elogiando a vista para o mar, deixou recomendado ao seu filho, D. João, o trabalho de mandar fazer ali uma fortaleza, sobre a grande ponta do rochedo que entrava

pelo mar junto da Barra.

Existem autores que referem a existência da Capela de São Gião antes da construção da fortaleza, mas existe uma opinião contrária que afirma que se tratava apenas da Ermida de Santo Amaro, onde D. Manuel fora em busca da cura para a sua doença. Devoto da *Conceição Imaculada da Santíssima Virgem Maria Mãe de Deus*, foi no reinado de D. Manuel que algumas pessoas se lembraram de erigir uma Confraria com o título de Nossa Senhora da Conceição dos Mareantes e a colocaram na referida Ermida de Santo Amaro.

A história diz que foi numa visita do soberano a esta Ermida que os confrades de Nossa Senhora da Conceição aproveitaram para pedir ajuda de custo para uma Ermida mais digna, que depois de aprovada pelo rei, foi erguida no mesmo local da antiga Ermida de Santo Amaro.

Outro estudioso diz que em 1556 se iniciou a construção de um pequeno forte chamado São Gião, no sítio onde hoje se

FORTE DE S. BRUNO SERÁ ESPAÇO CULTURAL
 Forte de S. Bruno será espaço cultural.
 In: Correio da Manhã.-Lisboa.- (09 Out 1998), p. 8.
 Fortificações / Forte de S. Bruno
 Cota: RI/4274 CMO
 [4274]



Meio	Data	Pág.
Correio da Manhã	9.12.98	8



O Forte de S. Bruno, em Oeiras, estará recuperado no primeiro trimestre de 1999, altura em que será utilizado como Sede de Honra da Associação dos Amigos dos Castelos

O Forte de S. Bruno, em Oeiras, está a ser alvo de um projecto de recuperação e valorização, que deverá estar concluído no primeiro trimestre de 1999. O projecto, financiado pela autarquia local, prevê que a primeira fase de recuperação do equipamento custe cerca de 60 mil contos.

Construído sobre um maço rochoso em 1647 e situado na zona de confluência da Ribeira de Barcarena com o rio Tejo, o Forte de S. Bruno foi classificado como património de interesse público em 1978. A sua edificação integrava-se numa linha de fortificação e defesa da costa portuguesa, compreendida entre Belém, Cabo da Roca e Dugio.

Como concelho ribeirinho, na entrada do estuário do Tejo, Oeiras constituía na

época um ponto estratégico de defesa da cidade de Lisboa, o que levou à construção de vários fortes, munidos de peças de artilharia e integrados na então Praça de Guerra de S. Julião da Barra.

Passados vários séculos, a sua utilização perdeu relevância, assumindo as muralhas e fortificações uma nova vocação turística e cultural.

Uma vez recuperado, o Forte de S. Bruno será utilizado como Sede de Honra da Associação dos Amigos dos Castelos. O projecto de recuperação do forte insere-se na política de recuperação patrimonial da autarquia, assente num plano de salvaguarda do património, bem patente na zona do forte, o qual viabiliza um triângulo turístico juntamente com a Quinta Real de

Caxias e o passeio marítimo.

Para além da recuperação da antiga fortaleza, o município prevê a construção de uma galeria, no seu espaço envolvente, vocacionada para acções de animação cultural. Para tal a galeria estará dotada de meios para suportar exposições permanentes e temporárias e espectáculos ao ar livre, em paralelo com infraestruturas de apoio turístico. Assim a autarquia permitirá instalações de pequenas unidades de comércio, ligadas ao artesanato e as artes, bem como um pequeno restaurante, bar e outro equipamento de apoio.

Em breve será o Forte do Areeiro a ser alvo de um projecto de recuperação que terá fins idênticos aos do Forte de S. Bruno.

O Dia

3.11.98

pág. 18

Fortificações marítimas do concelho de Oeiras

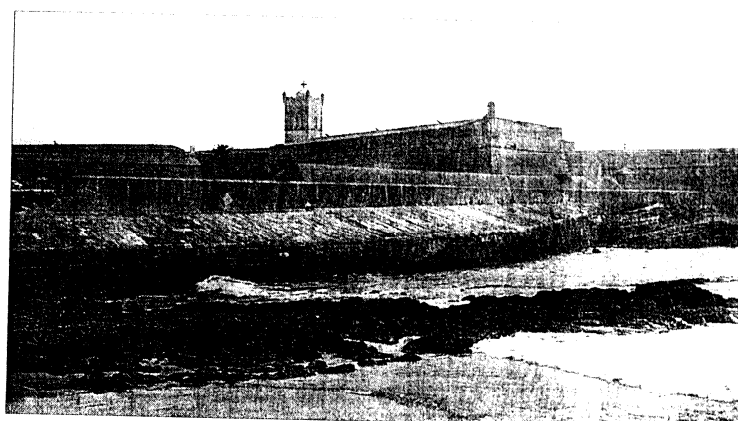
Um inestimável legado histórico e arquitectónico

Quem percorre a marginal está por certo familiarizado com os sucessivos fortes aí edificados. São de tal forma um elemento do nosso quotidiano que provavelmente nem reparamos no seu significado histórico e arquitectónico. E, no entanto, eles testemunham não só as diferentes soluções defensivas que foram sendo encontradas ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, com o árduo trabalho de várias gerações de trabalhadores.

A sua função era a de protegerem a costa e controlarem os navios à entrada da barra do Tejo. Os mais conhecidos, e porventura também os mais belos, são a Fortaleza de S. Julião da Barra e o Bugio, nome por que ficou conhecido o forte de S. Lourenço da Cabeça Seca. Com a restauração, em 1640, levou-se a cabo a edificação de oito pequenos fortes, obras que apenas ficaram concluídas em 1653: S. João das Maías, S. Pedro de Paço de Arcos, Nossa Senhora de Porto Salvo, São Bruno, Nossa Senhora do Vale, Nossa Senhora de Boa Viagem, Santa Catarina da Cruz Quebrada e S. José de Ribamar. Seis anos mais tarde eleva-se o forte do Areeiro e já em 1763 fica concluída a bateria de Nossa Senhora das Mercês do Catalazete.

Ao longo do tempo foram múltiplas as ocupações e funções destes diferentes fortes. Hoje, o primeiro que se nos depara quando vindos de Lisboa, o forte de S. Bruno, prepara-se para acolher a Associação dos Amigos dos Castelos. Mais à frente, o Forte de S. João das Maías apresenta na capela um painel de azulejos setecentistas de grande beleza.

O forte do Catalazete já apresenta uma estrutura mais simples, certamente devido às suas dificuldades para a sua construção resultan-



São Julião da Barra é a mais imponente e importante fortaleza de Portugal Continental, cuja construção teve início no reinado de D. João III.

Com a restauração, em 1640, levou-se a cabo a edificação de oito pequenos fortes, obras que apenas ficaram concluídas em 1653: S. João das Maías, S. Pedro de Paço de Arcos, Nossa Senhora de Porto Salvo, São Bruno, Nossa Senhora do Vale, Nossa Senhora de Boa Viagem, Santa Catarina da Cruz Quebrada e S. José de Ribamar. Seis anos mais tarde eleva-se o forte do Areeiro e já em 1763 fica concluída a bateria de Nossa Senhora das Mercês do Catalazete. Ao longo do tempo foram múltiplas as ocupações e funções destes diferentes fortes.

tes do terramoto de 1755.

É só depois, seguindo ainda no sentido Lisboa-Cascais, que encontramos a mais imponente e importante fortaleza de Portugal Continental: S. Julião da Barra, cuja construção teve início no Reinado de D. João III. No período

filipino sofreu ampliações. A função estratégica da fortaleza foi, por esta altura, completada pelo projecto do Bugio. Em conjunto protegiam a barra do fogo cruzado. S. Julião da Barra desempenha hoje funções bem diferentes, como espaço de recepção de visitantes ilustres

O Bugio é o mais conhecido destes fortes. As suas obras foram iniciadas no séc. XVI, marcando decididamente, a partir desse momento, a paisagem oeirense. Foi o arquitecto Francisco de Holanda quem começou por chamar a atenção para a importância do arial que se estendia na foz do Tejo. A forma circular, que ficou definitivamente edificada no séc. XVII, permitia ao forte orientar mais eficazmente a artilharia, ao mesmo tempo que lhe conferia uma maior solidez para resistir ao impacto do mar. Hoje o Bugio encontra-se em estado adiantado de degradação.

como foram, em 1951 e 1952, o general Eisenhower e o marechal Montgomery, respectivamente. No entanto, e principalmente pela sua posição, é o Bugio o mais conhecido destes fortes. As suas obras foram iniciadas no séc. XVI, marcando decididamente, a partir desse

momento, a paisagem oeirense. Foi o arquitecto Francisco de Holanda quem começou por chamar a atenção para a importância do arial que se estendia na foz do Tejo. A forma circular, que ficou definitivamente edificada no séc. XVII, permitia ao forte orientar mais efi-

cazmente a artilharia, ao mesmo tempo que lhe conferia uma maior solidez para resistir ao impacto do mar.

Hoje o Bugio encontra-se em estado adiantado de degradação. O altar maneirista com embutidos de mármore é, desde logo, uma das peças mais periclitantes. O mar a toda a sua volta já esventrou a estrutura do forte em dois extensos rombos, tornando urgente uma intervenção que interrompa o estado de abandono a que, nos últimos tempos, o monumento tem sido votado.

Mas se o Bugio tem com o mar um combate permanente, e também verdade que ao longo do seu historial, estas fortalezas não foram frequentemente chamadas a intervir, sendo o seu papel, antes de mais, dissuasor. Ainda assim, de todos os pequenos fortes construídos, apenas quatro só brevemente hoje (Areeiro, São João das Maías, Nossa Senhora de Porto Salvo e São Bruno), resistindo dos outros apenas alguns vestígios pouco visíveis.

Eles são, no seu conjunto, um inestimável legado histórico. A sua recuperação e divulgação ensinam-nos a, por certo, muitas outras lições. Até porque a costa oeirense esconde ainda inúmeros tesouros no fundo do mar, que muito têm a dizer sobre estas fortificações marítimas do concelho.

CÂMARA DE OEIRAS DECIDE RECUPERAR FORTE DE S. BRUNO

Câmara de Oeiras decide recuperar forte de S. Bruno : A fortificação, que vai acolher galeria para iniciativas culturais, será sede de honra da Associação dos Amigos dos Castelos.

In: Jornal de Notícias.-Lisboa.- (09 Dez 1998), p. 9.

Fortificações / Forte de S.Bruno / Recuperação do património histórico e artístico

Cota: RI/4278 CMO

[4278]



Meio	Data	Pág.
Jornal de Notícias	9.12.98	9

Câmara de Oeiras decide recuperar forte de S. Bruno

A fortificação, que vai acolher galeria para iniciativas culturais, será sede de honra da Associação dos Amigos dos Castelos

A Câmara Municipal de Oeiras vai recuperar e valorizar o forte de São Bruno. O projecto, cuja primeira fase rondará os 80 mil contos, deverá estar concluído no primeiro trimestre de 1999. Uma vez recuperada, esta fortificação será utilizada como sede de honra da Associação dos Amigos dos Castelos.

No espaço envolvente, a autarquia projecta construir uma galeria vocacionada para acções de animação cultural.

Para valorizar ainda mais aquele local, a Câmara fomentará a instalação de pequenas unidades de comércio, ligadas ao artesanato e às artes, bem como um restauran-

te, um bar e outros equipamentos de apoio turístico.

Construído sobre um maciço rochoso em 1647, o forte, situado na zona de confluência da ribeira de Barcarena com o rio Tejo, foi classificado património de interesse público pelo decreto 95/78, de 12 de Setembro. A sua edificação

integrava-se numa linha de defesa da costa, compreendida entre Belém, o Cabo da Roca e o Bugio.

Na sequência da política de recuperação patrimonial em curso no concelho de Oeiras, a Câmara prepara-se para desenvolver um projecto idêntico para o Forte do Azeiro.

Meio	Data	Pág.
Público	9.12.98	43



Amigos dos Castelos no Forte de São Bruno

A ASSOCIAÇÃO dos Amigos dos Castelos vai instalar a sua sede de honra no Forte de São Bruno, em Caxias, cuja recuperação pela Câmara de Oeiras deverá ficar concluída no primeiro trimestre do próximo ano. A iniciativa insere-se na política de valorização do património da autarquia, prevendo-se que a próxima fortificação a ser recuperada no município de Oeiras seja o Forte do Areeiro.

O Forte de São Bruno, classificado como imóvel de interesse público, foi construído em 1647, sobre um maciço rochoso situado na zona de confluência da Ribeira de Barcarena com o rio Tejo e integra-se numa linha de fortificação e defesa da costa portuguesa, compreendida entre Belém, Cabo da Roca e Bugio. Após ter perdido relevância a sua vocação

militar e numa altura em que já se encontrava bastante degradada, a autarquia decidiu dar à fortaleza costeira uma nova utilização turística e cultural.

Com uma primeira fase de recuperação orçada em 60 mil contos, está projectada a construção na zona envolvente de uma galeria destinada a acções de animação cultural. Incluída num triângulo turístico, juntamente com a Quinta Real de Caxias e o passeio marítimo, a nova galeria será dotada de meios que viabilizem a realização de exposições permanentes e temporárias, bem como espectáculos ao ar livre. Em paralelo, o novo complexo cultural contará com a instalação de pequenas unidades de comércio, ligadas ao artesanato e às artes, além de um pequeno restaurante e bar. ■

Meio	Data	Pág.
24 Horas	9.12.98	15



Oeiras

Recuperação de fortaleza

O município de Oeiras tem em curso um projecto de reconstrução e valorização do Forte de S. Bruno, o qual estará concluído no primeiro trimestre do próximo ano. A primeira fase de recuperação do equipamento rondará os 60 mil contos. O monumento, cuja construção data de 1647, será utilizado após a conclusão das obras como sede de honra da Associação dos Amigos dos Castelos. Além da recuperação da antiga fortaleza seiscentista, o município vai também construir uma galeria na área envolvente, um espaço que ficará vocacionado para acções de animação cultural.

OEIRAS RECUPERA FORTE
 Oeiras recupera forte.
 In: A Capital.-Lisboa.- (09 Dez 1998), p. 8.
 Fortificações / Forte de S.Bruno
 Cota: RI/4275 CMO
 [4275]



Meio	Data	Pág.
A Capital	9.12.98	8



Oeiras recupera forte

A CÂMARA Municipal de Oeiras pretende recuperar o Forte de São Bruno - uma das fortificações de defesa da costa de Lisboa -, tendo já orçamentado para a primeira fase do projecto 60 mil contos.

Os trabalhos deverão estar concluídos no final do primeiro trimestre do próximo ano.

Das obras faz parte a construção de uma galeria no espaço envolvente da fortificação, a qual será destinada a acções de animação cultural, ficando dotada com possibilidades para exposições permanentes e temporárias e espectáculos ao ar livre, em paralelo com infra-estruturas de apoio turístico.

Quando estiverem concluídos os trabalhos, o forte passará a ser utilizado pela Associação dos Amigos dos Castelo, que ali instalará a sua sede de honra.

FORTE DE S. BRUNO VAI SER RECUPERADO

Forte de S. Bruno vai ser recuperado.

In: Notícias da Amadora.-Amadora.- (10 Dez 1998), p. 8.

Fortificações / Forte de S. Bruno

Cota: RI/4245 CMO

[4245]



Notícias da Amadora

10.12.98

Pág. 8



Forte de S. Bruno vai ser recuperado

O Forte de S. Bruno, em Caxias, vai ser recuperado pela Câmara Municipal de Oeiras para servir de sede de Honra da Associação dos Amigos dos Castelos. O projecto de recuperação e valorização, com um orçamento de cerca de 60 mil contos, vai estar concluído no primeiro trimestre do próximo ano.

A autarquia vai valorizar o Forte com o objectivo de lhe dar uma vocação turística e cultural, uma vez que as suas muralhas e fortificações perderam a utilidade e a relevância militar ao longo dos séculos. A sua recuperação insere-se na política de recuperação patrimonial da autarquia que assenta num plano de salvaguarda do património, «que está bem patente na zona do Forte, o qual viabiliza um triângulo turístico juntamente com a

Quinta Real de Caxias e o Passeio marítimo».

O Forte de S. Bruno foi construído sobre um maciço rochoso em 1647 na zona de confluência da Ribeira de Barcarena com o rio Tejo, numa época em que o movimento de barcos portugueses e estrangeiros oriundos dos quatro cantos do mundo, obrigava a uma vigilância permanente. Para protecção da barra e da cidade de Lisboa foram mandadas construir algumas fortificações munidas de artilharia ao longo da orla ribeirinha, que foram integrados na então Praça de Guerra de S. Julião da Barra, entre eles o Forte de S. Bruno.

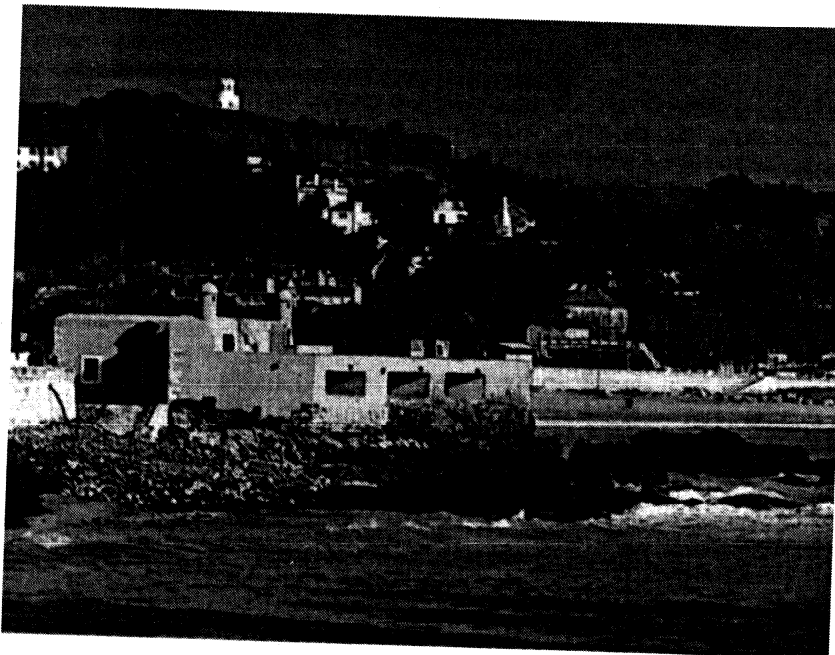
A sua edificação integrava-se numa linha de fortificação e defesa da costa portuguesa compreendida entre Belém, Cabo da Roca e Bugio. Já neste século o Forte foi classificado como património de interesse público.

Para além da recuperação da

antiga fortaleza seiscentista a Câmara Municipal de Oeiras prevê a construção de uma galeria no espaço envolvente do imóvel vocacionada para acções de animação cultural. A futura galeria será dotada de meios para suportar exposições permanentes e temporárias e espectáculos ao ar livre, em paralelo com infra-estruturas de apoio turístico.

Para que o movimento no Forte de S. Bruno não se limite a questões pontuais, a autarquia vai permitir a instalação de pequenas unidades de comércio, ligadas ao artesanato e às artes, um pequeno restaurante e um bar com o objectivo de dinamizar o local.

Na sequência da política de recuperação patrimonial em curso no concelho de Oeiras, o Forte do Areeiro vai ser o próximo a ser recuperado com as mesmas finalidades do Forte de S. Bruno.



Meio	Data	Pág.
O Dia	13.12.98	8



Oeiras recupera Fortificação Marítima do século XVII

A orla marítima oeirense revela um enorme património histórico, ligado a um dispositivo de defesa costeira erguido no século XVII, através da construção de uma rede de fortificações marítimas.

Como concelho ribeirinho, na entrada do estuário do Tejo, Oeiras constituía na época um ponto estratégico de defesa da cidade de Lisboa, o que levou à construção de vários fortes, munidos de peças de artilharia e inte-

grados ne então Praça de Guerra de S. Julião da Barra.

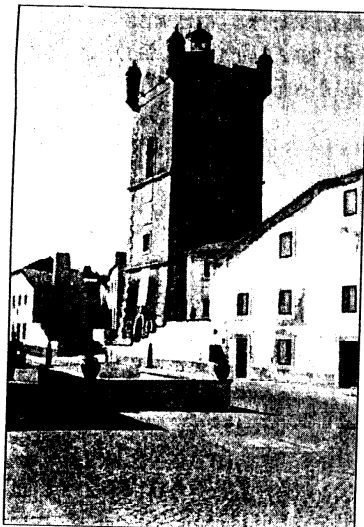
Volvidos vários séculos, a sua utilização militar perdeu revelância, assumido as muralhas e fortificações de outrora, uma nova vocação turística, o município de Oeiras tem em curso um projecto de recuperação e valorização do Forte de S. Bruno, o qual vai estar concluído no 1º trimestre do próximo ano.

A primeira fase de recuperação do referido equi-

pamento vai rondar os 60 mil contos.

Uma vez recuperado, o Forte de S. Bruno vai ser utilizado como Sede de Honra da Associação dos Amigos do Castelo. A sua recuperação está inserida na política de recuperação patrimonial da autarquia, assente num plano de salvaguarda do património.

Na sequência daquela política, o Forte do Areeiro vai ser o próximo a ser recuperado, visando fins idênticos aos do Forte de S. Bruno.

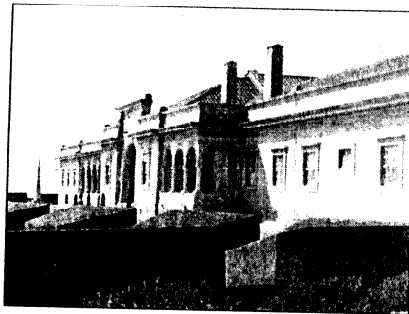


encontra a Torre de São Julião da Barra. Na sua construção foi utilizada a melhor pedra e centenas de artifices. Resta provar a data da sua conclusão, até lá aponta-se o ano de 1568.

O objectivo do Forte de São Julião da Barra era vigiar a cidade de Lisboa, cada dia mais próspera e cessar o atrevimento dos piratas africanos. Esta é a versão recolhida do "Memorial Histórico", de au-

tor anónimo, mas não distraído, já que teve o cuidado de indicar o dia 9 de Janeiro de 1553 - dia litúrgicamente consagrado a São Julião - como data do início dos trabalhos de

construção da fortaleza. Não obstante, a maioria dos autores atribui a construção desta fortificação ao reinado de D. João III. O que está confirmado é que em 1562, os trabalhos de construção prosseguiram sob a orientação do Arquitecto Miguel de Arruda, "Mestre das obras, dos muros e fortalezas de Portugal e Ultramar", Cavaleiro Fidalgo da Casa Real. A autoria do projecto ainda não foi



determinada, mas o título de Mestre e Vedor das obras no Forte de São Julião ninguém lhe tira.

Esta fortificação, bem como muitas outras, não participou verdadeiramente em nenhum combate, mas também não foi um gasto inútil para a Fazenda Real. Agia como um elemento dissuasor, afastando os inimigos, principalmente os corsários norte-africanos. Lisboa era na época uma cidade invadida e apetecida por todos os traficantes de ouro e especiarias.

Na Invasão Espanhola de 1580, a fortaleza acabou, não sem dar luta, por cair nas mãos dos espanhóis, que dentro das muralhas governaram até à Restauração. Resalve-se que os seus meios de defesa estavam somente do lado do mar.

Na época da Restauração, foram os próprios portugueses a atacar a fortaleza, novamente por terra. Em São Julião estava na altura prisioneiro D. Fernando Mascarenhas, 1.º Conde da Torre, que pressionou o governador espanhol a negociar a rendição.

No início do século XIX, aquando da ocupação francesa, as forças militares de Napoleão instalaram-se em São Julião, enquanto a esquadra inglesa bloqueava a foz do Tejo. Na verdade também os ingleses o ocuparam e, justiça seja feita, foram os responsáveis pela construção de redutos provisórios que protegiam a fortaleza pelo lado terra, claro que

na ideia tinham também o eficaz reembarque das suas tropas em caso de derrota.

Outro episódio que merece referência, aconteceu em 1831, quando a Esquadra Francesa forçou entrada no Tejo e ancorou no Terreiro do Paço com o objectivo de libertar dois franceses encarcerados em São Julião da Barra, acusados de desprestigiarem o regime absolutista de D. Miguel. Usando a força, os franceses resgataram os detidos e ainda capturaram parte dos navios de guerra portugueses ancorados no rio.

Das fortificações costeiras do Tejo, apanhadas de surpresa, só São Julião da Barra, o Ruivo e o Forte de Catalazete responderam ao fogo francês, embora não conseguissem deter o avanço dos navios.

São Julião da Barra foi também prisão militar e política de má fama. Ai estiveram enclausurados, D. Fernando Mascarenhas, Conde da Torre, o Arcebispo de Braga, D. Sebastião de Bastos Noronha, o General Gomes Freire de Andrade, o escritor João baptista da Silva Lopes, entre outros.

Em 1575 a fortaleza já era presídio de degredados, que vinham sentenciados de todas as partes do reino. Consta que desde os tempos dos Filipes até ao princípio do Estado Novo, muitos foram os que passaram pelas masmorras e ali morreram. Alguns eram lançados ao mar, de noite.

Curioso foi o facto de Filipe II, por escrúpulos de consciência, ter pedido absolvição ao Papa pelos cerca de 2000 eclesiásticos que mandara matar por vários modos. E foi absolvido!

Em 1582 decorriam obras de ampliação em São Julião da Barra, nomeadamente novas e extensas baterias, aumentando assim o poder defensivo. A comunicação com o exterior continuava a fazer-se pelo fosso.

As obras na fortaleza atraíram a Oeiras muitas famílias que formaram "boas e rendosas casas". Por outro lado, soldados portugueses e espanhóis casaram com moças de Oeiras e misturaram-se com o povo, enquanto os que construíram o forte se relacionaram ao mais alto nível.

Partindo de um pequeno núcleo inicial, o Forte de São Julião foi-se modificando ao longo dos anos e registando sucessivas ampliações para se adaptar ao desenvolvimento da artilharia, até atingir o seu ponto máximo em finais do século passado, o que o desclassificou como fortificação militar.

Em 22 de Agosto de 1951, passou a exercer a função que ainda hoje mantém de recepção de hóspedes governamentais importantes e pousada de visitantes ilustres.

Desta forma, em 1950 uma par-

te dos antigos aquartelamentos militares foi substituída por uma nova construção mais luxuosa, dotada de salões, sala de jantar, cozinha, biblioteca, capela, e tudo o que de mais acolhedor se pode oferecer a um visitante de relevo.



Os presos de São Julião da Barra

Uma lenda antiga conta que em 1580, quando o Reino de Portugal passou a ter um monarca castelhano, Filipe I, o Forte de São Julião da Barra ainda estava em construção.

Julgando-se com direito à coroa lusa, Filipe I teve de recorrer à força militar para impor a sua autoridade. Isto antes das Cortes de Tomar o declararem legítimo rei.

A fortaleza de São Julião da Barra, que tinha como missão a defesa da Barra de Lisboa, já servia de presídio político e militar, o que só veio a terminar neste século.

Os opositores do novo monarca foram aliçados para os frios, húmidos e insalubres cárceres nos subterrâneos da fortaleza, entre eles muitos sacerdotes, que acabaram por ser aliçados ao mar.

Reza a história que a natureza, movida contra Filipe I, não deixou que as redes dos pescadores continuassem a capturar peixe. Ao invés, passaram a trazer partes dos corpos dos pobres sentenciados. Na sua maioria, os pescadores deixaram de ir à praia e os mais destemidos, mesmo quando pescavam um peixe, não encontravam comprador.

Espalhou-se a crença que o mar da Barra estava excomungado e só com a vinda a Oeiras do Arcebispo de Lisboa, D. Jorge de Almeida, que exorcizou o mar, se conseguiu acalmar a população. Depois o peixe voltou.

Sofia Santos

FORTE DE S. BRUNO VAI SER RECUPERADO

Forte de S. Bruno vai ser recuperado : Oeiras.

In: O Dia.-Lisboa.- (17 Dez 1998), p. 7.

Fortificações / Forte de S.Bruno

Cota: RI/4177 CMO

[4177]



Meio	Data	Pág.
------	------	------

O Dia

17.12.98

7



■ OEIRAS

Forte de S. Bruno vai ser recuperado

O Forte de São Bruno, em Caxias, será recuperado pela Câmara Municipal de Oeiras para servir de sede de Honra da Associação dos Amigos dos Castelos.

O projecto de recuperação e valorização estará concluído no primeiro trimestre do ano que se avizinha. O custo desta recuperação rondamos 60 mil contos.

A câmara municipal vai valorizar o forte, dando-lhe uma componente turística cultural, uma vez que as suas muralhas e fortificações perderam a utilidade e a relevância militar ao longo dos tempos.

A recuperação insere-se na política desenvolvida pela autarquia no que concerne ao património desta.

O Forte de São Bruno foi construído sobre um maciço rochoso em 1647 na zona da confluência da ribeira de Barcarena com o rio Tejo, numa época em que o movi-

mento de barcos portugueses e estrangeiros oriundos de vários pontos do mundo, obrigava a uma vigilância constante.

Para protecção da barra e da cidade de Lisboa foram construídas algumas fortificações munidas de artilharia ao longo da orla ribeirinha, que foram integrados na então Praça de Guerra de São Julião da Barra, entre eles o Forte de S. Bruno.

A sua construção integrava-se numa linha de fortificações e defesa da costa portuguesa compreendida entre Belém, Cabo da Roca e Bugio. Já neste século o Forte de S. Bruno foi classificado como património de interesse público.

Para a recuperação da antiga fortaleza seiscentista a Câmara Municipal de Oeiras prevê a construção de uma galeria no espaço envolvente do imóvel vocacionada para acções de animação cultural.



Meio	Data	Pág.
J. Costa do Sol	2-6-99	5

Forte de S. Bruno ainda em recuperação

Estão muito atrasadas, devido à necessidade de intervenções, não previstas, ao nível da estrutura das muralhas, as obras de recuperação do Forte de S. Bruno, em Caxias, que deveriam ter ficado concluídas em 1997, segundo revelaram ao Jornal da Costa do Sol fontes da Câmara Municipal de Oeiras.

Recorda-se que obras de recuperação em monumentos antigos, não podem ser executadas com utilização dos materiais de construção actuais, sendo necessário imitar, tanto quanto possível, os usados na construção inicial, o que exige estudos demorados, tarefa que no caso daquele forte esteve a cargo do LENEÇ.

Quem passa na estrada marginal tem a ideia de que as obras no Forte estão paradas, mas informações que nos foram transmitidas referiram que os trabalhos prosseguem, embora sem poder ser adiantada qualquer data para a sua conclusão.

A recuperação do Forte é a primeira fase das obras, que visam também a remodelação de toda a zona envolvente, com criação de um parque de estacionamento e área de comércio.

Integrado nesta política de recuperação das fortificações marítimas de Oeiras, está também a bateria do Areeiro, situada perto das instalações do INATEL, tendo já sido assinado o necessário protocolo entre a Câmara e a Marinha, segundo o qual

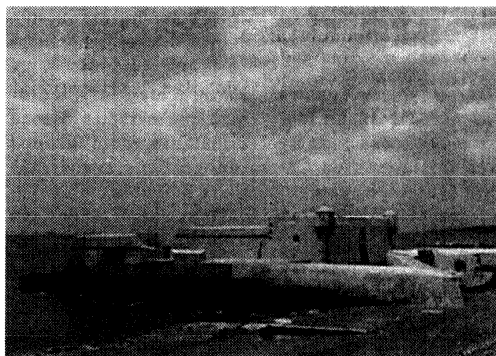
se prevê a utilização da fortificação pela Câmara, para fins culturais, mas cujas obras de recuperação estão dependentes ainda da conclusão do projecto, e aprovação pela Marinha.

Forte de São Bruno

O Forte de São Bruno, em Caxias, que data de 1647, no reinado de D. João IV, integrava a linha de fortificações de defesa da costa, que se desenvolvia desde a Junqueira (onde está a FII) até à paia do Guncho (Abano).

De rara arquitectura neste tipo de construções, aquele forte tem uma planta abaluartada, semelhante ao traçado da Cidadela de Cascais, traçado que em termos militares, se justificava quando se pretendia defender de ataques inimigos que forçavam a entrada nas fortalezas.

A altura das muralhas do forte, todavia, não pressupõe a intenção de servirem como grande meio dissuasão, quanto mais como de defesa, pelo que a sua geometria, não parece por isso, ser mais do que um capricho do arquitecto.



A operacionalidade daquela construção militar não foi significativa, ou por razões da sua colocação na costa, ou porque devido a ser quase uma "Fortaleza Miniatura", foi mais um divertimento de reis, que se entretinham a dar tiros de artilharia contra barcaças colocadas no rio, caso de D. Miguel, que habitando o palacete

em Caxias, ia divertir-se para o forte.

Registe-se, ainda que as obras de preservação dos fortes em Oeiras, são parte do plano de criação de um passeio marítimo, que da Praia da Torre a Algés, irá devolver à livre utilização das populações toda a zona ribeirinha.

Alexandre Gonçalves

CARDOSO, Inês

Fortes acolhem acções culturais e desportivas: fortificações da grande Lisboa / Inês Cardoso.

In: Jornal de Notícias.-Lisboa.- (31 Ago 1999), p. 7.

Fortificações

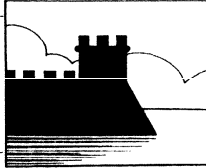
Cota: RI/215 CMO

[215]

Jornal de Notícias

31.08.99

p. 7

**FORTIFICAÇÕES
DA
GRANDE LISBOA**


Apostada em revitalizar a zona ribeirinha, a Câmara de Oeiras chamou a si a recuperação dos Fortes de S. Bruno e do Areeiro Velho. Embora continuem a

ser património do Estado, cabe à autarquia dinamizar e promover a sua utilização.

Fortes acolhem acções culturais e desportivas

A intervenção em S. Bruno está em fase adiantada, mas falta a transformação de toda a área envolvente em zona de lazer

INÊS CARDOSO

"Estamos a recuperar e a iluminar todos os fortes da linha de costa do concelho". Este é o anúncio da Câmara Municipal de Oeiras que os visitantes podem ver, em letras garrafais, junto ao Forte de S. Bruno, em Caxias. Ali decorrem profundas obras de reabilitação, que se seguem a um protocolo de colaboração entre a autarquia e o proprietário do imóvel - o Estado português.

Sem ser uma peça única na actuação da Câmara, a intervenção no Forte de S. Bruno enquadra-se numa estratégia de "esforço de requalificação das zonas ribeirinhas". No protocolo de cedência do espaço explica-se que a autarquia deverá desenvolver programas de animação, ficando o espaço particularmente reservado para iniciativas culturais.

Avalladas em cerca de 34 mil contos, as obras compreendem o arranjo do forte e da zona envolvente. Junto ao muro da Avenida Marginal, foi cedido à Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos (APAC) um espaço para instalação da sua sede, ainda não concluído. Anualmente, a APAC compromete-se a entregar à Câmara uma proposta de programa de actividades a realizar no forte.

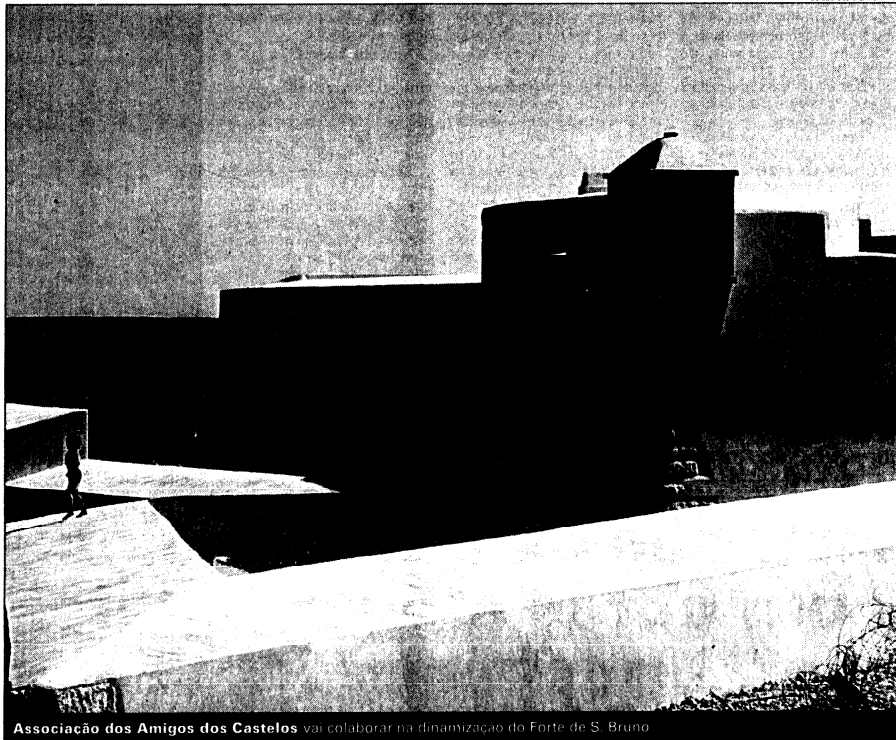
Fonte da autarquia explicou ao JN ser ainda incerta a data de conclusão do projecto de recuperação. Embora a intervenção no imóvel propriamente dito esteja em fase adiantada, "falta todo o trabalho de transformação da área adjacente em zona de lazer".

Invasão de areia

Os dedos de uma mão não chegam para contar os diferentes usos que o Forte de S. Bruno já teve. Construído logo a seguir à Restauração da Independência, em 1647, esteve depois longos períodos desactivado e invadido por... areia. Em 1763, durante a guerra com Espanha, esteve operacional, mas terminado o conflito voltou ao abandono.

Em 1832, o Infante D. Francisco construiu um palacete fronteiriço ao forte e passou a utilizá-lo para exercícios de tiro ao alvo. No início do século, e a vez de ali se instalar a Guarda Fiscal, que ficou até 1946. Nessa altura é a Mocidade Portuguesa que ocupa as instalações, já que Marcelo Caetano não consegue cumprir o objectivo de o utilizar para um Centro de Vela.

Depois do 25 de Abril, era inevitável a mudança de ocu-



Associação dos Amigos dos Castelos vai colaborar na dinamização do Forte de S. Bruno

ram a utilizar o espaço como Colónia de Férias. Em 1977 mudou novamente de mãos, passando para a Associação Portuguesa de Pousadas de Juventude, mas foi novamente sol de pouca duração. Sete anos depois o forte era cedido ao Corpo de Voluntários Salvadores Náuticos. Antes de iniciar as actuais obras, a Câmara cedeu a esta entidade um outro espaço situado em Oeiras.

No seu inventário, a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) considera-o "uma das mais belas fortificações do litoral português", graças ao seu desenho e proporções equilibradas. Embora de pequenas dimensões, a sua planta estrelada adapta-se perfeitamente ao terreno no qual foi erguido. Estilisticamente, situa-se no limiar do barroco.

Antes das actuais obras adjudicadas pela Câmara de Oeiras, a DGEMN interveio várias vezes no forte ao longo deste século. Em 1958, foram rebocadas e caiadas as paredes e

mesmo ano foram ainda arranjados o refeitório, cozinha e sanitários - edifícios construídos seis anos antes, altura em que foi reajustado o corpo existente. No início da década passada, foram feitas obras de conservação na muralha.

Exercícios militares

Também no Areeiro Velho decorrem obras de adaptação, depois do edifício ter sido cedido à Câmara pela Marinha. Numa cerimónia que teve o Forte da Giribita como palco, ficou decidida a sua utilização para fins culturais ou actividades desportivas juvenis.

Até ao final do mês de Outubro de cada ano, a Marinha terá sobre a mesa programas de utilização do espaço, sujeitos a apreciação e eventuais propostas de alteração. Além disso, o forte continuará a ser utilizado para fins militares: em dois períodos anuais de 15 a 20 dias, a Câmara Municipal deverá ceder o espaço, para "realização de exercícios nacionais e/ou inter-

Aliás, o protocolo de cedência não esquece situações de possível necessidade de ocupação total do forte pela Marinha: os utilizadores habituais terão de "libertar imediatamente os espaços ocupados em situação de emergência, nacional ou aliada".

Além de chamar a si o restauro das instalações, a Câmara de Oeiras terá de "promover a segurança física das instalações em termos de controlo de acessos e prevenção de incêndios, no sentido de garantir a sua salvaguarda, admitindo-se o recurso a meios electrónicos de vigilância nos períodos de não utilização".

À autarquia cabe ainda assumir as despesas inerentes aos consumos de energia eléctrica, água e saneamento. Tudo a bem da "animação de espaços com valor cultural" e da sua fruição pela comunidade".

AMANHÃ: Um forte com documentação sobre administração

Espaços não classificados com obras

Nem só de monumentos classificados se faz a história das fortificações de Oeiras. No inventário da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais encontram-se quatro cuja protecção está em estudo - os do Areeiro Velho (um dos que foi cedido pela Marinha à Câmara de Oeiras), de Nossa Senhora das Mercês (ou Catalezeite), de Giribita e de S. João das Maias.

Situado em Porto Salvó, o de Giribita foi recentemente embelezado pela autarquia, que mandou instalar iluminação exterior. Com custos que rondaram os 4500 contos, os melhoramentos visaram não só tornar o Forte da Giribita "mais atraente e visível", mas também "realçar parte da zo-

BUGIO PRONTO EM MAIO

Bugio pronto em Maio : transformação em pousada pode ser futuro.

In: Público.-Lisboa.- (25 Set 1999), p. 49.

Fortificações / Forte do Bugio

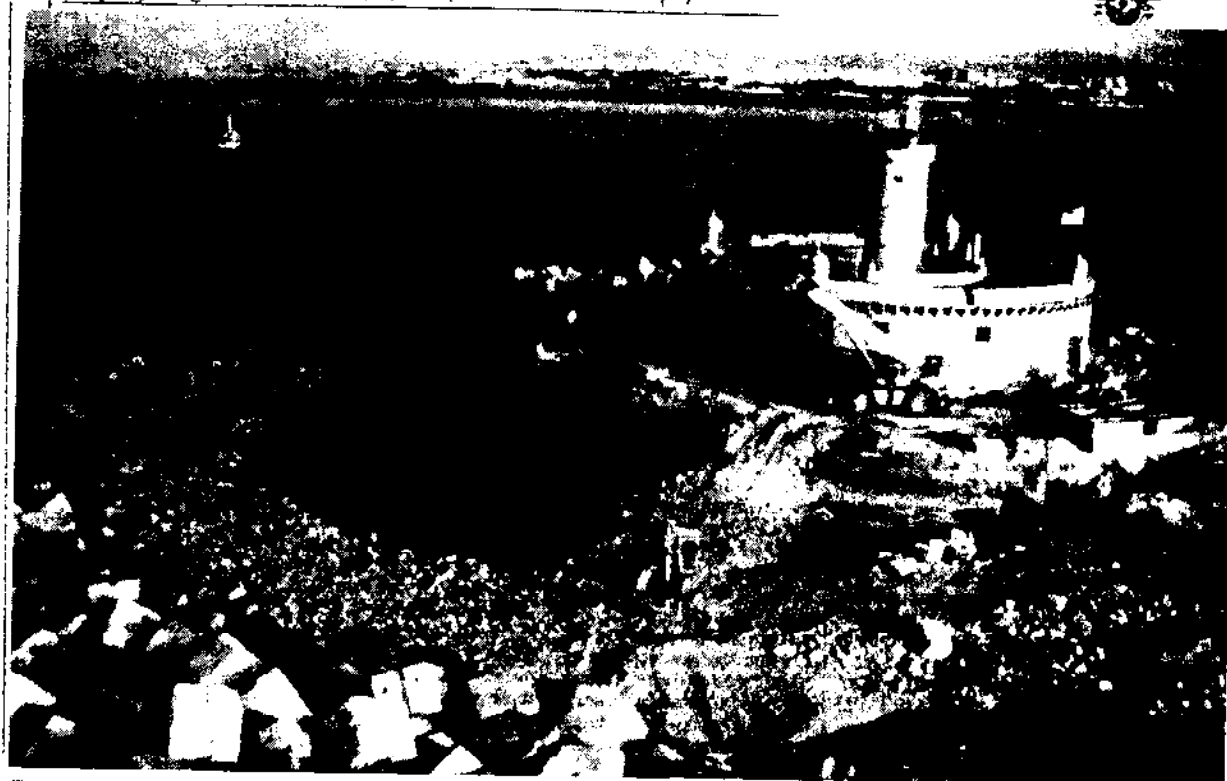
Cota: RI/549 CMO

[549]



Centro de Documentação e Informação

Meio	Data	Pág.
Público	25-9-99	49



Transformação em pousada pode ser o futuro

Bugio pronto em Maio

A RECUPERAÇÃO do Forte do Bugio, na foz do Tejo, deverá terminar em Maio do próximo ano, mas o seu futuro aproveitamento ainda é uma incógnita, embora haja muitas ideias. Utilizar o edifício para uma pousada de carácter sazonal ou apenas como monumento visitável integrado em passeios no Tejo são as duas hipóteses levantadas. Há também quem fale em transformar o forte em museu militar. O farol vai continuar a ser usado pela Marinha.

O ideal, segundo a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), entidade responsável pelo Forte, seria até uma junção dos dois cenários, pois quem o visitasse poderia dormir num dos compartimentos que antes albergavam a guarnição militar. As obras de restauro do Forte sofreram sucessivos atrasos e adiamentos devido aos condicionamentos provocados pelo estado do mar — a maior dificuldade de todo o projecto, dizem os responsáveis, já que o Forte se situa numa zona de transição, perturbada pelo encontro da corrente do rio com a corrente marítima.

Depois da construção do quebra-mar circular de

proteção em forma de caracol, em 1997 e 1998, está agora já em fase de acabamentos a muralha periférica. O valor global da intervenção ascendeu aos 2,1 milhões de contos. Para dar as obras por terminadas, falta apenas acabar uma pequena zona em falta na periferia da muralha, colocar o lajedo no núcleo central, fazer algumas correcções no interior do edifício, e arranjar o cruz de acostagem, de modo a permitir atracagens de embarcações mais baixas.

"As pequenas intervenções que faltam correspondem a cerca de um mês de trabalho. Não devemos poder continuar por muitos mais dias ainda este ano. Vamos recomeçar no início de Maio do próximo ano, e esperamos terminar os trabalhos no final desse mês ou, no máximo, em Junho", disse António Cerdeira, director regional da DGEMN. Ontem, este organismo queria mostrar no local o avanço das obras, mas as condições do mar, com ondas de 1,5 metros, e o nevoeiro não permitiram sequer uma aproximação, pelo que as explicações foram dadas a bordo de um cacilheiro, no Tejo.

A recuperação da muralha está a ser feita com

bloques de calcário de Alentejo, iguais aos que lá estavam, e deve ficar pronto este mês. O estado do interior do edifício não levanta grandes problemas, já que tem apenas "algumas fissuras e umas pedras caídas", segundo António Cerdeira. Por restaurar fica a capela — cujas paredes são forradas a madeira — e que exige "uma recuperação muito cuidada e demorada, talvez de um ano". "O objectivo desta intervenção é deixar o Forte em condições de poder ser visitado durante oito meses por ano", afirmou aquele responsável. A futura animação do local ainda não foi pensada. "É preciso o envolvimento e consenso de outras entidades", como câmaras municipais e operadores de transportes. Até agora, a única entidade que se mostrou interessada na dinamização do Forte foi a Câmara de Oeiras. O ponto de partida mais próximo do Bugio é Oeiras, trajecto que no bom tempo se faz em cerca de dez a 15 minutos. No entanto, caso se decida tornar o Bugio em ponto turístico, será necessário desear as visitas, pois "o edifício não comporta chegadas maciças de 100 pessoas, apenas de cerca de 40", afirmou António Cerdeira.

PINTO, Maria João
Bugio visitável a partir de 2000 : património / Maria João Pinto.
In: Diário de Notícias.-Lisboa.- (25 Set 1999), p. 27.
Fortificações / Forte do Bugio
Cota: RI/546 CMO
[546]



Meio	Data	Pág.
DIÁRIO NOTÍCIAS	25-9-99	27

PATRIMÓNIO

Bugio visitável a partir de 2000

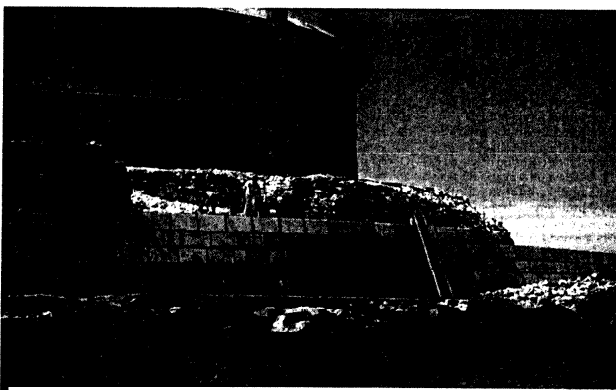
Se o estado do tempo e do mar o permitir, as obras de protecção do forte concluir-se-ão na segunda semana de Novembro

MARIA JOÃO PINTO

O cais que, nos últimos três anos, tem servido as operações de descarga de materiais no forte do Bugio será adaptado de modo a receber embarcações de uso turístico. E, se o estado do tempo e o estado do mar permitirem a conclusão dos trabalhos de protecção em Novembro, o Bugio será visitável a partir da Primavera de 2000. Boas notícias, em particular para as populações de Paço de Arcos e da Trafaria, que há longos anos mantêm entre si, e em torno do Bugio, uma disputa amigável: a de saber quem nutre maior simpatia por ele, se a margem norte, se a margem sul do Tejo.

Mas até lá, e com a aproximação do Inverno, o Bugio voltará a ser inexpugnável. Como já ontem aconteceu: a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), promotora do projecto de recuperação do forte, agendara uma visita aberta à comunicação social, mas o estado do tempo e o estado do mar pregaram uma partida. Há exactamente dois anos, também em Setembro, foi possível pisar terra firme no Bugio, mas ontem, pouco antes da entrada na barra, uma ondulação de respeito obrigou a equipa a voltar para trás. O Bugio, esse, estava envolto em nevoeiro.

A experiência de ser marinheiro por um dia, divertida para uns, assustadora para outros, permitiu ilustrar «a complexidade da obra em curso», como lembrou António Cerdeira, director regional de Edifícios de Lisboa e um dos guias da visita, presidida pelo secretário de Estado das Obras Públicas, Maranha das Neves, e pelo titular da DGEMN, Vasco Martins Costa: uma obra em mar aberto, apenas possível entre Abril e Setembro, envolvendo, para mais, maquinaria pesada.



PROTEGER. Nova vida para o forte renascentista do Bugio: vista geral da obra e pormenor da reconstrução da muralha

Obra condicionada, mesmo no Verão, ao estado do tempo: «Este ano, recomenciamos as obras em Maio e, em Agosto, tivemos de interrompê-las dois, três dias, devido ao nevoeiro: não se via, simplesmente, onde estava o Bugio.»

A segunda fase da obra de protecção do forte (através de um molhe circular, reforçando, sobretudo, as «faces» viradas ao mar) deverá terminar em Novembro, à semelhança da recuperação da muralha periférica, destruída em mais de 50 por cento por sucessivos temporais. Trabalhos que devolverão ao Bugio – implantado numa zona de correntes fortes e fundos baixos – a resistência ne-

Se o estado do mar o permitir, o forte do Bugio abrirá as suas portas sete a oito meses por ano

cessária para continuar a ser a mais nobre sentinela do Tejo. De resto, e apesar de o anel de protecção ter sido construído faseadamente, «a obra comportou-se bem nos dois anos anteriores».

A par destes, desenvolveram-se outros trabalhos, nomeadamente de reparação de fissuras e de eventuais focos de instabilidade, bem como de limpeza de interiores. A capela do forte terá de submeter-se, também, a trabalhos de recuperação, que António Cerdeira prevê venham a prolongar-se por 12 meses. Se o mar o permitir, o Bugio receberá visitas «sete a oito meses por ano». Os pontos de partida mais próximos situam-se, naturalmente, no concelho de Oeiras, sendo uma hipótese o cais da Direcção-Geral de Faróis, em Paço de Arcos. O Bugio estará, então, a 10/15 minutos de distância.

BUGIO RECEBE TURISTAS NO PRÓXIMO VERÃO

Bugio recebe turistas no próximo Verão : Recuperação do Farol do Tejo já vai em dois milhões de contos.

In: Semanário.-Lisboa.- (01 Out 1999), p. 24.

Fortificações / Forte do Bugio

Cota: RI/1466 CMO

[1466]



Centro de Documentação e Informação

Meio	Data	Pág.
SEMANÁRIO	1-10-99	24



RECUPERAÇÃO DO FAROL DO TEJO JÁ VAI EM DOIS MILHÕES DE CONTOS

Bugio recebe turistas no próximo Verão

O Forte do Bugio, em obras desde 1997, deverá estar pronto a receber turistas no Verão do próximo ano. Situado na Barra do Tejo, ao largo de Oeiras, poderá ser visitado de barco, integrado em passeios fluviais, ou adaptado a pousada. Outra hipótese passa pela transformação em museu militar.

dormir no meio do Tejo, mas sem o incomodo balançar de um barco, poderá ser uma realidade já a partir do Verão do próximo ano. Após muitos atrasos e adiamentos, devido às dificuldades provocadas pelo difícil estado do mar na zona, a recuperação do Forte do Bugio está quase concluída.

"As pequenas intervenções que faltam correspondem a cerca de um mês de trabalho. Talvez ainda se consiga adiantar a obra este ano, mas mesmo que o tempo não o permita, recomeçamos em Maio e em Junho, no máximo, damos os trabalhos por concluídos".

A garantia foi dada por António Cerdeira, director regional de Lisboa da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, entidade responsável pelo Forte do Bugio.

As obras de protecção estão na última fase, faltando apenas concluir uma pequena zona em falta na periferia da

muralha, colocar o lajeado no núcleo central, limpar e recuperar partes do interior do edifício e arranjar o cais de acostagem, para que ali possam atracar embarcações mais baixas.

A parte mais difícil das obras, concluída entre 1997 e 1998, consistiu na criação de uma "ilha artificial" concêntrica com o Forte do Bugio em cerca de dois terços do seu perímetro, ficando aberta apenas a parte onde a confluência das correntes marítimas e do rio Tejo não oferece perigos.

A "ilha", construída a uma distância de 40 metros da muralha, é "protegida por um quebra-mar circular, constituído por enrocamentos de grandes dimensões", sobre os quais foram colocados 1040 cubos de betão, cada um com 36 toneladas de peso.

A recuperação da muralha periférica, que se encontrava em mais de metade da extensão destruída devido à forte ondulação e aos tempo-

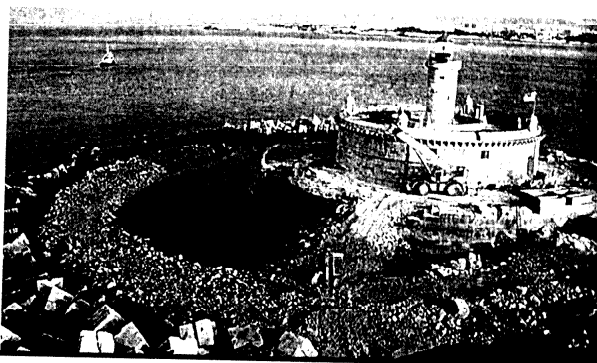
rais, está a ser feita com blocos de alcantaria aparelhada, que pesam 3 a 4 toneladas e são provenientes de Alenquer.

No que respeita à recuperação do interior, as obras não devem ser complicadas pois registam-se apenas "algumas fissuras e pedras caídas". Mais complicado poderá ser o restauro da capela, cujas paredes, forradas a madeira, exigem uma recuperação cuidada, que "poderá demorar cerca de um ano". Isto não impede que seja visitada, juntamente com o resto do edifício.

Manter o Forte do Bugio aberto às visitas turísticas oito meses por ano é o objectivo da intervenção, que vai custar 2,1 milhões de contos, não contando com as obras no interior do edifício.

Quanto à possibilidade do Forte ser transformado em pousada ou museu militar, é uma hipótese ainda em discussão. "É preciso o envolvimento de outras entidades", caso das câmaras e operadores de transportes. Mas, para já, a única interessada foi a Câmara de Oeiras.

Do cais da Direcção de Faróis, em Oeiras, chega-se ao Bugio em apenas dez, 15 minutos, nos dias de bom tem-



O Forte do Bugio está protegido por um "caracol" de mil blocos de cimento de 40 toneladas.

po. Mas as visitas têm de ser programadas porque o edifício "não comporta chegadas maciças de cem pessoas, apenas de cerca de 40", avisa António Cerdeira.

A fortaleza renascentista, de planta circular, foi projectada em 1578 pelo arquitecto italiano Frei Vicêncio Casale. As obras só ficaram concluídas em 1640, depois de algumas alterações introduzidas pelo arquitecto português Frei João Torrealva.

A função inicial do Forte do Bugio era de natureza mi-

litar e tinha por objectivo a defesa da Barra de Lisboa, em conjugação com o Forte de São Julião, situado em terra, entre Oeiras e Carcavelos. No Bugio estava instalada uma guarnição que rondava os 50 homens e era dotada de 27 peças de artilharia.

Este século, o Bugio perdeu o interesse militar e passou a funcionar apenas como farol, funções que ainda hoje desempenha. Desengane-se, contudo, quem pensa que vive lá algum faroleiro em clausura. "Devido aos painéis so-

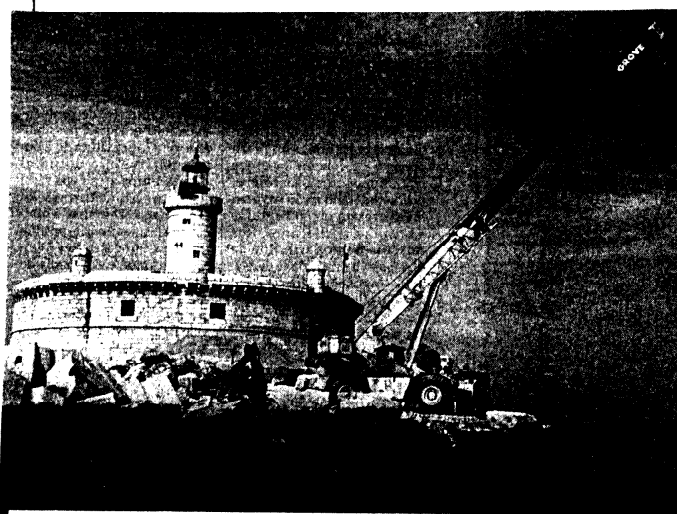
lares, o farol tem uma grande autonomia e só é preciso ir lá uma vez por semana para ver se está tudo a funcionar na perfeição", explica António Cerdeira.

Este técnico garante que quem tiver oportunidade de visitar o Bugio não dará o seu tempo por perdido. "Além de constatarem como viviam os soldados da guarnição, em dias de bom tempo podem destruir de uma magnífica vista sobre o estuário do Tejo e as suas margens, incluindo Lisboa, Oeiras e Trafalgar". ■

PINTO, Maria João
Bugio sonha com novos usos : património / Maria João Pinto.
In: Diário de Notícias.-Lisboa.- (16 Out 1999), p. 25.
Fortificações / Forte do Bugio
Cota: RI/895 CMO
[895]



Meio	Data	Pág.
DIÁRIO NOTÍCIAS	16-10-99	25



FASE FINAL. Condicionada pelo estado do tempo e do mar, a obra de protecção do Bugio recebe os últimos retoques. Uma obra complexa, que exigiu maquinaria pesada apta a intervir em mar aberto

PATRIMÓNIO

Bugio sonha com novos usos

Concluídas as obras mais pesadas, o velho forte renascentista espera agora por entidades interessadas na sua dinamização

MARIA JOÃO PINTO

No próximo Verão, o Bugio estará pronto a abrir as suas portas ao público, concluídos que estão os trabalhos mais pesados, de protecção do forte e da sua muralha periférica. Mas já hoje o Bugio sonha com novos usos, assim surjam entidades interessadas em dinamizá-lo nos seis meses de cada ano (de Abril a Setembro) em que o estado do tempo e o do mar permitem o seu pleno usufruto. Novos usos que permitiriam reforçar a classificação de imóvel de interesse público que lhe foi atribuída em 1957.

Mas não é apenas o Bugio, solitária sentinela da barra do Tejo há mais de 400 anos, que sonha com novos usos. Também quem

o visita sonha com a possibilidade de, um dia, o ver acolher – porque não? – recitais, exposições, lançamentos de livros, sessões de fotografia de moda, espectáculos teatrais, ou, mesmo, um pequeno

A obra mais pesada, de protecção do forte e de recuperação integral da sua muralha periférica, está concluída

museu (até agora inexistente) sobre o que foi e o que resta do sistema defensivo da capital. Tirando partido da própria condição do Bugio – a de se poder pisar terra firme em pleno mar aberto.

Mas enquanto o seu futuro se

mantém em aberto (a Câmara de Oeiras terá já demonstrado algum interesse em contactos informais), o Bugio prepara-se para enfrentar mais um Inverno, desta feita, protegido, como ontem foi possível constatar, em visita da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais ao local.

Os trabalhos mais pesados, de protecção, estão praticamente concluídos, na sua segunda e última fase. Trabalhos levados a cabo em duas campanhas de obras (1997/98 e 1998/99) e que passaram pela criação de uma ilha artificial com quebra-mar circular (aberto na «face» virada ao rio), formado por enrocamentos de grande dimensão, de modo a atenuar o impacto da ondulação.

Sobre esses enrocamentos, e

com recurso ao sistema GPS (posicionamento por satélite), foram colocados 1040 cubos ranhurados de betão, também designados por *antifers*, nome derivado do facto de cubos desta tipologia terem sido usados pela primeira vez no porto de Antifer, em França. Com este molhe, a muralha do Bugio, afectada por sucessivos temporais, está agora mais longe do mar, tendo sido reconstruída com pedra com o corte e a inclinação das originais, como lembrou António Cerdeira, director regional de Edifícios de Lisboa.

Lajedo e guarda de protecção, esses, serão aplicados no próximo ano, mal o estado do tempo e o do mar o permitam, devendo esse trabalho prolongar-se por mês e meio. A recuperação da capela

exigirá mais tempo, cerca de um ano. Nessa altura, intervenções de menor dimensão, designadamente na torre do farol, serão também executadas.

Mas, a partir daqui, o Bugio submeter-se-á, naturalmente, a manutenção regular. Basta dizer que parte da primeira linha de *antifers* (cada um deles com 36 toneladas de peso) mudou já ligeiramente de posição, devido à força do mar, mantendo, no entanto, a sua função. E por falar em função: em 2000, o velho forte celebrará o seu 422.º aniversário, se tomarmos por referência a data provável de início de construção. A melhor prenda já sabemos qual é – a abertura do Bugio ao público, assim surjam entidades interessadas na sua dinamização.

Meio	Data	Pág.
PÚBLICO	2-11-99	37



Forte de São Bruno há três anos a restaurar

“Obra de Santa Engrácia” em Caxias

O FORTE de São Bruno, no concelho de Oeiras, está a ser restaurado há mais de três anos. O atraso na recuperação, segundo a Câmara de Oeiras, deve-se às exigências feitas pelos organismos oficiais. Por outro lado, apesar de, neste momento, as obras estarem quase concluídas, o monumento continua com um ar sujo, e vai continuar assim. O objectivo foi manter o aspecto que tinha há 300 anos, explica a autarquia.

“Obra de Santa Engrácia” — é já uma resposta comum quando se pergunta aos moradores da zona o que pensam sobre a recuperação (demorada) do Forte de São Bruno, situado junto à Avenida Marginal, na confluência da ribeira de Barcarena com o rio Tejo, em Caxias, na freguesia de Paço de Arcos.

Classificado como edifício de interesse público, em 1957, as obras no monumento arrastam-se há mais de três anos, embora os moradores da zona não percebam quais as intervenções que foram executadas nos últi-

mos três anos. O forte “está há tanto tempo em obras e ainda está todo sujo”, desabafou José Filipe, residente em Caxias há 35 anos, enquanto passeava.

Questionado sobre os motivos do atraso nas obras de restauro do forte, Isaltino Moraes, presidente da Câmara de Oeiras, declarou ao PÚBLICO, que, em primeiro lugar, foi necessário fazer o “projecto de acordo com os pareceres técnicos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, segundo as exigências do Ippar [Instituto Português do Património Arquitectónico] que determinou a recuperação de acordo com as técnicas de construção e materiais usados no século XVII”. Depois, acrescenta o autarca, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil “viu-se obrigado a fazer estudos e ensaios no decurso da obra, o que provocou que a recuperação demorasse mais de três anos”. Quanto ao facto de o forte continuar a aparentar um ar sujo, Isaltino Moraes referiu que “é mesmo para ficar assim, porque era o aspecto que tinha há 300 anos”.

As obras de restauro do monumento implicaram um investimento da Câmara de Oeiras de cerca de 70 mil contos, parte dos quais comparticipados pelo Fundo de Turismo. Neste momento ainda falta concluir os arranjos exteriores, tendo, adianta a autarquia, recentemente sido aberto concurso público para arranjos exteriores, no valor de 130 mil contos.

Construída sob a égide de São Bruno, aquela pequena fortificação foi mandada edificar por D. João IV, em 1647 — conforme data e escudo português existentes na porta de entrada —, quando era governador das armas da Praça de Cascais o conde de Cantanhede. Na época, aquele ponto fortificado estava integrado na primeira linha de fortificações marítimas e fluviais, construídas logo a seguir à Restauração, entre o Cabo da Roca e a Torre de Belém.

Ao longo dos séculos, o forte teve várias ocupações e adaptações, como instalações do fundo fiscal e, mais recentemente, para pou-sada da juventude. ■ N.P.C.

MIRANDA, Jorge

A feitoria d'El-Rei: um importante estaleiro de obra / Jorge Miranda.

In: Jornal da Região.-Lisboa.-A. 4, n.º 154 (30 Mar 2000), p. 7.

História Local / Património Histórico / Fortificações / Séc. 16 / Oeiras

Cota: RI/13633 CMO

[13633]

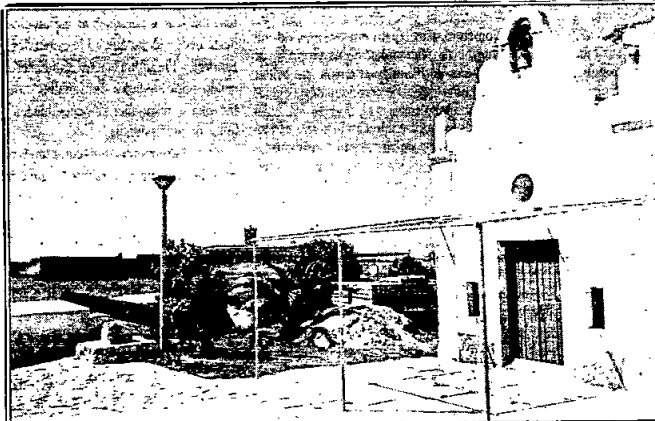


Centro de Documentação e Informação

Um importante estaleiro de obra

A feitoria d'El-Rei

Quem, desprevenido, olhar para o complexo da Feitoria, onde agora se encontra instalada a Colónia de Férias do Colégio Militar, em Oeiras, não suporá o longo e rico percurso que o sítio e a designação carregam. Aqui, sem que tal transparça, em muitas situações, a história local cruza-se com a nacional. De facto, não perduraram marcas da sua antiguidade e importância, a não ser a da fachada da capela sob a invocação de N.ª da Conceição, em privilegeda localização sobre a arriba voltada à embocadura da barra. Hiatos de utilização e sucessivos e diversificados usos contribuíram para a degradação e desfiguração do conjunto inicial. No entanto, uma significativa parcela do desenvolvimento económico e social de Oeiras passou por aqui. Efectivamente, na Feitoria, ter-se-ão formado muitos trabalhadores locais numa actividade que contribuiu para o engrandecimento da vila - a construção imobiliária. As obras militares, iniciadas no século XVI, captaram muita mão-de-obra e concorreram para a aquisição de novas profissões com elas relacionadas. E foram um relevante factor de mobilidade social de consecutivas gerações: de servente a pedreiro e daí a mestre de obras e até a arquitecto. A Feitoria desempenhou, neste contexto, um importante papel.



Capela de Nossa Senhora da Conceição, o que resta da antiga e importante Feitoria d'El-Rei, centro coordenador da exploração de pedreiras para construção das fortalezas de África

A fundação

Conhecido, agora, apenas por Feitoria, o complexo começou por ser chamado Feitoria d'El-Rei ou Feitoria das Obras da Cabeça Seca. A sua fundação é, portanto, contemporânea da construção da fortaleza de S. Lourenço da Cabeça Seca, que, desde o século XVIII, passou também a denominar-se do Bugio.

A edificação da fortaleza ter-se-á iniciado em 1590, segundo projecto e direcção de Frei João Vicêncio Casale. A execução do empreendimento não era fácil e, dada a ausência de espaço adjacente fixo onde se pudesse instalar o estaleiro, o indispensável apoio teve de ser montado em terra, em sítio que oferecesse boas condições. Pela sua especial localização e morfologia do terreno, a opção recaiu no morro a nascente do extenso areal que se estendia desde a base da vizinha fortaleza de S. Julião da Barra e que, formando uma protegida enseada, constituía um óptimo embarcadouro dos materiais.

Dada a natureza inabitual da obra, Casale teve mesmo de conceber barcas apropriadas ao transporte da necessária pedra e instrumentos e maquinaria adequados aos trabalhos de enchimento das submersas fundações. Estes alicerces absorveram, numa primeira fase, a pedra que se retirou dos bancos rochosos do areal da Cabeça Seca, segundo nos informam Joaquim Manuel Boiça e

Maria de Fátima Rombouts de Barros, no seu circunstanciado trabalho "Oeiras e o complexo histórico-militar de defesa da Barra do Tejo" ("1.º Ciclo de Estudos Oeirenses - Oeiras-A Terra e os Homens"). Mas, depressa esgotado este recurso, a pedraria passaria a ser extraída em terra firme. Então, a primeira pedreira a ser utilizada localizar-se-ia a leste da fortaleza de S. Julião da Barra - a "pedreira de pedras perdidas", como se lhe chamou ("perdidas" por, com certeza, se destinarem ao enchimento das fundações, abaixo da linha de água). Os cortes visíveis ainda no maciço rochoso onde assenta a Feitoria sugerem-nos que pudesse ser aqui a pedreira.

Depois de concluído o embasamento da torre, começaria, cerca de 1601, a construção da muralha, já com alvenaria cuidada. A preparação de toda a cantaria, nas dimensões (algumas enormes) e formas pré-definidas, era efectuada em terra e, de seguida, embarcada na praia do Portinho (hoje, chamada da Torre).

Foi, pois, para apoiar a construção da fortaleza do Bugio, quer no resguardo de ferramentas e equipamento, quer na preparação dos materiais, quer no alojamento de trabalhadores e controladores da obra, que se criou a Feitoria, que, inicialmente (1596, de acordo com o "Memorial Histórico"), era constituída por uns harracões de madeira.

As obras da fortaleza prolongaram-se por cerca de cem anos. Só nos finais do século XVII, terá ficado concluída, na sua configuração actual. Na primeira campanha da construção, terá ocupado entre 300 e 400 trabalhadores diariamente, segundo registou Pero Ruiz Soares no seu "Memorial".

Em 1712, na Feitoria de S. Gião, como lhe chamou o P.e António Carvalho da Costa ("Corografia Portuguesa"), apenas residiam quatro vizinhos. Já tinham terminado as obras do Bugio.

Na Feitoria estiveram sediados o cérebro e o coração que empreenderam a construção da emblemática e importante fortaleza do Bugio - peça vital na defesa da barra de Lisboa.

O apoio às fortalezas africanas

Mas, se a Feitoria foi o estaleiro da obra da Cabeça Seca, também é provável que cantaria empregue nas praças que ocupam no Norte de África tenha sido aqui preparada. Aproximar-se-iam as instalações e a experiência adquirida.

De facto, a construção e manutenção das fortalezas africanas segundo as novas técnicas militares que melhor se adequavam à realidade da situação da nossa permanência e objectivos, foi um desafio que se colocou ao "engenho e arte" dos Portugueses. Foi ou quase tudo - faltava para a concretização do projecto. E assim as necessidades tiveram de ser supridas com o seu envio a Portugal. Como a pedra elemento fundamental escasseasse ao nosso alcance, teve de ser remetida da metrópole. Oeiras surgiu então como fornecedora da indispensável pedraria, extraída de seus bons bancos. Temos exacto conhecimento de cantaria aqui adquirida e preparada, em 1622, com destino à reparação da muralha da praça forte de Tânger. Esta "pedraria que está contratada em Oeiras" é muito provável que tenha sido trabalhada na Feitoria embarcada na praia do Portinho.

Uma experiência duradoura

Na Feitoria adquirira-se, no apoio à edificação e preparação dos materiais das construções militares, um "know-how" que viria a aproveitar a todo o espaço português de aquém e além-mar.

Para se ter uma ordem de grandeza do trabalho desenvolvido desde o início, nesta instalação, se não bastar a visão do Bugio referimos que, em 1597, encontravam-se envolvidas no transporte de materiais da Feitoria para a fortificação da Cabeça Seca pelo menos 30 barcas, cujos mestres passaram uma procuração com vista à cobrança de débitos atrasados.

A rede de fortificações da barra do Tejo, no século XVII, encontra-se concluída. Poucos postos militares são posteriores, até grande renovação da defesa do porto de Lisboa, no século XIX. Mas a actividade ter-se-á mantido. É por isso que, em 1758, nas "Memórias Paroquiais", o cura de S. Julião da Barra regista claramente que ainda à praia do Portinho "chegam muitas embarcações ligeiras, e a mais continuadas são barcos cacilheiros que nelas carregam continuamente pedra de cantaria que levam para diversas partes". É provável, pois, que este intenso movimento passasse também pela Feitoria como centro coordenador da exploração de pedreiras circunvizinhas grande e experimentada oficina de preparação da pedra.

A fortificação dos parapeitos

Como local de trabalho, a Feitoria não dispunha de aparelho bélico: encontrava-se desguamecida, desarmada. As outras fortificações vizinhas dispensavam-na dessa função. Mas os planos estratégicos de defesa, na segunda metade do século XVIII, no quadro da chamada Guerra dos Sete Anos, determinaram o artilhamento dos parapeitos da Feitoria sobranceiros ao mar. Foi então instalada uma bateria, comportando doze peças de fogo, distribuídas por dois níveis, a cobrir a enseada do Portinho e a embocadura da barra. Passou, então, também a chamar-se forte d'Feitoria. Em consequência, esteve aqui aquartelado o Regimento de Artilharia da Corte.

A Feitoria ocupava já então um grande espaço. Para além de armazéns, dispunha de vários edifícios de habitação e parques. A área era definida por dois cruzinhos: um a nascente e outro junto da capela.

É a ocupação da Feitoria pelo Regimento de Artilharia da Corte que lhe vai conferir uma nova função de grande projecção - a de primeira instalação da instituição que se converteria no Colégio Militar. Em próximo artigo, debruçar-nos-emos sobre esta página da sua rica história.

Jorge Miranda

FORTES COM HISTÓRIA

Fortes com história.

In: Semanário.-Lisboa.-A. 15, n.º 867 (30 Jun 2000), p. 22.

História Local / Património Cultural / Fortificações / Séc. 17 / Concelho de Oeiras

Cota: RI/13564 CMO

[13564]



Fortes com história

No século XVII, foram criadas, a partir de Paço de Arcos, carreiras de barcos, destinadas ao transporte de mercadorias. Como resposta, e com o objectivo de defender e controlar a passagem dos navios na entrada da Barra, foram construídos alguns fortes. Aliás, toda a orla marítima do concelho é muito rica em fortificações marítimas, embora algumas delas se encontrem num estado de conservação bastante degradado. Exemplos disso mesmo são o Forte de S. Pedro de Paço de Arcos e o Forte de Nossa Senhora do Vale, hoje quase totalmente "apagados" pela força implacável do passar dos anos. Entre outros, também construídos ao longo da orla costeira do concelho de Oeiras, são conhecidos: o Forte de S. Julião da Barra, o Forte das Maías, o Forte do Catalazete, o Forte da Ciribita, o Forte de S. Bruno, o Forte da Conceição de Algés, o Forte de S. José de Ribamar, o Forte de S. Pedro, entre outros. O lugar que estes fortes possuem na História do nosso país não se limita à vigilância e defesa da costa. É o caso do Forte de Santo Amaro, também conhecido como Forte do Areeiro, que foi palco, após o 25 de Abril de 1974, de célebres reuniões de primeiros-ministros, que aí faziam consultas para formar os seus governos.⁵

OEIRAS

Oeiras : escavações arqueológicas.

In: Jornal da Região.-[S.l.]-A. 4, n.º 169 (13 Jul 2000), p. 3.

Arqueologia / Pré-história / Fortificações / Leceia

Cota: RI/15779 CMO

[15779]



Centro de Documentação e Informação

OEIRAS

Escavações arqueológicas

Estão abertas inscrições para os jovens que queiram participar nas escavações arqueológicas no povoado pré-histórico de Leceia. Trata-se de um programa a decorrer entre os dias 7 e 18 do próximo mês, durante os períodos das 10 às 13 horas e das 14 horas às 17h30. Dirigida aos jovens residentes no Concelho que tenham entre 18 e 25 anos, e que não tenham participado nas escavações anteriores, esta é uma oportunidade de tomar contacto com uma das mais importantes fortificações pré-históricas do país, e, ainda, receber alguma remuneração.

Das 25 inscrições aceites vão ser seleccionados 15 pretendentes. Os interessados devem dirigir-se ao Centro de Juventude de Oeiras, sito na Alameda Conde de Oeiras, telefone 21 446 75 70.

Espaços verdes sem arranjo



Continuam por arranjar os espaços entre os prédios da Rua Garcia de Orta, na Quinta do Marquês, em Oeiras. Como o Jornal da Região já tinha noticiado em uma das suas edições anteriores, quando os edifícios foram construídos, há já mais de dez anos, aqueles espaços destinavam-se à ligação com as ruas mais abaixo; mas a construção de um novo prédio, impediu esse objectivo. Os espaços ficaram por arranjar, transformando-se em lama, ervas e entulho. Num dos terrenos que mantém ligação à Rua Pedro Nunes, as ervas encontram-se tão altas que mal permitem a passagem dos transeuntes. Mas este não é o único problema: "alguns alunos da Escola Secundária costumam vir para aqui fumar, e com o tempo seco e as ervas neste estado, há, inclusivamente, o risco disto pegar fogo", diz Maria Eugénia Rebelo, uma das moradoras.

Igual situação verifica-se nos canteiros dos separadores das vias de circulação, e nos terrenos que ladeiam a Escola Secundária, onde foram plantadas algumas das tamosas oliveiras alentejanas: "vêm regar, mas não cortam as ervas", queixa-se a mesma moradora.

Apesar do esforço de alguns residentes em manterem os canteiros dos prédios bonitos e arranjados, o desleixo em que se encontram aqueles espaços dá uma imagem pouco satisfatória à zona. Para além de que aqueles terrenos podiam ser transformados em "zonas de lazer".

Os moradores já fizeram várias queixas à Câmara e à Junta de Freguesia: "dizem na Câmara que estavam à espera de uma resposta dos Bombeiros, para saber se precisam destes espaços, mas eu já falei para lá e disseram-me que aqueles terrenos não, são necessários, porque não têm acesso ao

"Os Rancheiros" comemoram 17 anos

Grupo Cultural de Vila Fria ganha nova sede



A alegria de ter novas instalações e sede social manifestou-se nas danças e cantares

Num ambiente de grande festa e animação, com direito a Marchas Populares, danças de salão, desfile etnográfico e actuação de diversos ranchos folclóricos, o Grupo Cultural de Vila Fria (GCVF) inaugurou as suas novas instalações e sede social.

Um momento de alegria de ter algo seu, depois de vários anos a recorrer à generosidade de terceiros, para lhes cederem espaço para ensaiar o seu grupo folclórico "Os Rancheiros".

Um sonho que vai permitir, também, reiniciar o Grupo de Teatro e o conjunto musical, duas actividades que já existiram no GCVF, mas que ficaram pelo caminho por falta de meios.

O novo espaço, inaugurado na passada sexta-feira, representa um investimento municipal de

98 mil contos e está dotado de camarins e um grande salão, para ensaios e espectáculos, bem como outras iniciativas, exposições, ou colóquios.

Actuações de Norte a Sul

Nascido em 1982, para ser registado no ano seguinte, o Grupo brotou de uma pequena actuação de teatro e danças populares e da ideia do Padre Major Duarte, actual Presidente do Grupo. Desde então, "Os Rancheiros", têm levado as suas danças e cantares de Norte a Sul do país, com um saltinho aos Açores, e participado em diversos festivais de folclore, bem como no Desfile das Marchas Populares do Concelho de Oeiras.

Instituto Superior Técnico no Taguspark

Ministro visitou instalações

Com entrada em funcionamento prevista para o próximo ano lectivo, as novas instalações do Instituto Superior Técnico (IST) receberam, na passada terça-feira, a visita do Ministro da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins, e do Secretário de Estado do Ensino Superior, José Reis. Uma "visita histórica", como lhe chamou Diamantino Durão, Presidente do IST e ex-Ministro da Educação, pois, disse, "é a primeira vez que um Ministro da Educação visita o Taguspark e o Instituto".

As obras do IST começaram em 1998. Em construção está o edifício principal, onde vão ficar instaladas salas de aula, auditórios, laboratórios, gabinetes dos docentes, numa área de 52 mil metros quadrados. Para já, o espaço vai ser, ainda, dividido com o refeitório, biblioteca e centro de informática, mas o projecto prevê, posteriormente, e em cinco anos, a construção de edifícios próprios para esses serviços, bem como um auditório, Associação de Estudantes, polidesportivo, e um outro edifício para salas de aula. O número de alunos deve atingir os 3500, em cinco anos, sendo que o IST está a planear



Novas instalações do Técnico quase prontas

lançar duas novas licenciaturas: engenharia informática e computadores e engenharia industrial, sendo que esta última ainda carece de aprovação.

Quanto às instalações do IST, o Ministro reconheceu a sua importância "para o presente e para o futuro. É preciso mostrar à sociedade que a ligação entre a educação e a economia, as instituições universitárias e a vida empresarial, o conhecimento e a inovação são essenciais".

prédio de trás. Além disso, no estado em que estão as ervas, nenhum carro dos Bombeiros consegue entrar nestes terrenos".

Da parte da Autarquia, José Eduardo Costa, vereador responsável por este Pelouro, diz que "a bola está do lado das administrações. Há já algum tempo tivemos uma reunião com os administradores dos prédios que ficaram de falar com os Bombeiros para saber o que se podia fazer naqueles espaços. Ficou acordado de que nos contactavam quando tivessem uma resposta. Nós aguardamos esse contacto".

TIO condecorado

No ano em que comemora dez anos de existência, o TIO - Teatro Independente de Oeiras, foi, recentemente, condecorado por Mérito Municipal Grau Prata. Uma homenagem "por actos e serviços praticados de particular relevo, no âmbito do Município e do País", como sejam a formação de actores.

Já a preparar as malas, o TIO aguarda pela nova sala de espectáculos, no Parque Oceano, um espaço que vai estar exclusivamente ao dispor da Companhia, dando-lhe a possibilidade, não só de apresentar mais produções, como também proporcionar outras actividades culturais e de animação.

PAÇO DE ARCOS

Casa de banho na via pública

A passagem desmivelada que liga as ruas Lino de Assunção, a norte da via férrea, à Luciano Cordeiro, a sul da Vila, em Paço de Arcos, precisa de uma limpeza profunda. É que, não raras vezes, a dita passagem é utilizada como micrófono público, por transeuntes mais "apertados", ou menos civilizados. Para além das questões higiénicas, com o calor a apertar o mau cheiro que dali provém torna-se insuportável, situação que muito incomoda a quem por ali tem de passar.

Maria Aguiar

BARCARENA

Faltam sinais de trânsito

A atenção deve ser uma constante para quem circula na Rua D. Manuel I, em Barcarena, dado não existirem sinais que indiquem a aproximação de estrada com prioridade para quem entre nesta via.

"O caso mais flagrante é a Rua Carlos Napión, onde, numa curva com reduzida visibilidade o espelho está sempre sujo e não há um único sinal, o que implica que quem sai dessa rua e desce a D. Manuel I tem prioridade", diz o morador Paulo Leitão. Mas os condutores que têm prioridade acauteiam-se sempre, "pois ninguém arrisca a ver entrar um carro pelo nosso dentro".

A falta de sinalização, este morador contrapõe o "excesso" de lombas em algumas zonas do concelho: "se algumas são necessárias, outras não se compreende. É o caso das cerca de oito lombas que existem na subida de Barcarena para Leceia, que tem cerca de 10 por cento de inclinação". Segundo o morador a situação é idêntica junto às Piscinas do Jamor, para quem se poderia reduzir o número de lombas existentes desde o início da construção: "actualmente bastariam duas". É que "parece que estamos a subir passeios".

COLAÇO, Tomaz Rey

As fortificações da Costa do Estoril / Tomaz Rey Colaço.

In: Correio da Manhã.-Lisboa.- (16 Jul 2000), p. 24-28.

História de Portugal / Património Cultural / Fortificações / Séc. 16 / Séc. 19 / Concelho de Oeiras

Cota: RI/13550 CMO

[13550]



AS FORTIFICAÇÕES DA COSTA DO ESTORIL

Ao longo de toda a costa que vai de Lisboa a Cascais existem muitas fortificações, todas diferentes umas das outras, umas pequenas e outras maiores, umas postas em evidência e outras quase escondidas, umas transformadas e outras arruinadas. São os fortes e baterias de defesa do porto de Lisboa, cada um com a sua história para contar.

Conhecem-se vestígios de fortificações para a defesa desta zona desde o início do século XV (1410 a 1415), data de construção de uma bateria situada junto às águas do Tejo. Depois da conquista de Ceuta, Lisboa vive um período de paz, onde os investimentos se fazem principalmente com vista às novas descobertas marítimas da Ásia, África e do resto do mundo, não se construindo nem fortes nem castelos por não haver necessidade. Desde então, vários reis aumentaram a eficácia da defesa da Barra, adaptando ou fortalecendo as estruturas preexistentes. A arquitectura militar, que determina as formas destas edificações, pode ser vista como uma cristalização de algumas estratégias defensivas de onde resultam formas impressionantes tanto pela sua solidez, como pela própria harmonia que as compõem.

A antevisão perspicaz de'l-rei D. João II

Estudando um pouco a História e pensando no futuro, D. João II decidiu precaver o reino. É Garcia de Resende quem nos deixa

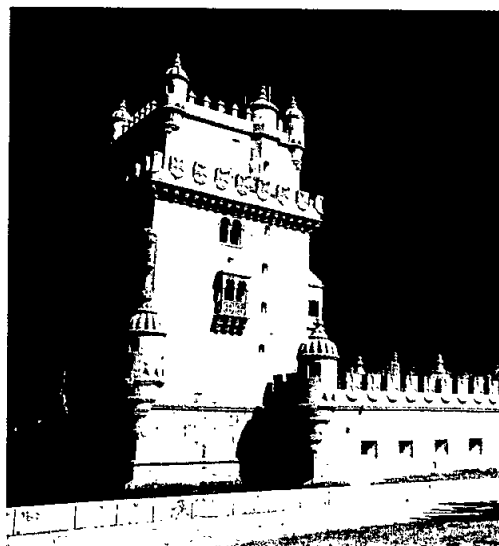
escrita a forma como se transformou o Castelo de Cascais. O cronista descreve a forma como se acrescentou a torre para a protecção marítima e, mais tarde, como ele próprio, Garcia de Resende, "debu-xou" (o que numa linguagem actual se poderia traduzir por: "esquicou" ou "planeou") a primeira forma da Torre de S. Vicente de Belém, que veio a ser construída mais tarde, já no reinado de D. Manuel I.

O triunfo de D. Manuel I

Sob a sua égide construíram-se fortalezas em Azzemour e outros pontos do Norte de África, sob o comando de D. Jaime de Bragança; no Brasil, por Cabral; na Terra Nova, pelos Côrte-Real; e na Índia pelas mãos de Afonso de Albuquerque. Em território português deixa vasta obra dando nome a uma variante particular do gótico flamejante a que se chama Manuelino sendo, no entanto, a arquitectura militar da época do seu reinado, mais significativa além-mar, uma vez que em Portugal se assistia a uma época pouco conturbada. A Torre de S. Vicente, situada em Belém, será o elemento mais significativo da fortificação costeira desta época.

A erudição da época de D. Sebastião

Terá sido o próprio Francisco de Holanda,



filho de António de Holanda, engenheiro flamengo vindo para Portugal a convite de D. Manuel, a aconselhar e propor ao rei D. Sebastião a fortificação da barra de Lisboa e de muitos outros pontos do país. Regressado de Itália, onde estudara, Francisco de Holanda é a favor da construção ou reforço das obras militares de Belém, S. Gião e da margem sul do Tejo, para além da construção de uma fortificação no lugar da Cabeça Seca, situados em frente de S. Gião (Bugio).

Filipe Tercio, outro construtor militar de origem italiana, encontra-se em Portugal a partir de 1576 e parte com D. Sebastião para Alcácer-Quibir onde cai prisioneiro. É resgatado pelo Cardeal D. Henrique e é ele quem constrói, em madeira, a primeira fortificação nos penedos da Cabeça Seca (Bugio). Tercio assina, igualmente, a primeira carta que se conhece da bacia do Tejo e Sado até ao cabo Sanxete (actual cabo Raso). Este arquitecto permanece em Portugal durante o tempo de Filipe II de Espanha e torna-se

Cantinhos da Região

Sob a protecção de S. Bruno

Foi a D. António Luís de Meneses que se deveu a iniciativa e a condução da construção, terminada em 1647, do pequeno forte que se destinava a defender a foz da ribeira de Barcarena e o extenso areal que então aí existia. Cruzaria fogo com os fortes de N. S.ª de Porto Salvo ou da Giribila (1649) e de N. S.ª do Vale (1653), respectivamente a jusante e a montante. Ao contrário de hoje, situava-se na margem direita da ribeira, que lhe corria a norte, pelo que, rodeado de água, assemelhava-se a uma ilha, assente em rocha e areia.

Colheu a designação por influência da proximidade do convento da Cautuxa, sujeito à regra fundada por S. Bruno. Dai a invocação protectora de cunho local.

Sobre a porta de entrada e sob as armas reais, cuja coroa foi destruída (iconoclastia republicana?), uma epigrafe lapidária, em letras capitais, dá-nos a génese da sua história: "D. João 4.º Rei de Portugal mandou fazer esta obra sendo governador das Armas da Praça de Cascais o conde de Cantanhede dos Cons. de Estado e Guerra de S. Mg de Vedor de sua Fz. da a cuja ordem começou o efeito della. Anno 1647".

Como relata o conde de Cantanhede, em informação de 1 de Novembro de 1649, "fiz duas baterias hũa na ponta de Laureiras que tem seis peças de artilharia". Estas estariam direccionadas para o Tejo, preparadas para fazer devastador fogo rasante. Ainda existia a bateria superior com peças de longo alcance e os dois recortados baluartes virados a terra. No século XVIII, chegou a possuir 18 peças de bronze lavrado, o que representava um considerável poder de fogo, em relação à sua pequena dimensão.

Algo desguarnecido, algo desactivado, algo desprezado, com algumas peças e carretas variadas, até as areias da praia, em 1815, invadiam o forte e cobriam mesmo as suas muralhas exteriores.

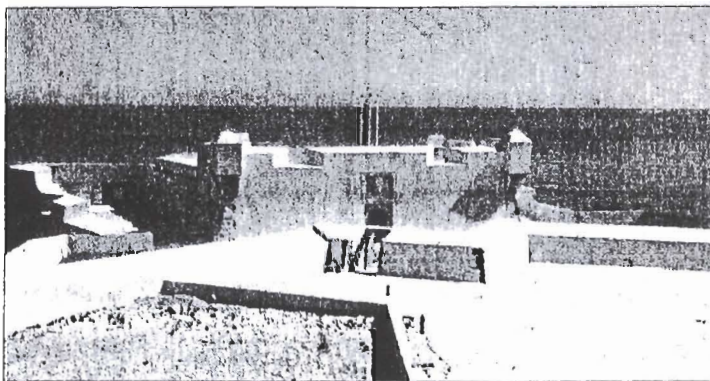
Ao sabor dos tempos e das necessidades, as vicissitudes por que passou o forte de S. Bruno, oscilando entre o cuidado e o abandono, não o descaracterizaram nos seus traços fundamentais e permitiram que chegassem até nós uma bela peça arquitectónica e histórica.

O divertimento de D. Miguel

A 11 de Julho de 1831, depois de demoradas e infrutíferas diligências diplomáticas com vista à resolução do conflito que teve origem na prisão e sequestração de dois cidadãos franceses, tidos por liberais, residentes em Lisboa, pelo Governo de D. Miguel, a esquadra gaulesa, sob o comando do almirante Roussin, forçou a entrada da barra e fundeu frente a Lisboa, sem encontrar suficiente ou eficaz resistência das fortificações costeiras. O mito do ferrolho intansponível da barra ruína. As guarnições mal preparadas e equipadas, o material deficiente e a ausência de um sólido comando permitiram a afronta. Em consequência, perante o ultimato de Roussin, a anterior basófia, especialmente do conde de Basto, desvaneceu-se e capitulou-se,

De fortificação a "brinquedo" régio

O Forte de S. Bruno



Obras de recuperação do Forte de S. Bruno relevam toda a sua beleza e harmonia

Uma das mais emblemáticas fortificações que adornam o litoral oenicense, o forte de S. Bruno bem merecia as profundas obras de restauro que nele estão a ser realizadas. Destacando-se pelo equilíbrio da sua planta e pelo harmonioso jogo de volumes que patenteia, o forte recorta um animado espaço em forma estrela, à beira do Tejo, assente num maciço rochoso. Em perspectiva, ganha graciosidade pela singela definição das suas linhas e pela reduzida dimensão da construção. É um apreciado exemplar de arquitectura militar do século XVII que muito enriquece a paisagem. Constitui, assim, um estimado elemento do património cultural que a classificação como imóvel de interesse público consagrou (Decreto n.º 95, de 12 de Setembro de 1978). Neste contexto, é de realçar a decisão da Câmara de Oeiras de promover a recuperação do imóvel, a fim de lhe dar uma utilização adequada à valorização cultural e turística por que passa o concelho. Se não o tivesse feito, a secular construção corria o risco de se degradar e perder.

Desde que Lisboa adquiriu relevante importância política, administrativa e económica, a preocupação e o cuidado com a sua defesa foram uma constante. Ocupar a capital significava deparar ou deter o centro de decisão do País. Por isso, a sua segurança era a garantia da manutenção da independência. Mas a cidade era vulnerável. Não dispunha de significativos obstáculos naturais de defesa. Até usufruía de privilegiada situação geográfica que a tornava facilmente acessível, o que representou um dos factores que catapultaram o seu desenvolvimento e grandeza. Especialmente, a grande e vital via de comunicação que é o Tejo expunha-a demasiado. E foi o aproveitamento desta fragilidade um dos caminhos escolhidos por Filipe I, em 1580, para tomar Lisboa e impor-se como rei de Portugal, confirmado, depois, pelas cortes de Tomar.

As fortificações marítimas e fluviais de defesa de Lisboa eram poucas e incipientes. Na margem norte, existia a torre de Cascais, mandada edificar por

D. João II, seguindo-se S. Julião da Barra, ainda em construção, e a recente e precária estrutura de madeira no areal da Cabeça Seca, executada pelos governadores do reino, e, depois, a torre de Belém. Exceptuando, talvez, S. Julião da Barra, as restantes unidades defensivas encontravam-se tão obsoletas, se atendemos aos progressos da tática e da artilharia e até à mobilidade e poder de fogo das embarcações, sem capacidade para suportar ataques quer terrestres, quer marítimos. Além disso, a costa, pontuada de extensos areais entre falésias, oferecia fideis e indefesos desembarcadouros. O duque de Alba, em Agosto de 1580, utilizou estes pontos naturais e adoptou uma tática de envolvimento total das fortificações existentes, que capitularam.

Recuperada a independência em 1640 e perante a repetida ameaça de desembarque de forças espanholas, desenvolveu-se então um vasto plano de construção de pequenos fortes, implantados em sítios nevagios, ao longo da costa. Não se pretendia somente criar grandes estruturas artilhadas para o simultâneo ataque às embarcações e à defesa de importantes lugares estratégicos, como Cascais e a embocadura da barra, mas lançar uma rede de fortificações de pequena e média dimensão que garantissem a inviolabilidade dos vários desembarcadouros naturais. Já não se pretendia somente guardar a entrada da barra, mas o estuário até além Lisboa. Judiciosamente, entendeu-se que a tenaz S. Julião da Barra/Bugio não era inexpugnável, como se veio a confirmar. Assim, "se o ynnimo entrar [a barra], e vir os Sngudouros [...] fortificados [...] não terá donde dar fundo" - lê-se em documento de 1649. Do magno empreendimento foi encarregado D. José de Meneses e, depois, em 1642, o seu mais destacado obreiro, D. António Luís de Meneses, 3.º conde de Cantanhede e 1.º marquês de Marialva, na qualidade de governador das Armas da Praça de Cascais, que detinha a hegemonia da jurisdição militar de toda a zona envolvente de Lisboa, nas suas margens.

cedendo a todas as condições impostas. A esquadra portuguesa foi aprisionada e levada para Brest, onde alguns navios foram vendidos, a título de indemnização, e os restantes devolvidos posteriormente.

D. Miguel, que desfrutou de caloroso apoio popular perante o revés, deslocava-se amiudadas vezes a Caxias, onde permanecia no paço real, vindo de Queluz. Aqui, à beira-Tejo, passou muitos dias dos verões de 1831 e 1832. Então, o monarca, em face do fracasso da artilharia portuguesa, talvez querendo redimir os brios dos bons artilheiros e constituir-se em exemplo, escolheu o forte de S. Bruno para os seus devaneios. Isto é, exercícios de tiro ao alvo. Na sua qualidade de comandante-chefe do Exército, subtraiu, por determinação de 11 de Janeiro de 1832, o forte à autoridade da Inspeção das Fortificações e Baterias da Margem Direita do Tejo e Costa para seu uso pessoal, fazendo retirar a guarnição militar e instalar mais seis peças, transferidas do forte de N. S.ª de Porto Salvo. Ao largo, mandou colocar uma canoa, onde instalou o alvo que procurava atingir.

O famigerado esbirra e governador da fouteleza de S. Julião da Barra, brigadeiro Joaquim Teles Jordão, deslocou-se, propositadamente, ao forte de S. Bruno, a 24 de Outubro de 1831, para orientar a localização do alvo e acertar a mira das peças.

Quando D. Miguel "brincava" aos artilheiros, era apoiado por criados de sua casa e não por militares. Não sabemos se alguma vez conseguiu acertar no alvo... Divertimentos régios!...

Outras utilizações

Desartilhado após o termo da Guerra Civil, o forte de S. Bruno, como aconteceu a tantas outras fortificações fluviais e marítimas, foi arrendado, para habitação, em 1 de Setembro de 1888, ao bacharel João Cardoso Ferraz Miranda. A viúva deste inquilino, depois de demorado processo contencioso, desocupou o forte, para nele se instalar um posto da Guarda Fiscal, após as necessárias obras de adaptação, a 18 de Março de 1903. Neste posto coabitou o centro de vela da Meicidade Portuguesa, desde 11 de Março de 1941, uma vez que o ciclone tinha destruído a instalação de Pedrouços.

Em 2 de Março de 1946 foi extinto o posto da Guarda Fiscal e o forte passou à posse da Mocidade Portuguesa que aqui instalou um abrigo e uma colónia de férias. Após o 25 de Abril, passou à alçada do FAOJ e, em 1977, transitou para a Associação Portuguesa de Pousadas da Juventude. Em 1984, as instalações foram entregues ao SNAS (Corpo de Voluntários Salvadores Náuticos) e, depois, à Associação Amigos dos Castelos. Agora está na posse da Câmara Municipal de Oeiras para desempenhar uma função pacífica ao serviço da comunidade, depois de mais de 350 anos de existência.

Jorge Miranda

Sábados/domingos
Festival da Corvêla
Bolo 3 Pagos 2

A
CHAMA

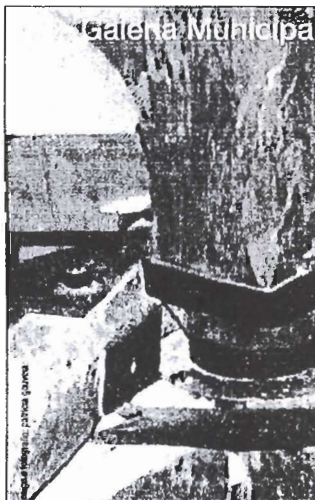


Sextas e sábados, abertos até às 2.00 horas

Faça connosco a sua FESTA DE ANIVERSÁRIO!
(+ de 15 pessoas = oferta do Almoço ou Jantar ao aniversariante).

- Ementa variada
- Sobremesa e café
- Bebidas à discrição
- Desde 2.000\$00 por pessoa

Largo da Estação, nº 12 - Paço de Arcos - Tel.: 21 442 09 15



Lagar de Azeite, em Oeiras

exposição de pintura
MARIA JOÃO ALLEN GAMITO

Até 30 DE Julho
Todos os dias
das 10:30 às 18:30 horas

Uma iniciativa da
CÂMARA MUNICIPAL D O E I R A S

Meio	Data	Pág.
CAPITAL	18-12-99	9



■ O Forte de São Bruno já está recuperado. Os moradores de Caxias dizem que o monumento continua **sujo**. Mas é de propósito para ficar parecido com o original

Lazer à volta do Forte

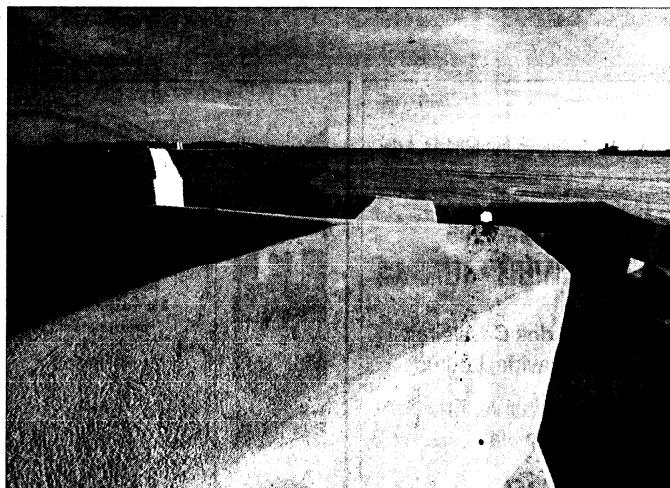
■ A Câmara de Oeiras quer criar uma área de lazer junto ao Forte de São Bruno, com cafés, lojas de artesanato e um estacionamento

PAULA AVELAR | Oeiras

uma recuperação que não dá nas vistas. Os moradores de Caxias quase não se apercebem da mudança. Quando se pergunta o que acham da recuperação do Forte de São Bruno, a reacção é quase sempre a mesma: "As obras já duram há demasiado tempo e não se nota nada". O forte "está ainda todo sujo", comentam outros moradores mais atentos.

Embora não pareça, o monumento propriamente dito está já recuperado. Isto mesmo é confirmado por Isaltino Moraes, presidente da Câmara de Oeiras. Quanto ao aspecto, o autarca afirma que "é mesmo assim". O objectivo foi manter a cor que tinha há 300 anos.

O Forte de São Bruno, situado junto à Avenida Marginal, na confluência da ribeira de Barcarena com o rio Tejo, é classificado como edifício de interesse público, em 1957, começou a ser restaurado há mais de três anos. Confrontado com a demora da recuperação, Isaltino Moraes explica que isso se ficou a dever às exigências feitas pelo IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico). Este instituto exigiu à autarquia que a recuperação do monumento obedecesse "às técnicas de construção e materiais usados no século



A Câmara de Oeiras vai gastar mais 150 a 200 mil contos para arranjar a zona envolvente do Forte

XVII". Segundo o autarca, o empreiteiro esteve sujeito aos pareceres do IPPAR e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil teve "de fazer estudos e ensaios no decurso da obra, o que atrasou mais a recuperação do forte".

FACTURA. O trabalho não está completo. Cerca de 70 mil contos, parte dos quais comparticipados pelo Fundo de Turismo, foi o dinheiro gasto na recuperação do forte. A factura não se fica por aqui. Vão ser precisos mais 150 ou 200 mil contos. São os nú-

meros da autarquia para arranjar a zona exterior. "A intenção da Câmara não é só o restauro do monumento, mas criar ali uma área de lazer que seja complementar do Jardim de Caxias", sublinha Isaltino Moraes.

Para isso foi recentemente aberto concurso público para o arranjo paisagístico da zona adjacente do forte. A câmara quer intervir no jardim que faz fronteira com a estação de comboios, melhorar a acessibilidade à zona do monumento, criando uma plataforma ao lado da Avenida Margi-

nal e, por debaixo desta, um parque de estacionamento e algumas lojas de artesanato e cafés.

Junta-se ainda o interesse cultural. Transformar o interior do edifício numa galeria artística é uma das hipóteses. "O problema é que o forte não tem muito espaço, limita-se praticamente às paredes e aos muros. É a uma sala pequena que não tem 30 metros quadrados", diz o presidente da câmara. No entanto, Isaltino Moraes acredita que, no lado de fora, poderão fazer-se exposições de arte pública ou outros eventos.

MIRANDA, Jorge

Forte de N. Senhora da Conceição de Pedrouços : Os trâmites de um imóvel / Jorge Miranda.

In: Jornal da Região.-Estoril.-Ed. 198, Aº. V (22 Feb 2001), p. 9.

Fortificações

Cota: RI/6902 CMO

[6902]



Centro de Documentação e Informação

Cantinhos da Região

E quando?

No entanto, Pinho Leal ("Portugal Antigo e Moderno"), sem indicação de fonte, atribui a iniciativa a D. João IV e a "inspeção" ao conde de Cantanhede, D. António Luís de Meneses, em 1649. Mas acontece que, a 1 de Novembro desse ano, este esforçado cabo de guerra e incansável obreiro das fortificações de defesa de Lisboa, em carta que dirigiu ao monarca, omite este forte, não o incluindo nos seus planos nem nas obras em curso: "No Surgidouro de S. Joseph q Vem a ser o de Belem a que chamão o mar nouo, hade hauey duas baterias, hua na cruz quebrada que se acabara breument, e outra, Cujã obra se arrematou ha muy poucos dias [...] que fica Junto ao mostr.º de S. Joseph [...] esta bateria de S. Joseph. se da a mão Com a Torre de Belem, e así este Surgidouro como os de Paço d'arcos, e S.ta Caterina. ficão bastantemente. defendidos [...]". (Livio da Costa Guedes, "O Arco Belém-S. Julião da Barra, Contorno da Enseada de Paço de Arcos"). Parece, então, fora de dúvida que o conde de Cantanhede não previa a construção do forte da Conceição. A defesa deste trecho do litoral estaria cometida ao forte de S. José de Ribamar e à torre de Belém, cruzando fogo.

A reformulação do plano estratégico de defesa do estuário do Tejo e o seu reforço, na perspectiva de uma nova contenda – a Guerra da Sucessão de Espanha (1702-1714), em que Portugal também se envolveu – ditou, talvez, a necessidade da construção deste forte. Ter-se-á iniciado em 1701 e concluído em 1703, segundo Carlos Pereira Callisto. A orientação dos respectivos trabalhos devem ter sido confiados ao visconde de Fomte cada, que, por decreto régio de 30 de Agosto de 1701, foi nomeado governador da fortificação que levaria dois anos a construir. E assim ficou garantida a defesa da desembocadura da ribeira de Algés e do adjunto areal, impedindo a veleidade de uma eventual tentativa de desembarque.

A fortificação

De forma rectangular e sobrelevado, o forte da Conceição, com a zona de protecção envolvente, implantava-se sobre a praia, ao longo da actual Rua Major Afonso Pala. Ocupava uma superfície que, aproximadamente, ia desde a margem direita da ribeira de Algés até ao antigo largo da estação. A sua muralha mais extensa, recortada por onze merlões, virava para o rio, com guaritas nos ângulos; para o areal, a nascente e a poente, abriam-se apenas duas canhoneiras de cada lado, orientadas para a sua artilharia cruzar fogo com a torre de Belém e forte de S. José de Ribamar, respectivamente. Adoçadas à muralha, a Norte, situavam-se as casas, casernas e armazéns, em toda a sua extensão. Deste lado, possuía ainda um armazém exterior. O acesso fazia-se através de porta

Os trâmites de um imóvel

Forte de N. Senhora da Conceição de Pedrouços



Do forte a palácio, hotel, casino, e sede de Junta e Associação, por tudo passou este edifício

O Mundo é marcado pelo precário, pelo transitório. Nada é rígido, fixo e perene. Tudo evolui, numa impavida dinâmica de mudança. O ritmo da transformação, do avanço, também não é uniforme. É variável, de acordo com as forças e estímulos conjunturais. As "permanências" materiais são fugazes. E a observação diacrónica dos percursos temporais de significativas marcas materiais é deveras esclarecedora e enriquecedora.

Concretamente, quem olhe, hoje, para o edifício onde esteve, até recentemente, instalada a então Junta de Freguesia de Camaxide, em Algés, na Rua Major Afonso Pala, imaginará as sucessivas transformações e utilizações por que passou? Pois, inicialmente, no século XVII ou XVIII, foi o forte de N. S.ª da Conceição de Pedrouços, que serviu também de prisão, para, no século XIX, já sem interesse militar, servir de residência e, depois, dar lugar, cedendo parte das suas estruturas, à construção do palácio da Conceição, empreendida pelos marqueses de Belas. A seguir, no período florescente de Algés como estância balnear, foi aproveitado para instalar um hotel – o Hotel da Glória –, com concorrido restaurante. Depois, as suas velhas paredes, carregadas já de história, nas primeiras décadas do século XX, acolheram o Casino da Conceição ou de Algés. Posteriormente, verificou-se ainda a sua utilização para sede da autarquia local e da Associação Comercial dos Concelhos de Oeiras e Amadora.

Em cerca de três ou quatro séculos, desde que foi empreendida a primeira construção, o espaço foi modificado e utilizado com o aproveitamento que, em cada tempo, à sociedade pareceu mais oportuno e adequado. Que lição de

história esta evolução nos fornece, a nível das premências sociais e das mentalidades! É que os edifícios também são documentos que "falam" e, quanto mais antigos, maior riqueza de informação transportam e transmitem.

Porquê de Pedrouços?

Pelo menos até à segunda metade do século XVIII, a fortificação edificada na margem direita da foz da ribeira de Algés designou-se, na documentação oficial, forte de N. S.ª da Conceição de Pedrouços. Em 1758, o vigário da freguesia de Camaxide, no seu precioso relatório, denominou-a "forte da ponte de Palhaes". Só depois aparece nomeada somente de N. S.ª da Conceição.

Quando o forte foi levantado, o litoral da freguesia de Camaxide ainda era pouco povoado. A fácil exposição a surtidas depredadoras dissuadia a fixação. Toda esta linha litorânea era chamada Praias ou, no caso de Algés, simplesmente sítio da ponte de Palhaes ou de Algés, e só mais tarde aldeia. Algés desenvolvia-se no local a que, depois, se designou Algés de Cima, afastado do Tejo. No entanto, a continuação para Nascente do areal já era a praia de Pedrouços. Pois, sendo o forte construído sobre o areal que prolongava esta praia, adoptou-lhe o topónimo.

Apesar do avanço da investigação histórica sobre o concelho de Oeiras, ainda pairam dúvidas quanto à data de construção desta fortificação. Não há documento que se lhe refira, até agora encontrado, a não ser a partir de 1701 (Carlos Pereira Callisto, "As Fortificações Marítimas e Fluviais do Concelho de Oeiras").

aberta no paramento voltado a terra, aproximadamente a meio da muralha.

Em 1735 o forte encontrava-se equipado com treze bocas de fogo, de ferro, e possuía 500 balas em armazém. Mas os reparos em que assentava a artilharia é que estavam... incapazes (Carlos Pereira Callisto, "As Fortificações Marítimas e Fluviais do Concelho de Oeiras").

A decadência e extinção

Embora de construção recente, a inspecção ao forte de N. S.ª da Conceição de Pedrouços efectuada em 1735 já o encontrou bastante danificado. Os parapeitos da muralha necessitavam de reparação, bem como as paredes e telhados das casas e até a porta principal e o armazém exterior, etc. Em 1751, um relatório aponta-o como "consertado de novo" (Alfredo Ferreira do Nascimento, "Algumas Acheques para a História da Defesa de Lisboa"). A inclemência do tempo e a incuria dos homens deixavam as suas dispendiosas marcas...

Em 1777, outra inspecção opina sobre a sua já reduzida importância militar. Os estragos do terramoto de 1755 e a grande acumulação de areias comprometiam a operacionalidade do forte. Talvez também por isso, se empreendeu, em 1780, a edificação da bateria do Bom Sucesso, que veio neutralizar o papel do forte da Conceição. E, assim, em 1788, deixou de ser considerado militarmente útil, sendo depois abandonado (Joaquim Manuel Ferreira Boiça e Maria de Fátima Rombouts de Barros, "Oeiras e o Complexo Histórico-Militar de Defesa da barra do Tejo", in "1.º Ciclo de Estudos Oeirenses – Oeiras-A Terra e os Homens"). Deste modo, em 1802, a sua existência já não consta no levantamento-relatório apresentado pelo coronel Dias Azevedo (António Pedro Vicente, "Manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes Referentes à Portugal").

Nova fase iria agora conhecer o secular imóvel. No entanto, embora estivesse já em 1818 a servir de residência particular, com o conturbado período da guerra civil que opôs D. Pedro a D. Miguel, ainda se admitiu a hipótese da sua reactivação, artilhando-o de novo, mas, segundo parece, sem sucesso.

De acordo com Pinho Leal, o forte da Conceição foi vendido depois de 1834 e posteriormente demolido, cedendo o espaço à construção de vários edifícios, entre os quais o palácio da Conceição, assente sobre a estrutura de base da fortificação, por iniciativa do marquês de Belas para nele instalar a sua casa de veraneio balnear. E foi a partir destas construções que se começou a desenharem a nova aldeia de Algés de Baixo – uma florescente estação balnear oitocentista.

Jorge Miranda

Cantinhos da Região

O alegado delito

A diocese de Coimbra passava então por uma fase de dificuldades de organização e de precária governação. Desde a morte do bispo D. António de Vasconcelos e Sousa, em 1717, a sé encontrava-se vaga e era governada por vigários capitulares, sem possibilidade de o lugar ser provido, em consequência da interrupção das relações diplomáticas com a Santa Sé. Sanados os problemas de base, a 11 de Fevereiro de 1739, D. João V apresentou D. Frei Miguel da Anunciação ao bispado de Coimbra.

A respectiva sagração verificou-se a 9 de Abril de 1741, na igreja de Santa Cruz. E assim, por inerência, o novo bispo ascendeu à titularidade nobiliárquica de conde de Arganil. Mas, ainda, por provisão de 8 de Dezembro de 1742, acumulou o governo temporal e espiritual da vizinha diocese de Évora, em substituição do seu titular, devido à sua avançada idade e estado de saúde, o qual veio a falecer em 1746.

D. Miguel da Anunciação desenvolveu um magistério dirigido à formação e perfeição cristã da sua comunidade. Como reflexo desta preocupação determinante, assinava-se o seu cuidado na elaboração de várias cartas pastorais de orientação.

Perante o alastrar, entre os professores e estudantes da Universidade de Coimbra, das ideias iluministas e laicistas, importadas do fervilhar intelectual da França, através de livros, o bispo, considerando estas doutrinas perigosas e contrárias aos ensinamentos da Igreja, emitiu, a 8 de Novembro de 1768, uma pastoral, na qual indicava alguns livros que não deveriam ser lidos. A divulgação do documento foi o detonador para a perseguição e prisão de que foi vítima, sob a acusação de que a atitude constituía um acto de revolta contra a autoridade régia; que configurava uma intromissão e ultrapassagem das competências da Real Mesa Censória, entidade a quem cumpria examinar e censurar os livros; que este procedimento seria de inspiração jesuíta, etc.

Assim, na noite de 8 de Dezembro de 1768, Coimbra viu-se invadida por uma alçada de desembargadores, sob a presidência do magistrado Joaquim Gerardo Teixeira, e de oficiais de justiça, com a escolta de 80 soldados de cavalaria. Na manhã do dia seguinte, cercados o paço e o mosteiro de Santa Cruz, foi o bispo preso, na casa episcopal, bem como a família que o acompanhava e os colaboradores clérigos mais próximos.

Por carta régia desse dia 9, comunicava o conde de Oeiras, secretário de Estado, ao cabido coimbricense, que o bispo era preso por ter incorrido no crime de lesa-majestade, pelo que lhe seriam confiscados todos os bens e ficaria privado de naturalidade. Estava, assim, civilmente, considerado morto e o bispado, deste modo, encontrava-se

No melhor pano cai a nódoa

A prisão do Forte de N. S.ª da Conceição



Em Algé, onde hoje existe o Palácio da Conceição, esteve preso o bispo de Coimbra durante oito anos

Qual anátema, o território que constitui o concelho de Oeiras foi marcado, desde o século XVI, por manchas negras que maculam o tapete de boas memórias que guarda a história. É certo que o tempo não é linear, rígido, estável: pauta-se pela oscilação, entre altos e baixos, entre o claro e o escuro, entre o bom e o mau. E como a história é feita de homens, este tempo ondulado é consequência das suas posturas e determinação.

Entre as páginas negras, tenebrosas mesmo, que ficaram encadernadas no livro da história local, avultam as da arbitrariedade e da subtração violenta da liberdade por "delito" de opinião, num inequívoco atropelo e menosprezo da dignidade da pessoa humana. Assim, dentro das altas e fortes muralhas de algumas fortificações da defesa do estuário do Tejo, o poder pretendia isolar os seus opositores, os propugnadores de ideias contrárias à ordem vigente. O Bugio, S. Julião da Barra e, mais recentemente, com o chamado "Estado Novo", Caxias foram os mais notórios e lúgubres ergástulos da mordida da palavra e da supressão física dos que perfilhavam ideias ditas subversivas. No entanto, poucas vezes é recordado que o forte de N. S.ª da Conceição de Pedrouços, em Algé, onde ainda se ergue, sobre as suas fundações, o Palácio da Conceição, na Rua Major Afonso Pala, também serviu de prolongada prisão, entre 1768 e 1777, a uma vítima de delito de opinião — D. Frei Miguel da Anunciação, bispo de Coimbra e conde de Arganil —, no período de governação pombalina.

Um ilustre prisioneiro

A 28 de Fevereiro de 1703, nasceu, em Lisboa, Miguel Carlos da Cunha, filho de Tristão da Cunha e Ataíde (1655-1722), primeiro conde de Povolide, e de D. Arcângela de Távora, filha do 2.º conde de S. Vicente. Nasceu, portanto, em "berço de ouro", correndo-lhe, nas veias, o sangue de preclaras e aristocráticas famílias. Posição social e recursos materiais não lhe escasseavam para usufruir de uma vida de estalão elevado. Mas escolheu a carreira eclesiástica. Para granjear uma adequada formação cultural e intelectual, entrou, como porcionista, no Real Colégio de S. Paulo, em Coimbra, a 22 de Outubro de 1719.

Depois, em Maio de 1724, concluiu o estudo com o grau de bacharel em Cânones e, em Dezembro de 1726, iniciaria uma promissora carreira docente, na sequência da escolha que recaiu sobre si, em concurso, para condutor da Faculdade de Cânones, com privilégios de catedrático. Mas, apesar do seu auspicioso percurso universitário, tocado pela palavra de dois frades varatojanos em missão de pregação em Coimbra, quis dar novo rumo à sua vida, decidindo ingressar na clausura do secular mosteiro dos cônegos regrantes de Santa Cruz, onde recebeu o hábito a 26 de Abril de 1728, adoptando o nome de Miguel da Anunciação. E também nesta tebaida coimbrã se destacou, pois, em 1737, foi eleito geral da congregação.

vacante. E isto ainda sem processo nem julgamento!...

O Tribunal da Real Mesa Censória, que reuniu para apreciar o caso por determinação do conde de Oeiras, depois de examinar a pastoral em causa, sentenciou, a 23 de Dezembro desse ano, que esta foi considerada "falsa, infame e sediciosa", pelo que ordenou que fosse queimada publicamente, o que se verificou no dia imediato na Praça do Comércio, sob a supervisão do diligente corregedor do bairro de Belém, Diogo Inácio de Pina Manique.

Este Tribunal entendeu que a carta pastoral "mostra o espírito sedicioso e rebelde de quem a concebeu, e na qual viviam obstinados e inflexíveis os jacobinos" (Fortunato de Almeida, "História da Igreja em Portugal").

A prisão

Sem condenação formal, foi o bispo detido no dia 9 de Dezembro de 1768 e, no dia seguinte, conduzido a Lisboa, sob escolta militar, perante a total passividade do cabido. Chegado à capital, foi imediatamente encaminhado para o forte de N. S.ª da Conceição de Pedrouços, onde ficou cativo até 25 de Fevereiro de 1777. A sua inesperada libertação ficou a dever-se a inquietações de consciência de D. José, que, no dia 21, três dias antes de morrer, de sua mão, redigiu a seguinte ordem: "Perdoou ao bispo de Coimbra e mando que se solte logo com todos os cúmplices que estão presos pelas culpas por que se prendeu o bispo." E o Marquês de Pombal subscreveu uma portaria que mandava executar a vontade do monarca.

Durante mais de oito anos, D. Frei Miguel da Anunciação permaneceu "sepultado num estreito cárcere, que, segundo se diz, tinha nove palmos de comprimento e outros tantos de largo, e apenas recebia luz por uma fresta de palmo quadrado, aberta no tecto da prisão", segundo o dramático quadro traçado por Fortunato de Almeida.

A prisão deveria ser duríssima. De acordo com o mesmo historiador, aquando da libertação "do seu negro cárcere", o bispo apresentava-se "envelhecido, vacilante, macilento, com as vestes desgastadas, todo em desalinho e miserando aspecto".

Segundo o testemunho do cardeal Pacca, o seu estado "excitou a compaixão da opinião pública, [e] foi acolhido e aclamado como um santo na Corte e na cidade de Lisboa, e entre os aplausos e as bênçãos dos povos conduzido à sua sede" (Pe José de Castro, "Portugal em Roma"). E o "santo bispo de Coimbra" visitou, em Pombal, onde se encontrava no exílio, o marquês, dando-lhe a bênção...

Este é o único caso que conhecemos de utilização do forte de N. S.ª da Conceição de Pedrouços como prisão — um uso e em circunstâncias que não honram a história, os responsáveis e o lugar...

Jorge Miranda

GINÁSTICA PASSIVA

NOVA GERÊNCIA

PERTO DE SI ENCONTRARÁ
O MAIS MODERNO CENTRO DE GINÁSTICAS E EMAGRECIMENTO

MESA BACIO DE FÉRIAS
O movimento rítmico reduz o stress nas costas e consegue que a pele se torne mais suave e firme.

MESA STRETCH
De uma massagem nas costas reduzindo centímetros supérfluos e equilibra a postura.

MESA CINTURA ABDOMEN, ANCAS
Fortalece os músculos das costas. Doaa, abdômen e ancas reduzem centímetros.

MESA WYFAP
Exerce um relaxamento das costas. Fortalece a zona lombar.

MESA DE PÉDROS
Reduz centímetros nas pernas. É equivalente a um passeio de 3 km.

MESA DE RELAX
A massagem vibratória actua na circulação revitalizando o corpo.

SEM CONTRA-INDICAÇÕES
PROGRAMA MASSTRATIA 125
MAIS BONS

EM 2000 SELECIONADA
TELEFONE MARGARITA SUA
SESSÃO GRÁTIS

ABERTOS DE 2ª A
SÁBADO DAS 9 ÀS 21 H

AV. DO BRASIL, 4 - Oeiras - TEL.: 21 443 723-43
(Em frente à estação de C.P. S.ª Maria)

Festival da Paelha de Marisco

De 2 a 24 de Março

Devido ao êxito deste festival em anos anteriores

o Restaurante Mónaco

tem para si o

FESTIVAL DA PAELHA DE MARISCO

Venha apreciar esta especialidade mediterrânica e de grande agrado em toda a Península Ibérica.

Faça a sua reserva!
21 443 23 39 / 21 442 81 66

O Mónaco é uma Festa!
Rua Direita, 9 - Caxias • Fax: 21 443 12 17
E-Mail: restaurantemonaco@mail.telepac.pt - www.restaurantemonaco.com

FORTE DE SÃO BRUNO PARA O VERÃO

Forte de São Bruno para o Verão.

In: Público.-Lisboa.-A^o. XII, n^o. 4099 (09 Jun 2001), p. 50.

Fortificações / Forte de S.Bruno

Cota: RI/6989 CMO

[6989]

FORTE DE SÃO BRUNO PRONTO PARA O VERÃO

A Câmara de Oeiras inaugurou ontem os arranjos exteriores do Forte de São Bruno, situado na Marginal, que vai “revitalizar” com espaços comerciais e culturais. “A recuperação insere-se na política de intervenção de toda a zona ribeirinha, como a piscina oceânica, o molhe de abrigo ou o passeio marítimo até Algés”, disse o presidente da autarquia. A recuperação do forte, que durou cerca de quatro anos, foi, segundo ele, uma “saga”, porque houve o cuidado de respeitar parâmetros exigidos pela Direcção-Geral do Património, que foram executados pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

“Tivemos que usar técnicas de construção de há 300 anos, que o próprio LNEC teve que estudar”, explicou. Dentro do forte será instalada a Associação dos Amigos dos Castelos, e o espaço exterior será uma área de restauração animada por actividades culturais. ■

SILVA, Bruno

Forte recuperado reabre as portas / Bruno Silva.

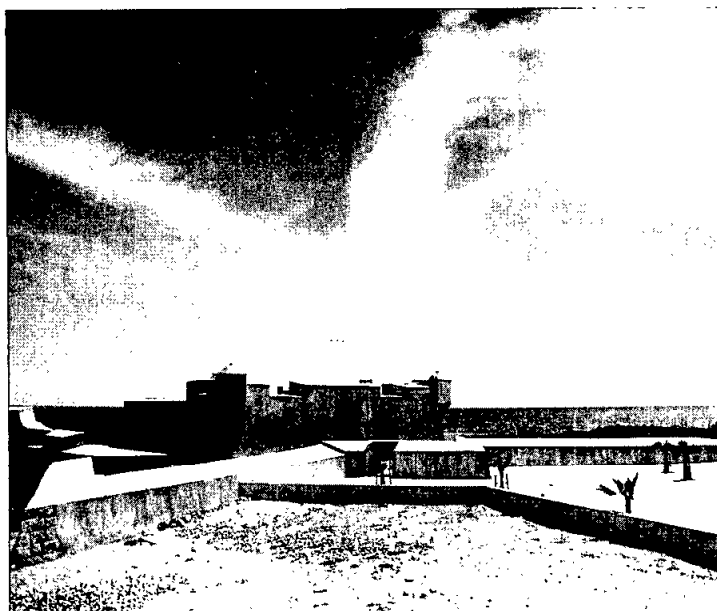
In: A Capital.-Lisboa.-A^o. XXXIV, n^o. 10450 (09 Jun 2001), p. 17.

Fortificações / Forte de S. Bruno

Cota: RI/6986 CMO

[6986]

OEIRAS Os trabalhos de recuperação do Forte de São Bruno estão concluídos. Reabriu ontem, após quatro anos de obras



O terraço do forte poderá vir a acolher uma pequena esplanada ou um local para exposições ao ar livre

Forte recuperado reabre as portas

Uma das áreas da fortificação vai passar a acolher a partir de agora a sede da Associação dos Amigos dos Castelos

BRUNO SILVA | OEIRAS

Quatro anos após o seu início, os trabalhos de recuperação do Forte de São Bruno estão finalmente concluídos. Para Isaltino de Moraes, presidente da Câmara de Oeiras, a inauguração deste espaço que abriu ontem as portas ao público representa o fim de uma "saga" que a autarquia conseguiu levar até ao fim apesar das dificuldades inerentes à recuperação de monumentos históricos, como estes.

"A Câmara teve de respeitar parâmetros da Direcção-Geral de Património e Instituto Português de Património Cultural, que obrigou a utilização de determinadas técnicas de construção, para as quais o próprio Labora-

tório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) não estava preparado. Nós tivemos de utilizar ali técnicas de construção que eram utilizadas há 300 anos atrás, o que obrigou o LNEC, habituado a lidar com o betão, a ter de estudar as técnicas e os materiais mais aconselhados", explica o presidente da Câmara de Oeiras.

Este forte, edificado num maciço rochoso, na zona de Caxias, data do século XVII, e faz parte da linha de defesa da barra do Tejo, tratando-se de uma pequena bateria.

Esta fortificação agora remodelada, no seu interior vai passar a acolher a partir de agora a sede da Associação dos Amigos dos Castelos. Devido ao espaço exíguo no seu interior, a musealização do monumento está posta de parte, no entanto a autarquia não descarta a possibilidade de no futuro, o terraço do forte poder vir a acolher uma pequena esplanada ou um local para exposições ao ar livre.

Para já animação vai concentrar-se fora de portas, no o espaço adjacente à fortificação,

que também foi recuperado, e onde vão ser instalados um Bar, um pequeno restaurante e espaços dedicados ao artesanato.

A embelezar o local, para além de algumas palmeiras, ainda pequenas, encontra-se também uma escultura de Vieira Baptista, que representa um golfinho.

Para atrair visitantes ao Forte de São Bruno, a autarquia planeia desenvolver várias actividades culturais e artísticas no local, mas Isaltino Moraes acredita que aquele espaço "vai ter mais dinâmica quando estiver integrado no contexto do passeio marítimo, que ligar Algés ao forte de São Julião, o que deve acontecer dentro de 4 a 5 anos".

Com o objectivo de dar continuidade "à política de intervenção na zona ribeirinha" para além do alargamento do passeio marítimo até ao final da praia de Santo Amaro, obras que vão obrigar ao já anunciado encerramento daquele espaço ainda durante o verão, a Câmara de Oeiras vai avançar em breve com a recuperação do forte do Arrieiro

FORTE DE SÃO BRUNO PRONTO NO VERÃO

Forte de São Bruno pronto no Verão.

In: Correio da Manhã.-Lisboa.-Aº. XXIII, nº. 8058 (09 Jun 2001), p. 9.

Fortificações / Forte de S.Bruno

Cota: RI/6988 CMO

[6988]

Forte de São Bruno pronto no Verão

A Câmara de Oeiras inaugurou ontem os arranjos exteriores do Forte de São Bruno, um espaço privilegiado na marginal construído em 1647, que a autarquia vai "revitalizar" com a criação de espaços comerciais e culturais.

"A recuperação do Forte de São Bruno insere-se na política de intervenção que estamos a fazer em toda a zona ribeirinha, como a piscina oceânica, o molhe de abrigo ou o passeio marítimo até Algés", disse o presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Isaltino Morais.

A recuperação do forte, que durou cerca de quatro anos, foi uma "autêntica saga", segundo o autarca, porque houve o cuidado de respeitar parâmetros exigidos pela Direcção Geral do Património que foram executados

pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

"Tivemos que usar técnicas de construção de há 300 anos, que o próprio LNEC teve que estudar primeiro", disse o autarca, acrescentando que o espaço, integrado no contexto do futuro passeio marítimo, de Algés ao Forte São Julião, será "uma mais-valia indiscutível".

Dentro do forte será instalada a sede da Associação dos Amigos dos Casteios, e o espaço exterior, onde se destaca uma escultura de um golfinho, alusiva ao rio Tejo e aos golfinhos.

O Forte de São Bruno foi construído sobre um maciço rochoso em 1647, e serviu uma linha de fortificação e defesa da costa portuguesa, compreendida entre Belém, Cabo da Roca e Bugio.

FORTE DE S. BRUNO ESTÁ RECUPERADO E TODA A ÁREA ENVOLVENTE DÁ À VELHA PRAIA DE CAXIAS OUTRA IMAGEM

Forte de S. Bruno está recuperado e toda a área envolvente dá à velha praia de Caxias outra imagem.

In: A Voz de Torcena.-Tercena.-Aº. XXVI, nº. 654 (15 Jun 2001), p. 7, 11.

Fortificações / Forte de S. Bruno

Cota: RI/6983 CMO

[6983]

FORTE DE S. BRUNO ESTÁ RECUPERADO E TODA A ÁREA ENVOLVENTE DÁ À VELHA PRAIA DE CAXIAS OUTRA IMAGEM

O embelezamento da área envolvente ao Forte de S. Bruno foi agora inaugurado pelo presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino Morais e será talvez uma das últimas cerimónias de entrega de equipamentos por parte da autarquia à Freguesia de Paço de Arcos, já que muito brevemente Caxias passará a ser freguesia.

Trata-se de um investimento de cerca de 300 mil contos, integrado no projecto de melhoria e alindamento da zona ribeirinha, com a reconstrução do Forte setecentista de S. Bruno e os seus arranjos envolventes que irão no futuro ser acrescentados com lojas, esplanadas, parque de estacio-

namento e ainda uma passagem subterrânea, da estação de caminho de ferro para a praia a fim de facilitar os frequentadores daquele novo espaço.

Esteve presente neste acto, os vereadores camarários, Dra. Teresa Zambujo, Dr. José Eduardo, Eng. José

Neno, o presidente da Junta de Freguesia de Paço de Arcos e ainda a presidente do Porto de Lisboa, Eng. Natércia Cabral.

É intenção da Câmara, criar uma série de benesses para toda a zona, e a principal será talvez o passeio

(Cont. na pág. 11)



FORTE DE S. BRUNO ESTÁ RECUPERADO

(Cont. da pág. 7)

marítimo, que já se iniciou na praia de S. Julião mas que se pretende atingir Alges em toda a extensão do rio.

As obras a construir em toda a área são muitas, pois para completar a magnífica piscina oceânica, serão construídas mais três, uma nas Fontainhas em Paço de Arcos, outra na Cruz Quebrada e ainda outra em Oeiras.

Para além disto, o Porto de Recreio vai ser uma realidade dentro

de pouco tempo e pretende-se uma maior qualidade de vida ao longo de toda aquela área do concelho, já que os passeios por peões na marginal, irão es-tender-se por mais dias ao longo do ano, pois ficou provado que o povo gosta desse tipo de atitudes.

Também o Forte do Areiro em Oeiras, irá receber obras, uma vez que já se está a tratar de um protocolo com a entidade a que pertence e tudo se conjuga no sentido de dotar aque-

la bonita área numa mais confortável e cultural onde as pessoas possam desfrutar das suas benesses para além das praias, pois estas continuam poluídas e pese embora todos os esforços desenhados e volvidos pela autarquia nesse sentido nas ribeiras que atravessam o concelho, a poluição advém ainda de Sintra, de Lisboa e das localidades da outra margem do Tejo, o que dificulta grandemente a ventilação de do Executivo oiren-

se.

De qualquer forma o Forte de S. Bruno já mostra outra imagem a quem passa na marginal, e agora mais do que nunca com a sua iluminação nocturna e o seu majestoso golfinho em bronze virado para o mar, numa constante solicitação aos que deambulam por outras paragens, para que regressem de novo ao renovado Tejo, pelo menos na área pertencente ao concelho de Oeiras, onde antigamente abundavam.



FORTE DE S. BRUNO REABRE AS SUAS PORTAS

Forte de S. Bruno reabre as suas portas .

In: Rota das Linhas.-Porto Salvo.-Aº. XII, nº. 223 (16 Jun 2001), p. 20.

Fortificações / Forte de S.Bruno

Cota: RI/6982 CMO

[6982]



Forte de S. Bruno reabre as suas portas

Concluída a recuperação do Forte de São Bruno e zonas adjacentes

Realizou-se no dia 8 de Junho, a cerimónia de inauguração das obras de recuperação do Forte de São Bruno, em Caxias, bem como do reordenamento e reabilitação das suas zonas adjacentes, sendo que o espaço interior desta fortaleza,

para além de constituir mais uma área nobre ao dispor da autarquia, servirá também a sede da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos. À cerimónia de inauguração seguiu-se uma visita ao interior daquela fortaleza, bem

como aos seus espaços exteriores envolventes, áreas essas que estarão vocacionadas para a instalação de alguns equipamentos inerentemente ligados à vertente turística, e que transformarão toda essa zona num polo de atracção.

COSTA, B.

Inaugurado forte de S. Bruno : Oeiras marca o ritmo / B. Costa.

In: A Zona.-Cascais.-Aº. XVI, nº 352 (21 Jun 2001), p. 11.

Fortificações / Forte de S.Bruno

Cota: RI/6980 CMO

[6980]

Oeiras marca o ritmo

Inaugurado forte de S. Bruno

Depois de um dia exaustivo nas comemorações do Dia do Município, Isaltino Morais presidiu à cerimónia de inauguração do Forte de S. Bruno após obras de recuperação.

Com o ambicioso projecto de recuperação da zona ribeirinha, os munícipes de Oeiras poderão ter um relacionamento com o Tejo de qualidade, dado o melhor aproveitamento daquela zona.

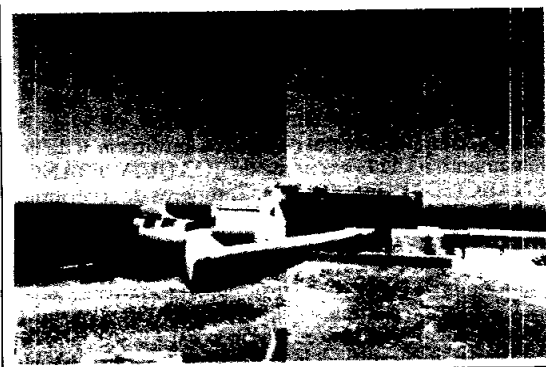
Na cerimónia, que contou com o descerrar de uma escultura realizada por artistas do grupo Artitude, Isaltino Morais agradeceu a presença do presidente da Administração do Porto de Lisboa, entre outros convidados, e falou do percurso deste longo projecto com obras já realizadas de Algés a S. Julião da Barra. Falou da piscina em Oeiras, obra contrariada a princípio e que hoje já se mostra pequena para tantos utentes; da recuperação da frente entre o Dafundo e Algés, obra que obedece a um projecto defendido pela Administração do Porto de Lisboa e pela



própria Câmara Municipal, em que se pretende dotar aquela zona de infra-estruturas e equipamentos dedicados ao recreio, como são os desportos náuticos, em que o Sport Algés e Dafundo terá o seu espaço; do aproveitamento que vai ter o forte do Areeiro e dos projectos em marcha para a Lusalite – fermentos holandeses, não esquecendo a obra de prolongamento do passeio marítimo que vai abranger toda a zona ribeirinha, que, estamos certos, já constitui um grande polo de desenvolvimento turístico e de lazer intitulado “Tejo Atlântico”.

“O sol quando nasce é para todos”, diz o ditado popular e Oeiras, sem sombra de dúvida, marca o ritmo para uma boa propaganda turística.

B. Costa



MIRANDA, Jorge

Um monumento a D. Maria II em S. Julião da Barra: Equívocos da História / Jorge Miranda.

In: Jornal da Região.-Estoril.-Ed. 223, Aº. V (23 Ago 2001), p. 9.

História / Fortificações

Cota: RI/6877 CMO

[6877]



Centro de Documentação e Informação

Equívocos da História

Um monumento a D. Maria II em S. Julião da Barra

A História é um difícil e complexo ramo do saber. Quer na elaboração, quer na fruição, exige grande atenção e análise crítica. É que é elaborada por pessoas falíveis, por mais profundo e alargado que seja o seu conhecimento, e, por isso, basta um pequeno deslize para que se erre. E o mal está, sobretudo, quando o erro ou o equívoco se instala, se reproduz e se avoluma. Então estabelece-se uma segunda "verdade" que entra em competição, se não a fizer esquecer, com a versão original, fidedigna. Se não houver uma rápida e convincente correcção do desvio, este consolida-se, com a ajuda do cimento da tradição, e torna-se cada vez mais dificultosa a reposição da autenticidade, da verdade histórica, da "certidão da verdade", como disse Fernão Lopes.

Esta situação verificou-se em relação ao monumento que existiu na cortina da esplanada exterior da vetusta fortaleza de S. Julião da Barra, à beira do arruamento que a liga à praia do Moimho, para o lado de Carcavelos, mandado construir em homenagem à rainha D. Maria II, mas que alguns prestigiados historiadores vincularam à memória do malogrado general Gomes Freire de Andrade, ensombrando-o de nebulosos equívocos que a população de Oeiras adoptou e incorporou no seu imaginário. Ainda hoje, apesar de o probo investigador coronel Henrique de Campos Ferreira Lima ("Monumentos dedicados à Rainha Dona Maria II na Torre de São Julião da Barra", in "Boletim do Arquivo Histórico Militar", vol. 9.) e Manuel Araújo ("O obelisco 'desaparecido' recentemente de S. Julião da Barra", in "Jornal da Costa do Sol", 8º 970) terem esclarecido a questão, para muitos oieiruses o monumento evoca o general, executado ali perto, no alto da Cruz do Alqueidão.

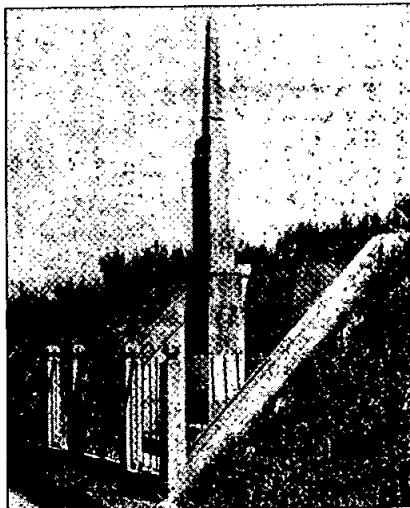
Homenagem à rainha

D. Maria II faleceu a 15 de Novembro de 1853. Foi a primeira monarca no consolidado regime liberal. Daí o governador da fortaleza de S. Julião da Barra (entre 1852 e 1856), brigadeiro Sebastião Francisco Severo Drago Valente de Brito Correia de Lacerda Green Cabreira, barão de Nossa Senhora da Vitória da Batalha, como convicção liberal, ter projectado homenagear a memória da rainha.

Assim, na sequência de sua proposta, por Decreto de 16 de Janeiro de 1854, foi atribuído o nome de D. Maria II à bateria que se chamava de Santo António. A peça legislativa determinava ainda que aqui fosse colocada uma lápide onde constasse a data de 22 de Setembro de 1833 – o dia em que D. Maria entrara a barra de Lisboa, passando ao largo da fortaleza –, "em memória deste dia espantoso para a consolidação das Liberdades Pátrias".

Mas esta iniciativa seria ainda modesta para a ambição do governador da praça, que aspiraria à realização de homenagem mais significativa. Este decreto, de facto, "sugeriu-lhe" a ideia de erigir um monumento em "memória d'Aquela que à custa de tantos sacrifícios lhes trouxe a liberdade". E assim, em Abril de 1854, encabeçou uma comissão de angariação de fundos para a concretização da pretensão que seria custeada somente por militares. Seria um "monumento de recordação, homenagem e eterna saudade tributada pelo Exército à sua adorada Rainha".

Pensou-se implantá-lo na agora bateria D. Maria II, mas o Comando Geral de Engenharia desaconselhou o local. É que, segundo o parecer, "se esta praça um dia tiver de ser atacada e de estar exposta à acção dos tiros de canhão, o monumento poderá ser destruído ou grandemente danificado, o que vai um tanto em desacordo com a ideia de perpetuidade que se une naturalmente a uma



Monumento foi removido para interior da fortaleza em 1985

semelhante obra que sempre se supõe ao abrigo dos insultos dos homens". Havia, pois, que encontrar lugar onde a memória não ficasse tão exposta à acção devastadora da artilharia, em caso de conflito armado. E assim, acaueladamente, foi escolhida uma zona mais resguardada; semi-enterrada na cortina, fora da fortaleza mas no seu perímetro.

O projecto

Pretendeu-se mesmo erigir um monumento marcante, com importância, com aparato. Encarregou-se da elaboração do projecto, graciosamente, a parceria de pintores-decoradores Giuseppe Cinatti e Rambois, ambos de origem italiana, vindos para Portugal cerca de 1836. Eram os artistas da moda, da sociedade elegante e endinheirada, constantemente solicitados para a concepção dos cenários dos teatros S. Carlos e D. Maria e dos projectos de construção e/ou decoração dos palácios da ascendente burguesia lisboeta. Não podia estar melhor entregue o plano do monumento.

O projecto inicial, que foi aprovado pelas instâncias militares superiores, previa uma coluna, onde, entre a decoração de festões e louros, se inscreviam as insígnias dos regimentos que contribuiriam para a execução da iniciativa. No topo da coluna, erguia-se a estátua da rainha, de manto e coroa.

A concretização deste projecto seria onerosa. Na "Revista Militar", escrevia-se, a propósito, que "sem um maior auxílio, este risco não se poderá levar a efeito, por dispendioso". E assim aconteceu, porque foi abandonado o projecto de Cinatti e Rambois.

O obelisco

Em sua substituição, foi tomada uma opção mais modesta, mais económica: a construção de um obelisco, com três registos. Na sua singeleza e nudez contrastante com a primeira versão, apresentava inscrita somente, numa cartela oval, cavada na face fronteira do padrão, segundo Ferreira Lima, "a data 4 de Abril de 1853, encimada por uma coroa real, tendo por baixo um M sobre que assentava o algarismo 2". O dia e o mês correspondem aos do nascimento da rainha e o ano ao da sua morte. É pena que a inscrição tenha desaparecido, ao que parece por excessivo zelo empregue numa limpeza. É que não nos parece casar bem elementos evocativos do nascimento com o da morte...

A delocalização do monumento

Hoje, o espaço que o monumento ocupava encontra-se, tristemente, vazio. Numa lápide, justifica-se a sua remoção para o interior: "Em homenagem à rainha D. Maria II esteve neste local desde 1854 (?) um obelisco que foi nesta data transferido para o interior da fortaleza de S. Julião da Barra conforme desejo do governador, barão da Batalha, que promoveu a sua construção. 1 de Junho de 1985".

Não foi pacífica esta delocalização. O "Jornal da Costa do Sol", em algumas edições, abordou o tema. E interrogava: "Como é possível bulir-se tão radicalmente num monumento que a população local sempre se habituou a ver e que, por isso, passou a integrar um património que não é de 'ninguém' porque da comunidade, numa perspectiva – que julgamos correcta – de concepção de património cultural? Como é, pois, possível retirar-se do seu sítio um marco com significado histórico, o que, objectivamente, significa destruí-lo ou amputá-lo de parte do seu valor e sentido?"

Os equívocos

A intenção do monumento prestou-se, ao longo do tempo, a que se tenham tecido alguns equívocos. Quatro hipóteses já foram colocadas como motivação da sua existência: três relacionam-se com a evocação de Gomes Freire de Andrade; a restante e exacta, como vimos, atribui-lhe o carácter de testemunho congratulatório a D. Maria II.

Segundo a tradição popular, o obelisco assinalava o lugar onde teria sido lida a sentença de morte do ilustre general. Esta tese é exposta pelo escritor António de Campos Júnior ("Passatempo", n.º 19). Mas no "Arquivo Nacional" (n.º 276 e 277), em artigo que julgamos da autoria de Rocha Martins, identifica-se o lugar do padrão com o sítio "em que teve lugar a execução" do general Gomes Freire. Há ainda quem lhe atribua somente a qualidade de simples memória evocativa do malogrado militar, sem, contudo, relacionar o monumento com qualquer acontecimento da sua vida. Estão neste caso o coronel Pacheco Simões ("O Século", de 6/12/1923) e Henrique Loureiro ("Diário de Notícias", de 20/9/1924).

Esperamos ter contribuído para a divulgação da história deste monumento e para o desfazer de enganos que o rodeiam. Este elemento do património cultural concelhio e o de homenagem ao general Gomes Freire de Andrade são distintos, no espaço e na intenção, e só têm em comum o deverem-se à iniciativa do mesmo homem – o barão da Vitória da Batalha.

Jorge Miranda

NOTA: No artigo "O Reduto de Gomes Freire", inserido no n.º 222, de 9 de Agosto, por um daqueles arreliadores lapso que não têm explicação, escrevemos que "em 1665, D. João V mandava que Nicolau de Langres deixasse o Alentejo" para acudir a S. Julião da Barra, a fim de terminar a obra do revelim. Decerto que os leitores mais atentos deram com os enganos: trata-se de D. João IV, pois D. João V nem sequer tinha nascido, e de uma ordem de 1655 (D. João IV morreu em 1656). Aos nossos leitores apresentamos o devido pedido de desculpas. - J.M.

CARDOSO, Fátima Lopes

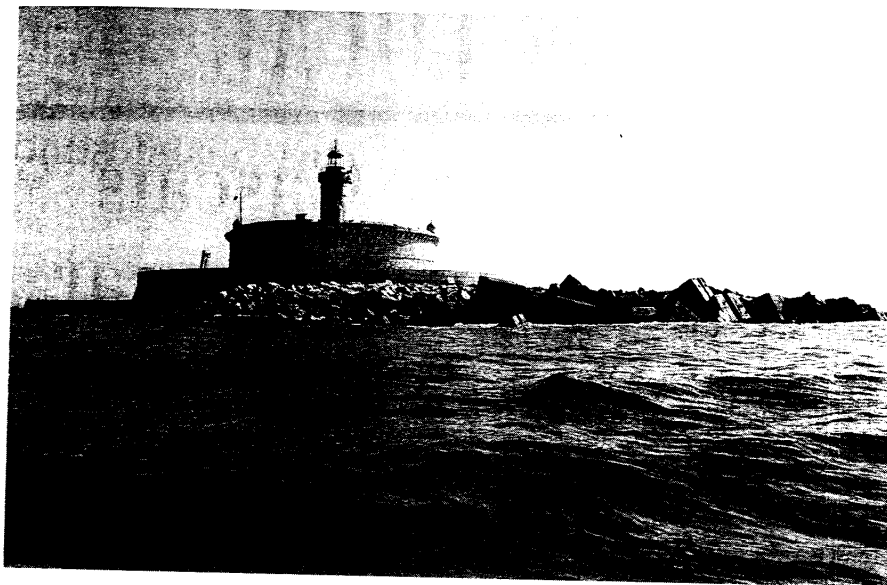
Farol do Bugio continua de portas fechadas : Falta verba para recuperar interior / Fátima Lopes Cardoso.

In: Público.-Lisboa.- (24 Set 2001), p. 54.

Fortificações / Forte do Bugio

Cota: RI/6946 CMO

[6946]



FAROL DO BUGIO CONTINUA DE PORTAS FECHADAS

FALTA VERBA PARA RECUPERAR INTERIOR

Foi considerado monumento com interesse público há quase 50 anos, mas a Marinha Portuguesa ainda não encontrou a proposta certa para o tornar um lugar visitável

FÁTIMA LOPES CARDOSO

Visitar a Torre do Bugio, na barra do Tejo, ainda é um privilégio reservado a um número restrito de pessoas. Noticiou-se, várias vezes, a possibilidade do monumento vir a ser visitável durante alguns meses do ano, mas as negociações nesse sentido falharam e os elementos da Marinha Portuguesa têm autorização para entrar na Torre de S. Lourenço da Barra ou S. Lourenço da Cabeça Seca, como também é conhecido.

A actual solidão do forte, junto ao concelho de Oeiras, distancia-o dos tempos em que os habitantes da margem esquerda do Tejo aproveitavam as boas condições climáticas e a maré-baixa para dar um pulo ao Bugio e assistir à missa na pequena capela da torre. Passados quase cem anos, da capela setecentista só restam ruínas. Mas, apesar do adiantado estado de deterioração, o espaço religioso que já serviu de abrigo em horas de desespero ainda guarda traços da beleza original. Agora, no Bugio só vive uma comunidade de gaivotas que transformou o espaço em residência — ou em cemitério, no caso daquelas que não resistem às adversidades da Natureza.

Turismo de luxo pode ser solução

O forte tem oito divisões, todas elas abandonadas e à espera de um destino. O comandante Amaral Pereira, responsável pela Direcção de Faróis, considera as obras internas imprescindíveis e sugere: "A solução poderia passar por um espaço de turismo de alta qualidade". Os compartimentos em ruínas serviram, outrora, de abrigo aos cerca de 50 soldados, tenentes e sargentos, destacados para defender a barra de Lisboa. Viver no mar era, conta o director de Faróis, baseado em documentos da altura, "assustador e demasiado solitário". Quando o forte deixou de ter fins militares, este isolamento passou a ser sentido pelos faroleiros. Até 1982, altura em o lugar de vigia foi dotado de diversos automatismos de controlo, passando a ser comandado a partir da base da Marinha de Paço de Arcos.

A aventura de reconstrução do interior do Forte de S. Lourenço exige algumas dezenas de milhar de con-

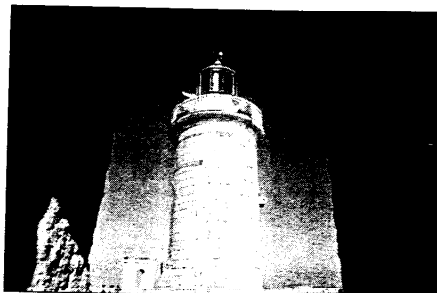
tos, que Amaral Pereira não sabe precisar. A Marinha não tem, segundo o comandante, "capacidade financeira para recuperar o forte". A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), a quem cabe, em parte, a reconstrução da fortaleza, defende que "o interior do monumento só pode ser restaurado quando se souber qual é a finalidade a dar ao espaço". A Direcção de Faróis tem chegado várias propostas de empresas de recreio náutico, mas nenhuma ideia agradou a este organismo da Marinha Portuguesa, porque, segundo o comandante Amaral Pereira, "não ofereciam garantias de segurança suficientes".

Exterior tem vindo a ser recuperado

O exterior da fortaleza contrasta com o estado da capela e dos compartimentos. Aproveitando as condições favoráveis do Verão, há cerca de três anos a DGEMN e a Administração do Porto de Lisboa (APL) investiram cerca de um milhão e

200 mil contos em obras de protecção. As empreitadas consistiram num enchimento com areia da zona virada a oeste entre os dois molhes. O monumento foi, de acordo com documentação do DGEMN, "alvo de algumas correcções e adaptações, de modo a que a obra fosse estável, mas não provocasse um impacto visual marcadamente negativo". Dois anos depois, a entidade responsável pela conservação dos monumentos voltou a investir mais um milhão de contos na reconstrução da muralha periférica e na torre. Toda a zona circundante ao monumento foi submetida a um enrocamento com um manto de betão, preenchido por cubos de 36 toneladas. A parte mais protegida das ondas e das tempestades é a única que ainda mantém a pedra original da altura em que D. João IV mandou fortificar a Torre de S. Lourenço, em 1657. As intervenções foram de tal forma trabalhosas que um grupo internacional de engenheiros as inseriu nas "cem obras exemplares do século".

A parte do forte foi classificada como monumento de interesse público em 1957. Em tempos, a Marinha orgulhava-se de ter um farol servido por uma das nove ópticas de cristal existentes no mundo. A luz que libertava excedia as necessidades e chegava a encandear as embarcações. A óptica foi retirada e transferida para o pólo museológico da Direcção de Faróis, em Paço de Arcos. Hoje, a luz do Bugio vem da energia acumulada nos painéis solares e é fornecida através de uma lanterna. Para dinamizar o Farol do Bugio, salienta o coronel Amaral Pereira, seria necessário "que um grande grupo económico esquecesse o lucro e investisse na beleza do monumento". ■



CARDOSO, Fátima Lopes

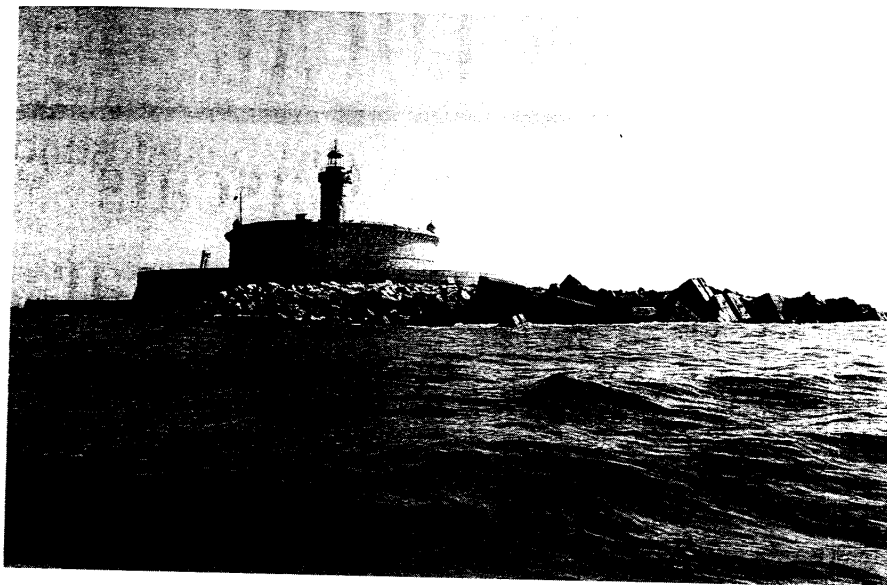
Farol do Bugio continua de portas fechadas : Falta verba para recuperar interior / Fátima Lopes Cardoso.

In: Público.-Lisboa.- (24 Set 2001), p. 54.

Fortificações / Forte do Bugio

Cota: RI/6946 CMO

[6946]



FAROL DO BUGIO CONTINUA DE PORTAS FECHADAS

FALTA VERBA PARA RECUPERAR INTERIOR

Foi considerado monumento com interesse público há quase 50 anos, mas a Marinha Portuguesa ainda não encontrou a proposta certa para o tornar um lugar visitável

FÁTIMA LOPES CARDOSO

Visitar a Torre do Bugio, na barra do Tejo, ainda é um privilégio reservado a um número restrito de pessoas. Noticiou-se, várias vezes, a possibilidade do monumento vir a ser visitável durante alguns meses do ano, mas as negociações nesse sentido falharam e os elementos da Marinha Portuguesa têm autorização para entrar na Torre de S. Lourenço da Barra ou S. Lourenço da Cabeça Seca, como também é conhecido.

A actual solidão do forte, junto ao concelho de Oeiras, distancia-o dos tempos em que os habitantes da margem esquerda do Tejo aproveitavam as boas condições climáticas e a maré-baixa para dar um pulo ao Bugio e assistir à missa na pequena capela da torre. Passados quase cem anos, da capela setecentista só restam ruínas. Mas, apesar do adiantado estado de deterioração, o espaço religioso que já serviu de abrigo em horas de desespero ainda guarda traços da beleza original. Agora, no Bugio só vive uma comunidade de gaivotas que transformou o espaço em residência — ou em cemitério, no caso daquelas que não resistem às adversidades da Natureza.

Turismo de luxo pode ser solução

O forte tem oito divisões, todas elas abandonadas e à espera de um destino. O comandante Amaral Pereira, responsável pela Direcção de Faróis, considera as obras internas imprescindíveis e sugere: "A solução poderia passar por um espaço de turismo de alta qualidade". Os compartimentos em ruínas serviram, outrora, de abrigo aos cerca de 50 soldados, tenentes e sargentos, destacados para defender a barra de Lisboa. Viver no mar era, conta o director de Faróis, baseado em documentos da altura, "assustador e demasiado solitário". Quando o forte deixou de ter fins militares, este isolamento passou a ser sentido pelos faroleiros. Até 1982, altura em o lugar de vigia foi dotado de diversos automatismos de controlo, passando a ser comandado a partir da base da Marinha de Paço de Arcos.

A aventura de reconstrução do interior do Forte de S. Lourenço exige algumas dezenas de milhar de con-

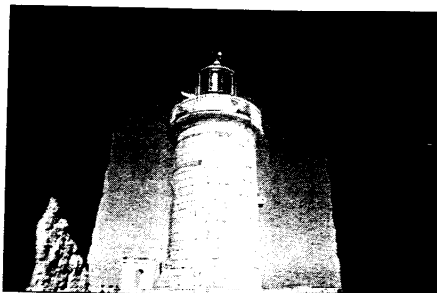
tos, que Amaral Pereira não sabe precisar. A Marinha não tem, segundo o comandante, "capacidade financeira para recuperar o forte". A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), a quem cabe, em parte, a reconstrução da fortaleza, defende que "o interior do monumento só pode ser restaurado quando se souber qual é a finalidade a dar ao espaço". A Direcção de Faróis tem chegado várias propostas de empresas de recreio náutico, mas nenhuma ideia agradou a este organismo da Marinha Portuguesa, porque, segundo o comandante Amaral Pereira, "não ofereciam garantias de segurança suficientes".

Exterior tem vindo a ser recuperado

O exterior da fortaleza contrasta com o estado da capela e dos compartimentos. Aproveitando as condições favoráveis do Verão, há cerca de três anos a DGEMN e a Administração do Porto de Lisboa (APL) investiram cerca de um milhão e

200 mil contos em obras de protecção. As empreitadas consistiram num enchimento com areia da zona virada a oeste entre os dois molhes. O monumento foi, de acordo com documentação do DGEMN, "alvo de algumas correcções e adaptações, de modo a que a obra fosse estável, mas não provocasse um impacto visual marcadamente negativo". Dois anos depois, a entidade responsável pela conservação dos monumentos voltou a investir mais um milhão de contos na reconstrução da muralha periférica e na torre. Toda a zona circundante ao monumento foi submetida a um enrocamento com um manto de betão, preenchido por cubos de 36 toneladas. A parte mais protegida das ondas e das tempestades é a única que ainda mantém a pedra original da altura em que D. João IV mandou fortificar a Torre de S. Lourenço, em 1657. As intervenções foram de tal forma trabalhosas que um grupo internacional de engenheiros as inseriu nas "cem obras exemplares do século".

A parte do forte foi classificada como monumento de interesse público em 1957. Em tempos, a Marinha orgulhava-se de ter um farol servido por uma das nove ópticas de cristal existentes no mundo. A luz que libertava excedia as necessidades e chegava a encandear as embarcações. A óptica foi retirada e transferida para o pólo museológico da Direcção de Faróis, em Paço de Arcos. Hoje, a luz do Bugio vem da energia acumulada nos painéis solares e é fornecida através de uma lanterna. Para dinamizar o Farol do Bugio, salienta o coronel Amaral Pereira, seria necessário "que um grande grupo económico esquecesse o lucro e investisse na beleza do monumento". ■



FORTE DE CAXIAS VALE DOIS CONTOS

Forte de Caxias vale dois contos.

In: Jornal de Notícias.-Lisboa.-A^o. 114, n^o. 167 (15 Nov 2001), p. 10.

Fortificações / Caxias

Cota: RI/6936 CMO

[6936]

Forte de Caxias vale dois contos

O serviço de Finanças de Oeiras, secção de Paço de Arcos, afixou um edital para que o Forte de Caxias, antigo Forte D. Luís I, com uma área de 27 hectares, reverta a favor do Estado.

O documento alerta as pessoas que se julguem com direitos sobre o imóvel a reclamarem

a respectiva posse no prazo de 60 dias, desde que apresentem a respectiva documentação.

Curiosamente, o Estado não vai ver o seu património muito enriquecido. É que, segundo o edital agora afixado, o Forte de Caxias vale pouco mais de dois contos (2.233\$00).

[FORTE DE SÃO BRUNO]

[Forte de São Bruno].

In: Jornal da Costa do Sol.-Cascais.-Aº. XXXVIII, nº. 1754 (27 Dez 2001), p. 5.

Fortificações / Forte de S.Bruno

Cota: RI/6927 CMO

[6927]

Após quatro anos de obras de recuperação, é inaugurado o “novo” Forte de São Bruno, marcando importante passo na recuperação da zona ribeirinha no troço São Julião da Barra/Algés.

Os projectos *Parque dos Poetas* e *Sistema Automático de Transportes Urbanos (SATU)* são apresentados na AM de Oeiras.



MINISTRO DA DEFESA MUDOU-SE PARA O FORTÉ DE SÃO JULIÃO DA BARRA

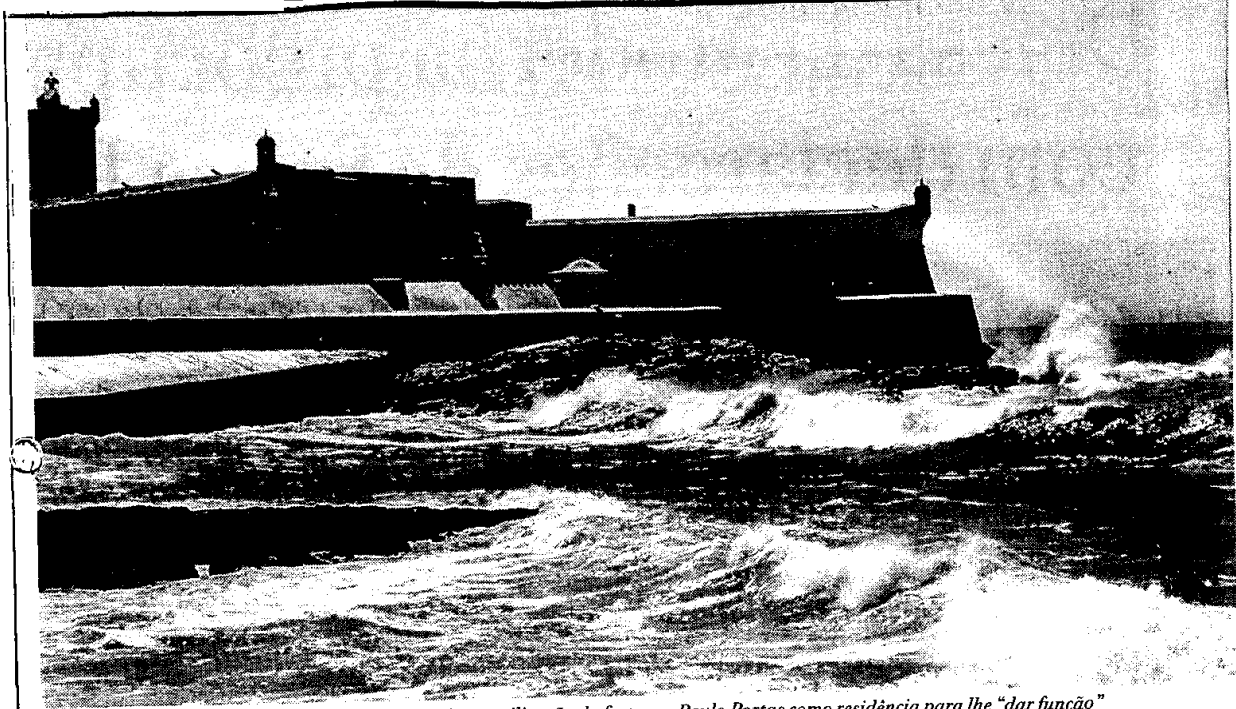
Ministro da Defesa mudou-se para o Forte de São Julião da Barra / Eunice Lourenço e Helena Pereira.

In: Público.-Lisboa.-A^o. XIII, n^o. 4447 (24 Mai 2002), p. 13.

Fortificações / Forte de S.Julião da Barra

Cota: RI/9827 CMO

[9827]



O gabinete de Paulo Portas justifica a utilização do forte por Paulo Portas como residência para lhe "dar função"

Ministro da Defesa mudou-se para o Forte de São Julião da Barra

RESIDÊNCIA OFICIAL

Portas quer seguir o exemplo de Mota Pinto e Fernando Nogueira. Fortificação tem sido mais utilizada para recepções oficiais

**EUNICE LOURENÇO
e HELENA PEREIRA**

O ministro da Defesa Nacional é o único membro do Governo, à excepção do primeiro-ministro, com direito a residência oficial. Paulo Portas decidiu usar esse privilégio e já se mudou para o Forte de São Julião da Barra, no concelho de Oeiras.

Nos últimos anos, o forte foi usa-

do apenas para reuniões de trabalho dos ministros e recepções oficiais. Não há tradição de os titulares da Defesa lá viverem. Fernando Nogueira, que foi o último ministro da Defesa do PSD, morou temporariamente no forte enquanto a sua casa estava em obras.

Edificado no século XVI, o Forte de São Julião era o elemento principal do sistema de defesa da entrada marítima de Lisboa. Durante a dinastia filipina começou a ser usado como prisão de Estado, recebendo os partidários da independência de Portugal. Até à Primeira República, o forte continuou a receber prisioneiros, que mudavam consoante as situações políticas.

No início do séc. XIX, ao tempo de ocupação francesa, instalaram-se em S. Julião forças militares de Napoleão, enquanto a

esquadra inglesa bloqueava a foz do Tejo. Depois, os franceses foram substituídos pelos ingleses, que reforçaram a defesa do Forte pelo lado da terra, que tinha sido sempre o seu ponto fraco.

Naquele século, muito conturbado por ocupações estrangeiras e guerras civis, São Julião encheu-se de presos políticos, como o oficial Gomes Freire de Andrade, envolvido numa conspiração contra a presença inglesa, que acabou por ser enforcado nas proximidades do Forte.

A última acção militar que envolveu a fortaleza deu-se também no quadro das guerras civis: em 1831 uma armada francesa em apoio dos liberais força pela primeira vez a tiro a passagem entre São Julião e o Bugio e foi ancorar no Tejo.

O Forte de São Julião da Barra,

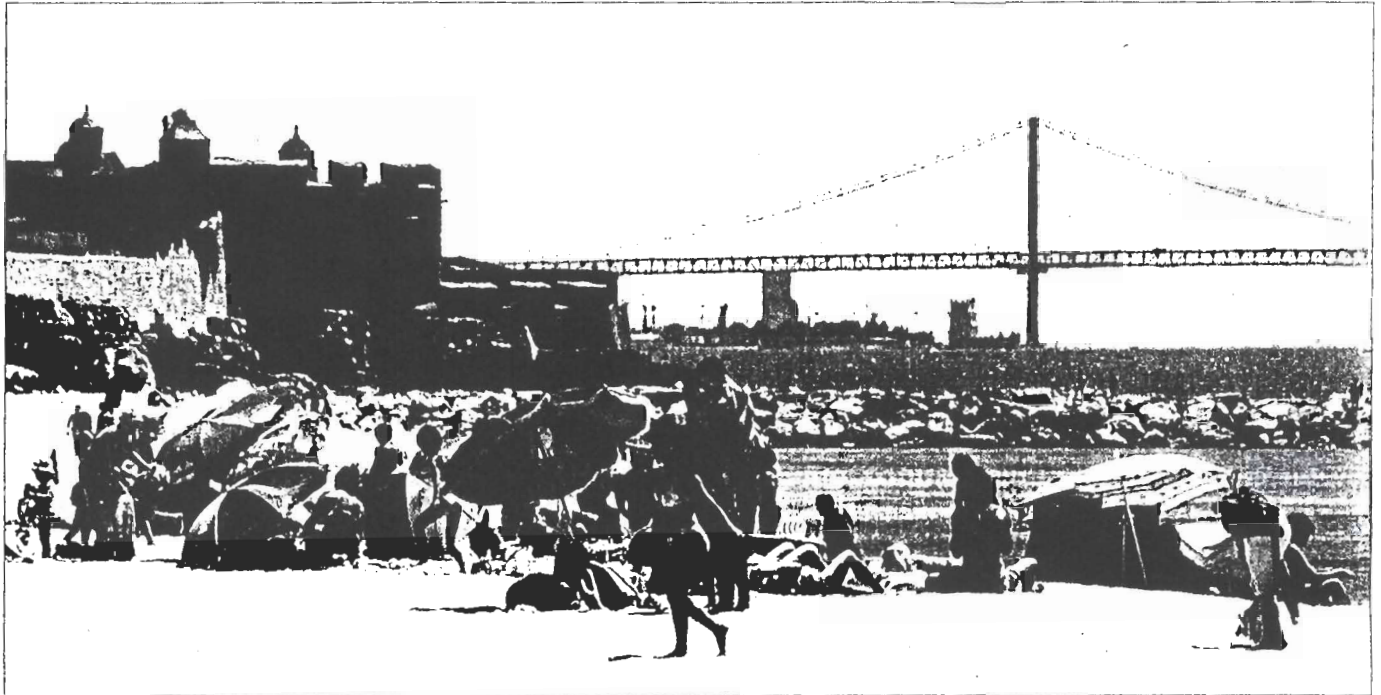
composto por várias edificações, foi desclassificado como fortaleza militar em 1953 e quatro anos depois foi declarado imóvel de interesse público. A residência do forte já recebeu o marechal Montgomery e o general Eisenhower.

O assessor político de Portas, Pedro Guerra, afirmou ao PÚBLICO que o ministro vive aí durante a semana e que "usar o forte é dar-lhe função", lembrando que Mota Pinto e Carlos Brito, antigos ministros da Defesa, também tomaram a mesma atitude.

Nos últimos dias, a equipa do ministro tem realizado reuniões de trabalho em São Julião da Barra e segunda-feira irá decorrer uma reunião de ministros da Defesa dos Países de Língua Portuguesa.

Pedro Guerra não soube precisar se foi preciso ou não fazer algumas adaptações ao forte. ■

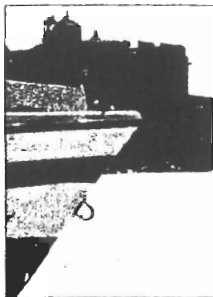
SANTO Amaro (III)



Os guardiões da praia

O estuário do Tejo é como uma jóia de alto valor que, por muito cobiçada, tem de ser vigilantemente guardada. Assim, ao longo do tempo, foi sendo dotado de estruturas defensivas, nos pontos mais sensíveis. A praia de Santo Amaro encontra-se entre estes. Qual cavaleiro dos esporões rochosos das extremidades, duas vetustas fortificações a guardavam, quais permanentes sentinelas, com vista a impedir a sua violação e mesmo a aproximação de inamistosos intrusos. Posteriormente, quando estas já estavam caducas, outros três pontos fortificados passaram a vigiar o afastado mar e, à distância, com grossa artilharia, não permitiam a intromissão de quem não viesse por bem.

Houve tempo em que o areal de Santo Amaro, para além da atracção que a sua amenidade e beleza paisagística exerciam, concitou a atenção dos caçadores de riquezas. Outra fortuna que encerrava foi descoberta: ouro. De facto, em 1825, junto à fonte dos Clérigos, donde tão boa água brotava (hoje, inquinada), que se situa no extremo Nascente do actual parque, foram encontradas, escondidas entre a areia, pepitas do reluzente metal. A exploração deste sonhado Eldorado logo se estabeleceu. Mas cedo os técnicos, provavelmente da Intendência Geral das Minas, se aperceberam que a exigua quantidade extraída não tornava a exploração aurífera rendível. Portugal, que acabara então, nesse mesmo ano, de reconhecer a independência do Brasil, seu grande fornecedor de ouro, não teve aqui o segundo... Brasil. A miragem da riqueza foi Sol de pouca dura...



► Forte das Malas

dotada de fortes guardiões. A sua defesa foi tão cuidada que toda a extensão do areal, entre os fortes de Santo Amaro e de S. João das Maias, era percorrida por uma linha de fuzilaria, trincheira que permitia a ligação rápida entre as duas fortificações. Hoje desaparecida, ainda subsistia em 1735.

O que se pretendia com estas construções militares era criar uma rede que garantisse uma eficaz defesa da barra e prevenisse o litoral contra um indesejável desembarque de hordas hostis. Depois de 1640, tomaram-se cautelas para que não fosse viável a repetição da entrada da esquadra e do desembarque do corpo do exército espanhol, como se verificara em 1580. Com o País em guerra, depauperado, a concretização do empreendimento obrigou a um ciclóptico esforço financeiro!

A linha de fuzilaria

Não foi, portanto, para guardar o ouro que, muito antes, desde o século XVII esta praia estava

S. João das Malas

Entre as fortificações que ornava a praia de Santo Amaro, a primeira a ser construída foi o for-

te de S. João das Maias, na ponta Leste. Estrategicamente importante, articulava o seu fogo com as fortalezas de S. Julião da Barra e de S. Lourenço da Cabeça Seca (vulgo, Bugio). Nesta triangulação encontrava-se a tranca da barra. No quadro dos planos de defesa, a sua construção era considerada tão relevante que, em 1642, as obras foram visitadas pelo próprio rei D. João IV. No entanto, é provável (é matéria que está a ser objecto de investigação por parte do Dr. Joaquim Manuel Boiça) que tenha preexistido uma fortificação filipina.

O forte joanino ficou concluído em 1644, sendo dotado de cinco bocas de fogo e uma guarnição, comandada pelo condestável, de dez artilheiros e vinte soldados. Mais tarde, em 1796, foi ampliada a sua capacidade de fogo, com a edificação de uma bateria nova, que lhe ficou exterior. Em 1802, no total, comportava 24 peças.

Obsoleto e abandonado

Com a evolução tecnológica, na segunda metade do século XIX esta unidade militar encontrava-se obsoleta. Pensou-se ainda em modernizá-la, com a instalação de modernas

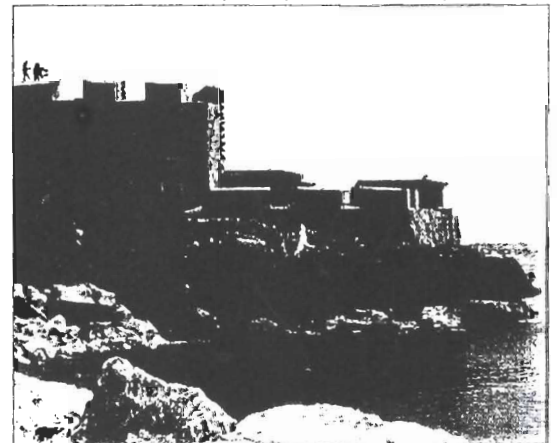
peças, mas o estado do imóvel era precário e abandonou-se o projecto, sendo desactivada. Só voltaria, contudo, a ser aproveitada, em 1943, com a instalação de uma colónia de férias infantil, por iniciativa da Legião Portuguesa. Depois do 25 de Abril, o forte foi entregue ao Serviço Social das Forças Armadas. E a degradação do imóvel, pelo menos aparentemente, avança... Dever-se-iam salvar estas construções militares, não só pelo seu peso histórico mas também pelo que

representam na valorização da paisagem.

Será curioso saber-se por que a fortificação se chama "das Maias". De facto terá sido construída no sítio que já se designava "Maias", nome que terá sido retirado dos "crustáceos decápodes vulgarmente chamados maias existentes nas vizinhanças da fortaleza", segundo hipótese colocada por José Pedro Machado, no "Ensaio sobre a Toponímia do Concelho de Oeiras". Mais haverá a dizer em próximo artigo.

Jorge Miranda

► No esporão da praia, o forte lembra um passado distante



MIRANDA, Jorge

Santo Amaro (III) : Os guardiões da praia / Jorge Miranda.

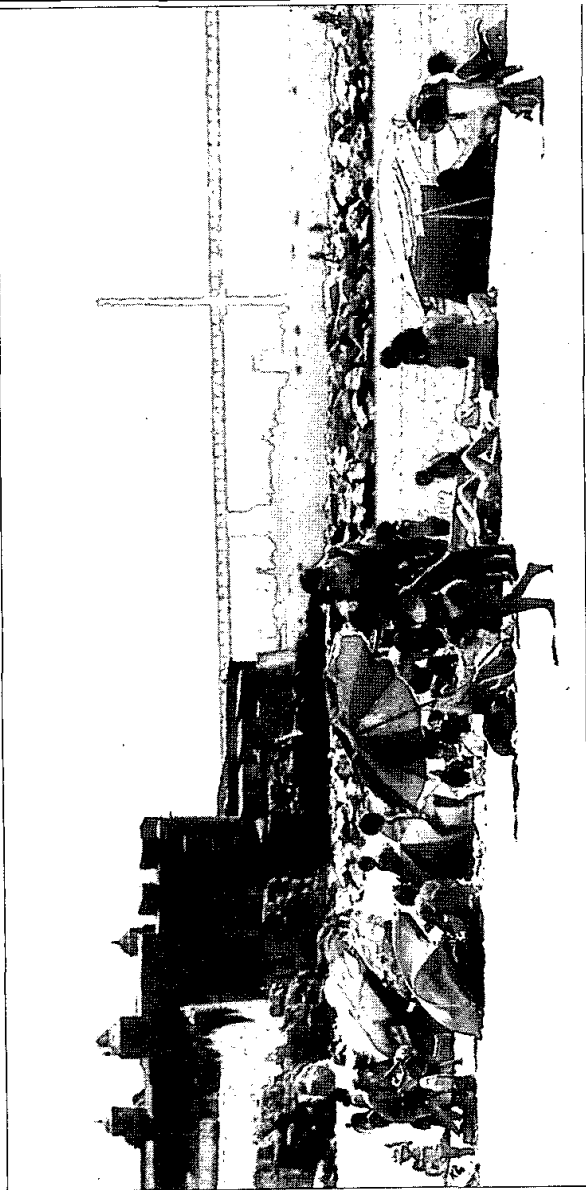
In: Jornal da Região.-Estoril.-Ed. 269, Aº. VI (25 Jul 2002), p. 5.

Fortificações / Forte de S.João das Maias

Cota: RI/9738 CMO

[9738]

SANTO AMARO (III)



Os guardiões da praia

O estuário do Tejo é como uma jóia de alto valor que, por muito cobijada, tem de ser vigilantemente guardada. Assim, ao longo do tempo, foi sendo dotado de estruturas defensivas, nos pontos mais sensíveis. A praia de Santo Amaro encontra-se entre estes. Qual cavaleiro dos esporões rochosos das extremidades, duas vetustas fortificações a guardavam, quais permanentes sentinelas, com vista a impedir a sua violação e mesmo a aproximação de inamistosos intrusos. Posteriormente, quando estas já estavam caducas, outros três pontos fortificados passaram a vigiar o afastado mar e, à distância, com grossa artilharia, não permitiam a intromissão de quem não viesse por bem.

Houve tempo em que o areal de Santo Amaro, para além da atracção que a sua amenidade e beleza paisagística exerciam, concitou a atenção dos caçadores de riquezas. Outra fortuna que encerrava foi descoberta: ouro. De facto, em 1825, junto à fonte dos Clerigos, donde tão boa água brotava (hoje, inquinada), que se situa no extremo Nascente do actual parque, foram encontradas, escondidas entre a areia, pepitas do refulgente metal. A exploração deste sonhado Eldorado logo se estabeleceu. Mas cedo os técnicos, provavelmente da Intendência Geral das Minas, se aperceberam que a extraída quantidade não tornava a exploração aurífera rendível. Portugal, que acabara então, nesse mesmo ano, de reconhecer a independência do Brasil, seu grande fornecedor de ouro, não teve aqui o segundo... Brasil. A mineração da riqueza foi Sol de pouca dura...



► Forte das Maías espanhóis, como se verificara em 1580. Com o País em guerra, depauperado, a concretização do empreendimento obriçou a um ciclóptico esforço financeiro!

A linha de fuzilaria

Não foi, portanto, para guardar o ouro que, muito antes, desde o século XVII esta praia estava

dotada de fortes guardiões. A sua defesa foi tão cuidada que toda a extensão do areal, entre os fortes de Santo Amaro e de S. João das Maías, era percorrida por uma linha de fuzilaria, truncheira que permitia a ligação rápida entre as duas fortificações. Hoje desaparecida, ainda subsistia em 1735.

O que se pretendia com estas construções militares era criar uma rede que ga-

rantissem uma eficaz defesa da barra e prevenissem o litoral contra um indesejável desembarque de hordas hostis. Depois de 1640,

tomaram-se cautelas para que não fosse viável a repensão da esquadra e do desembarque do exército espanhol, como se verificara em 1580. Com o País em guerra, depauperado, a concretização do empreendimento obriçou a um ciclóptico esforço financeiro!

S. João das Maías

Entre as fortificações que ornaram a praia de Santo Amaro, a primeira a ser construída foi o for-

te de S. João das Maías, na ponta Leste. Estrategicamente importante, articulava o seu fogo com as fortalezas de S. Julião da Barra e de S. Lourenço da Cabeça Seca (vulgo, Bugio). Nesta triangulação encontrava-se a trancinha da barra.

No quadro dos planos de defesa, a sua construção era considerada tão relevante que, em 1642, as obras foram visitadas pelo próprio rei D. João IV. No entanto, é provável (é matéria que está a ser objecto de investigação por parte do Dr. Joaquim Manuel Boça) que tenha preexistido uma fortificação filipina.

O forte joanino ficou concluído em 1644, sendo dotado de cinco bocas de fogo e uma guarnição, comandada pelo condestável, de dez artilheiros e vinte soldados. Mais tarde, em 1796, foi ampliada a sua capacidade de fogo, com a edificação de uma bateria nova, que lhe ficou exterior. Em 1802, no total, comportava 24 peças.

Obsoleto e abandonado

Com a evolução tecnológica, na segunda metade do século XIX esta unidade militar encontrava-se obsoleta. Pensou-se ainda em modernizá-la, com a instalação de modernas

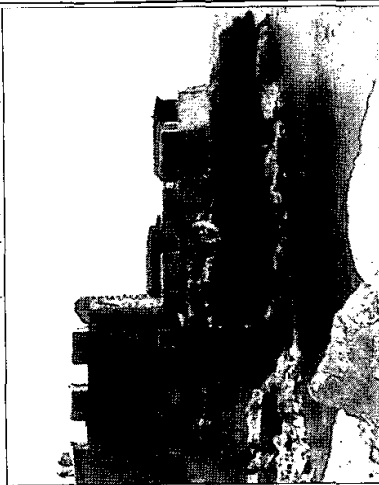
peças, mas o estado do imóvel era precário e abandonou-se o projecto, sendo desactivada. Só voltaria, contudo, a ser aproveitada, em 1943, com a instalação de uma colónia de férias infantil, por iniciativa da Legião Portuguesa. Depois do 25 de Abril, o forte foi entregue ao Serviço Social das Forças Armadas. E a degradação do imóvel, pelo menos aparentemente, avançou... Dever-se-iam salvar estas construções militares, não só pelo seu peso histórico mas também pelo que

Jorge Miranda

representam na valorização da paisagem.

Será curioso saber-se por que a fortificação se chama "das Maías". De facto terá sido construída no sítio que já se designava "Maías", nome que terá sido retirado dos "crustáceos decápodes vulgarmente chamados maías existentes nas vizinhanças da fortaleza", segundo hipótese colocada por José Pedro Machado, no "Ensaio sobre a Toponímia do Concelho de Oeiras". Mais haverá a dizer em próximo artigo.

► No espaço da praia, o forte lembra um passado distante



MIRANDA, Jorge

Santo Amaro (IV) : Entre o antigo e o moderno / Jorge Miranda.

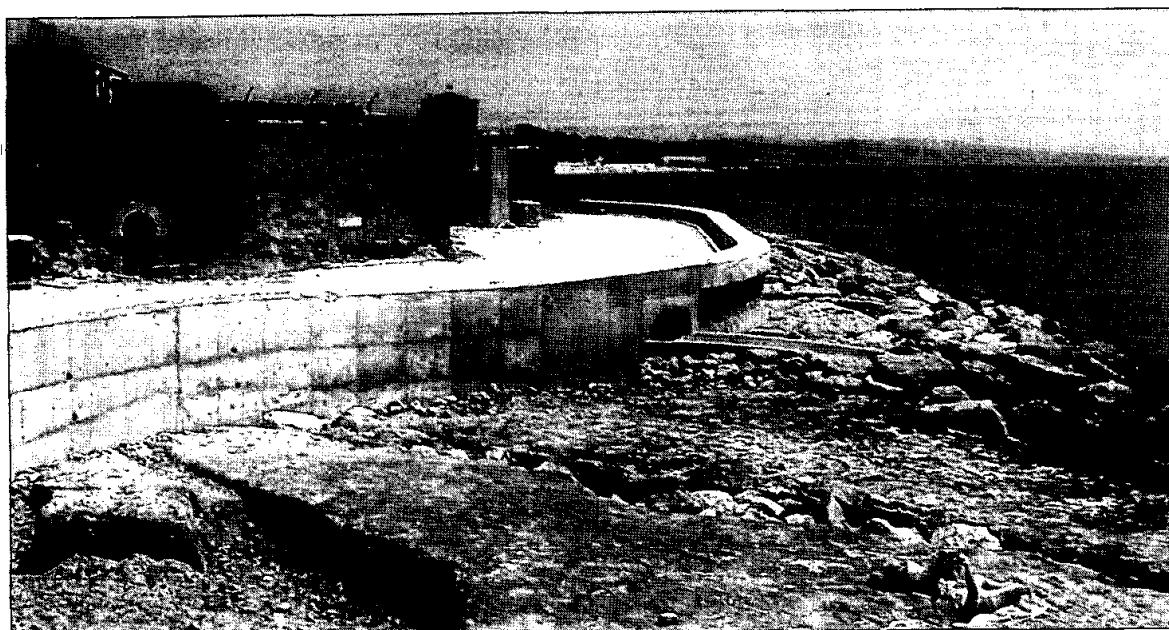
In: Jornal da Região.-Estoril.-Ed. 270, Aº. VI (01 Ago 2002), p. 5.

Litoral / Fortificações / Santo Amaro de Oeiras

Cota: RI/9734 CMO

[9734]

SANTO Amaro (IV)



Entre o antigo e o moderno

Como praia-vedeta que foi e quer continuar a ser, a praia de Santo Amaro, ciosa dos seus pergaminhos, não admite ficar para trás, e também se moderniza, ao ritmo da onda de progresso que atravessa o concelho. Atenuado o problema da poluição e perspectivada, a curto prazo, a resolução da inquinada ribeira da Laje, ganha confiança e acredita no futuro. A recente iluminação nocturna e a construção, em curso, do passeio marítimo valorizam-na. Com as restantes infra-estruturas de apoio, passará a reunir as condições para se alçar a cartaz turístico. Completa o cenário lúdico, a vertente cultural que as fortalezas militares, construídas à sua beira, lhe conferem. Trata-se, pois, de uma harmoniosa conciliação entre o antigo e o moderno.

Mas para que este casamento se verifique torna-se também necessário salvaguardar as características da sobranceira Rua José Joaquim de Almeida. Soluções urbanísticas como as que deram origem à desenhada "muralla" de edifícios que ocupou a antiga quinta do Barracão e ao bloco onde se encontra instalada a Reparação de Finanças de Oeiras só descaracterizam e desvalorizam o local.

Reabilitação do litoral

A reabilitação da zona ribeirinha do concelho de Oeiras, com o inerente benefício da melhoria da qualidade de vida da população, não passa só pela construção do passeio marítimo mas também pela preservação do ambiente tradicional, quer no que se refere à paisagem natural, quer ao património edificado. É neste é imperioso considerar a situação das fortificações militares. Têm um valor histórico e cultural que deve ser aproveitado. Assim, impõe-se a sua recuperação e reutilização, como a Câmara de Oeiras efectuou no forte de S. Bruno, em Caxias. O forte de S. João das Maias, a que nos referimos no artigo anterior, encontra-se, aparentemente, num estado de acentuada degradação. É imperioso salvar esta

construção joanina. O passeio marítimo, que lhe passará à beira, só virá evidenciar a sua decrepitude e o nosso... desmazelo. É, pois, uma mazela que urge sanar.

Forte de Santo Amaro

Melhor sorte teve o pequeno forte de Santo Amaro, também chamado do Areeiro, S. Pedro do Areeiro ou Santo Amaro do Rio de Oeiras, que se encontra recuperado. O único senão que apresenta está no alto e inestético muro que o cerca pelo lado de terra, construído, há poucos anos, com o intuito de garantir a segurança das individualidades que o utilizam. Transmite a desagradável visão de se estar em presença de um "bunker". Este forte foi a segunda fortificação edificada na paria de Santo Amaro, no seu maciço Poente, depois do de S. João das Maias, a Nascente. Não sendo prioritária, a sua construção só se iniciou em 1647. E levou-se tempo a concluí-lo, pois, com certeza, outros trabalhos mais urgentes fizeram protelar a obra. Ficou operacional em 1659, reinava já D. Afonso VI, segundo reza a inscrição epigráfica colocada então sobre a sua porta. Era dotada de sete peças, mas em 1868 já se encontrava desartilhado. Quando, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do

XX, se empreendeu a reformulação da defesa da barra, no quadro das obras do Campo Entrincheirado, serviu de alojamento aos trabalhadores das novas construções militares. Depois e até 1953, foi aproveitado para precária habitação de famílias de débeis recursos económicos. Recuperado pelo Ministério da Defesa em 1954/55, foi utilizado como residência de praia do ministro do Exército, que pagava a renda mensal de 1 500\$000! Depois do 25 de Abril acolheu reuniões de membros do Governo e serviu de habitação de apoio estival à Presidência da República.

Bateria do Areeiro

Contigua ao forte de Santo Amaro, situa-se a quase centenária bateria do Areeiro. Já desactivada, a Câmara de Oeiras tem negociado com o Ministério da Defesa um protocolo de cedência. Neste momento, os serviços da autarquia têm em curso estudos com vista à criação de uma instalação museológica neste espaço. Os progressos da artilharia e da marinha de guerra que se verificaram no século XIX tornaram completamente obsoletas as estruturas militares de defesa da barra, na sua maioria edificadas no século XVII. Perante este inexorável facto, em 1859, começou-se a

delinear um novo pano de defesa marítima da barra do Tejo e cidade de Lisboa. No entanto, as opiniões antagónicas e as sucessivas comissões sobre comissões fizeram retardar o começo dos trabalhos cerca de trinta anos.

A bateria do Areeiro integrava-se neste vasto conjunto de obras, que foram sendo empreendidas faseadamente. Iniciada em 1904, ficou concluída em 1908, sendo, porém, somente artilhada no ano seguinte, com quatro peças. Destinava-se a defender a cortina de torpedos fixos, armados entre as duas margens do Tejo, contra os vasos de guerra que os pretendessem rocegar.

Desartilhada em 1943, dez anos depois voltou "ao activo", com a instalação da torre de radar de controlo do porto de Lisboa, mas já sob tutela da Marinha. Depois serviu ainda de posto de vigilância e defesa da entrada do porto de Lisboa.

Agora, sem utilidade militar, vai, com certeza, num futuro próximo, acolher uma instalação de carácter cultural. Assim se preservava este património, que atesta uma fase da evolução da "arte" da guerra, e se lhe dá uma função cultural, com o que ganhará Oeiras. E a praia de Santo Amaro obterá mais um pólo de atracção.

Jorge Miranda



► Forte do Areeiro

MIRANDA, Jorge

Santo Amaro (V) : A necessária preservação do património militar / Jorge Miranda.

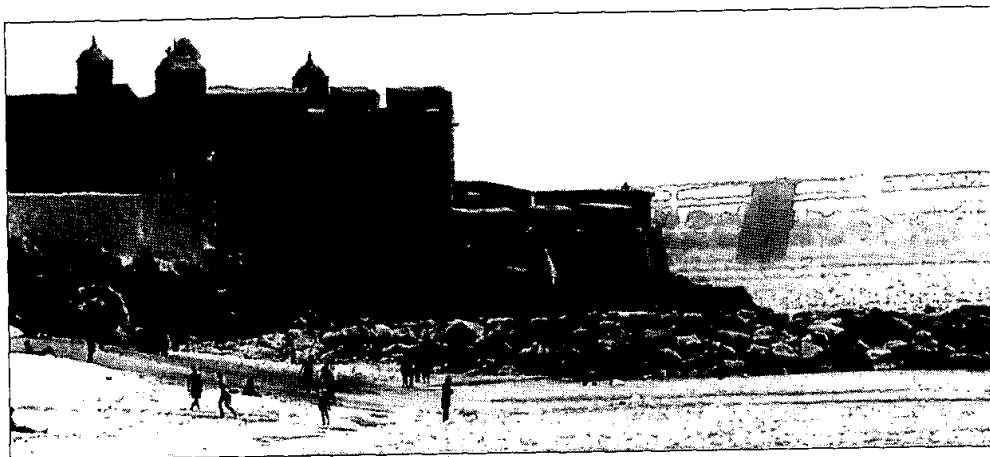
In: Jornal da Região.-Estoril.-Ed. 272, Aº. VI (29 Ago 2002), p. 5.

Fortificações / História

Cota: RI/9824 CMO

[9824]

SANTO Amaro (V)



A necessária preservação do património militar

O mar fronteiro e o areal da praia de Santo Amaro foram bem defendidos. Quem hoje, descontraidamente, frui os prazeres que a sedutora praia prodigaliza não imagina a importância militar que a zona teve outrora. Não só houve a preocupação de a dotar de estruturas militares que evitassem o desembarque de tropas hostis como também que impedissem a entrada da barra a forças navais beligerantes. A acompanhar a evolução da tática e da técnica, sobressaem dois tipos de fortificação, adoptados ao longo de quatro séculos. Hoje, mercê da extraordinária revolução tecnológica, encontram-se obsoletas e desactivadas. A musealização articulada de algumas destas unidades constituiria um significativo contributo para a preservação do património edificado e um factor de valorização cultural.

Por um lado, temos construções de alvenaria, sobretudo seiscentistas, de pequena dimensão, abaluartadas, dotadas de esplanada, onde, entre os merlões, pousavam as peças, e a chamada casa forte, que servia de alojamento à guarnição, coberta por um eirado; por outro, temos as maciças baterias, enterradas, em betão armado, dos finais de Oitocentos e princípios de Novecentos. Das primeiras, já aqui destacamos os fortes de Santo Amaro e de S. João das Maias, que, cruzando fogo, para além de baterem o largo, visavam tornar inexpugnável o acesso fluvial à praia; das segundas, vocacionadas para metralhar a barra com artilharia de grosso calibre, referimos apenas a bateria do Arceiro. No entanto, mais duas foram construídas, tal era a importância estratégica do arceiro: a da Laje e a de Santo Amaro. Qualquer destas duas baterias comportava apenas a estrutura operacional. Segundo pensamos, o seu aquartelamento situava-se na actual Rua Oeiras do Piauí, onde se encontra instalada a Secção de Trânsito da PSP (antes do 25 de Abril, serviu de quartel à chamada Polícia de Choque, de má memória...).

A bateria da Laje

Bem aconchegada ao terreno em disfarçada pela densa arboriza-

ção que a envolve, a bateria da Laje, também baptizada, em 1902, de Rainha D. Maria Pia, passa despercebida. Não se divisa da praia, que domina do alto, e de poucos ângulos é perceptível. No entanto, é flanqueada por duas vias de comunicação de intenso tráfego: a linha do caminho-de-ferro e a estrada marginal. Situa-se a Nascente do apeadeiro de Santo Amaro e por detrás da cortina de prédios que ocupou a quinta do Barracão. A construção iniciou-se a 1 de Março de 1887, tendo ficado concluída em 1889, mas em 1895 ainda se encontrava por artilhar. Em 1903, contudo, já se achava dotada de três peças Krupp. Que lentidão!...

D. Carlos em Oeiras

Foi com pompa que se assinalou a conclusão desta bateria. A cerimónia da sua entrega ao Campo Entincheirado de Lisboa implicou a presença do Rei D. Carlos, a 3 de Novembro de 1903, e de seu irmão D. Afonso, ao tempo comandante daquele organismo militar. O monarca deslocou-se de comboio, desembarcando no apeadeiro de Santo Amaro. Acompanhavam-no várias individualidades, entre as quais o ministro da Guerra. Ao todo, estiveram presente cerca de 200 pessoas.

Hipótese de musealização

Integrada na rede de fortificações adstritas ao comando do Regimento de Artilharia de Costa, sediado em Oeiras, no quartel da Medrosa, com a recente desarticulação desta unidade, a bateria da Laje sofreu o mesmo destino: deixou de ter interesse militar e foi desactivada. Dado que, tanto as bocas de fogo como as instalações, se encontrassem ainda em bom estado de conservação, alguns oficiais de artilharia projectaram a musealização desta bateria. Seria a forma de a preservar e de garantir a permanência da memória deste regimento em Oeiras. Mas esta hipótese terá sido preterida em favor da instalação da Associação de Comandos. Julgamos que as duas soluções não são inconciliáveis. Se houver boa vontade e entendimento, a musealização avançará e Oeiras valorizar-se-á. É a memória de 50 anos de presença do Regimento de Artilharia de Costa em Oeiras que é importante salvaguardar!

Bateria de Sto. Amaro

A bateria de Santo Amaro, também chamada da Praia ou D. Amélia, construída lá no alto, já foi demolida. No seu lugar e espaço

envolvente foram edificadas a nova Escola do Ensino Básico n.º 1 (Conde de Ferreira), a estação dos CTT e moradias. A área militar era limitada pelas actuais avenidas Duarte Pacheco (aproveitou parte do traçado da antiga estrada militar) e Miguel Bombarda e as ruas José Guilherme de Oliveira e da Bela Vista.

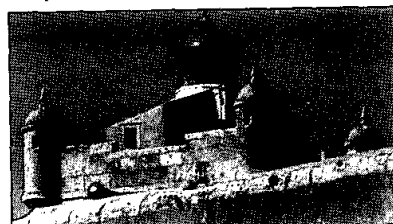
A sua construção, enquadrada no plano de conjunto de defesa da barra, terá sido iniciada em 1897 ou no ano seguinte. Mas, em 1903, já se encontrava artilhada com quatro peças Krupp.

A expansão de Oeiras, que a envolveu de casario, e a evolução da arma de artilharia estiveram na base da sua desactivação, em 1942. Mas antes, a sua já reduzida importância militar determi-

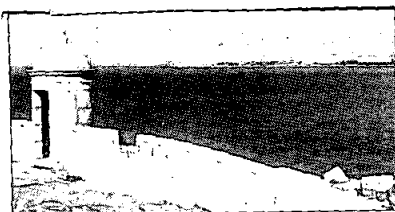
nou que fosse aproveitada, em 1940, para aquartelamento do Terço Independente n.º 1 da Legião Portuguesa, que aqui se terá mantido até à sua demolição, cerca de 1951. E nada restou que, hoje, faça recordar a existência desta bateria no local...

Ao longo destes artigos evidenciamos a rica tradição e o surto de inovação e progresso por que está a passar a praia de Santo Amaro. Encontra-se em vias de recuperar o seu antigo prestígio. Congratulamo-nos com a situação. Na linha da sua história, só faltará dar adequada utilidade à bateria da Laje e ao forte de S. João das Maias com a instalação de núcleos de um futuro Museu da Barra do Tejo...

Jorge Miranda



► A guarda agora faz-se com o farol



Sentinelas do

Se durante o domínio filipino se procurou alargar o sistema defensivo da Barra do Tejo até à costa de Cascais, promovendo-se a construção do Forte de Santo António do Estoril, da

tutela pela Associação Nacional de Tuberculose e onde hoje funciona o Hospital José Joaquim de Almeida - o Forte de S. João da Cadaveira - cedido à Misericórdia de Cascais no final do século XIX, foi adquirido alguns anos mais tarde pela Empresa de Banhos da Poça que o manteve até finais da década de trinta do século XX, passando depois a servir de instalação a um posto da Guarda Fiscal -, o Forte de S. Pedro da Cadaveira - também conhecido como de S. Teodósio ou da Poça, cedido, no final do século XIX, à Misericórdia de Cascais, que pretendia utilizá-lo como estrutura de apoio ao edifício que se perspectivava para exploração dos banhos termas da praia da Poça, sendo posteriormente cedido à Junta de Turismo de Cascais, aí funciona actualmente uma discoteca -, o Forte da Cruz de Santo António da Assubida - vendido em hasta pública no final do século XIX, dando lugar à construção de uma residência particular -, o Forte de Santo António - vendido em hasta pública no final do século XIX, aí se viria a edificar

A progressiva afirmação de Lisboa como principal cidade do Reino português e o crescimento económico e demográfico que irá conhecer no final da Idade Média, assente no desenvolvimento do comércio externo e decorrente da centralidade que assume na construção do Império ultramarino são factores que conduzem a uma crescente preocupação com a sua defesa.

No decorrer dos séculos, várias são as medidas adoptadas pelos monarcas no sentido de defenderem a cidade - e, consequentemente, o País - de eventuais ataques inimigos. Condicionamentos diversos, incluindo o desenvolvimento da artilharia e da guerra naval, foram determinantes para a evolução dos sistemas defensivos adoptados. No entanto, desde cedo se tornou evidente que, para proteger a cidade de Lisboa, era imprescindível alargar o sistema defensivo à foz do Tejo.

Nesse sentido, a extensa faixa costeira hoje integrada nos concelhos de Oeiras e de Cascais será alvo, desde a Idade Média, da atenção de todos quantos se preocuparam com a defesa da capital e do território envolvente. Permanecem ainda hoje na paisagem destes concelhos diversos testemunhos dessas intervenções, infelizmente nem sempre valorizados.

O PRIMITIVO SISTEMA DE DEFESA DA BARRA DO TEJO

Já no século XIV, o rei D. Fernando, envolvido em guerras com Castela, empreendeu a construção de uma nova cerca de muralhas na cidade de Lisboa destinadas a englobar e a proteger os arrabaldes e os novos bairros que foram crescendo fora da anterior cinta de muralhas, reflexo do desenvolvimento da própria cidade.

Contudo, D. João I, fundador da dinastia de Avis e precursor das conquistas além-mar, parece ter sido o primeiro monarca a evidenciar uma preocupação relativamente à defesa da Barra do Tejo. Em 1397, arrecadou um empréstimo na cidade de Lisboa, seus termos e ainda nos lugares de Almada, Cascais, Coima, lugares de Ribatejo até ao Rio das Enguias, Alhandra e Alverca, destinado a mandar armar algumas galés para a guarda da cidade e da sua ribeira, assim como da costa marítima próxima. Entre 1410 e 1413, o mesmo monarca irá promover a edificação da Torre Velha ou Torre de S. Sebastião da Caparica, que constituiu a primeira bateria defensiva do Porto de Lisboa.

Com D. João II, concretiza-se um plano de defesa terrestre e marítima do Reino. Além da atenção que é prestada à

fronteira terrestre, em virtude dos enfrentamentos militares com Castela que marcaram o final do reinado de D. Afonso V, na zona envolvente da cidade de Lisboa, levantam-se duas torres fortificadas e apetrechadas de artilharia, concluídas apenas no reinado seguinte sob orientação de D. Manuel. Estamos a referir-nos à Torre de S. Vicente de Belém, ainda hoje um ex-libris da cidade de Lisboa, e à Torre edificada em Cascais no local onde hoje se ergue a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz. A Torre de S. Vicente de Belém cruzava fogos com a de S. Sebastião da Caparica, impedindo a circulação de embarcações que se dirigissem a Lisboa, complementando-se a sua acção com uma poderosa nau fundeada entre as duas torres.

A partir de finais do século XV, as obras de fortificação são condicionadas pela artilharia, que vem impor modificações na arte da guerra. No reinado de D. João III, a partir dos contactos estabelecidos com outros pontos da Europa, sobretudo com Itália, concluiu-se que o baluarte angular mostrava ser a estrutura fortificada que melhor respondia às modificações operadas.

Perante esta constatação, promove-se a viagem de arquitectos portugueses ao estrangeiro e patrocina-se a permanência no nosso País de arquitectos italianos, os quais terão tido uma intervenção dinâmica em grande parte dos projectos e nas obras de arquitectura militar executados em Portugal entre a segunda metade do século XVI e inícios do século XVII.

Nesta conjuntura, em 1549, foi criado o cargo de "Mestre de Fortificação do Reino, Lugares d'Além e Índia". Simultaneamente, projectou-se a modernização da defesa do litoral português e a fortificação de numerosas praças nos territórios conquistados em África, na Ásia e no Brasil.

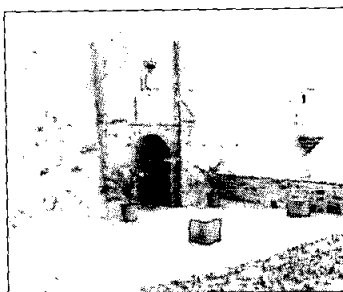
A RESTAURAÇÃO DE 1640

Uma nova reorganização da defesa do Reino é levada a cabo após a Restauração de 1640, merecendo a defesa da Barra do Tejo e, por inerência, da própria cidade de Lisboa - uma atenção especial.



Fortaleza de Nossa Senhora da Luz e do Forte de São Lourenço da Cabeça Seca ou do Bugio, na sequência de 1640, as prioridades relativamente à Barra do Tejo serão a construção de pequenos fortes em locais de possível desembarque e a ampliação das fortalezas mais importantes, medidas que se assumem como dissuasoras de eventuais ataques inimigos.

Todos estes pontos fortificados - bem como os que, pela mesma altura, se levantaram entre Cascais e a Lourinhã - foram erguidos por ordem de D. António Luís de Meneses, Conde de Cantanhede, e Governador da Praça de Cascais a cuja jurisdição pertenciam, em 1675, todos os fortes situados entre S. João do Estoril e a Praça de Peniche. Após a Restauração de 1640, foi incumbido de inspecionar



fortalezas e praças de guerra e de reformular a defesa do acesso marítimo a Lisboa. Pretendia-se, pois, elaborar um projecto destinado a fortificar a linha de costa entre Peniche e Xabregas, estabelecendo como prioritária o troço entre Belém e o Guincho. Como consequência da sua análise, serão edificadas, terminadas ou modernizadas até final do século XVIII 48 fortificações marítimas entre Xabregas e Peniche.

Desta forma, são construídos de 1642 a 1647, entre o Forte de São Julião da Barra em Oeiras e a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz em Cascais oito fortes com as invocações de São Domingos de Rana ou do Louqueiro, situado no limite da praia de Carcavelos, no local onde se veio a instalar o Sanatório de Carcavelos

o palacete que ficou conhecido como o Tamariz, adquirido em 1929 por Fausto Cardoso de Figueiredo, responsável pela sua transformação num conhecido salão de chá -, o Forte de S. Roque - cuja demolição foi autorizada por alvará de Abril de 1887 para permitir a execução do projecto da ligação ferroviária entre Pedrouços e Cascais -, o Forte de Nossa Senhora da Conceição - inicialmente conhecido como o Baluarte do Rio do Bode e posteriormente designado como Forte dos Inocentes, foi adquirido no século XIX pelo Duque de Palmela que aí mandou construir a sua residência - o Forte de Santa Catarina - implantado junto à Baía de Cascais, no local onde no início do século XX Henrique Manfroy de Seixas mandou erguer o seu Palácio, que actualmente serve de sede à Capitania do Porto de Cascais e onde funciona a messe dos oficiais da Armada.

DE CASCAIS AO CABO DA ROCA

Entre Cascais e o cabo da Roca serão igualmente edificados diversos fortes, nomeadamente o Forte de Santa Marta, o de Nossa Senhora da Guia, o de São Jorge, o de São Jorge de Cima,



o de São Brás de Sanxete, o do Guincho e o de Nossa Senhora da Roca.

É ainda nesta conjuntura que se ergue a Cidadela de Cascais, cujas obras serão dirigidas, a partir de 1641, por Simão Mateus, substituído pouco tempo depois pelo francês Philippe Guitau, também ele afastado e substituído pelo flamengo Cosmander.

Em 1870, quando Cascais já tinha perdido a sua importância estratégica relativamente à cidade de Lisboa, o Rei D. Luís transformou a antiga Casa do Governador da Cidadela em sua residência de férias, aí falecendo em 1889. Posteriormente, o Rei D. Carlos instalou nesse local o primeiro laboratório de biologia marítima que existiu em Portugal, destinado a apoiar as suas próprias campanhas oceanográficas. Já no século XX, a Cidadela terá funcionado como residência do Presidente da República Oscar Carmona.

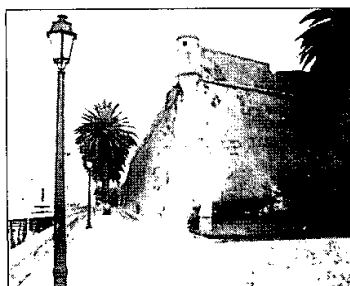
Diversos foram os engenheiros - sobretudo estrangeiros - que colaboraram neste empreendimento, destacando-se os nomes de Carlos Lassart, Filipe Guitau, Cosmander, Nicolau de Langres, ou o português Simão Mateus. Nem sempre foram fáceis as relações com estes engenheiros estrangeiros, acusados por D. João IV de vencerem "ão grandes ordenados e tão bem pagos, fazem e desfazem muitas vezes o que se obra". No entanto, o principal perigo consistia na possibilidade de venderem ao exército inimigo as plantas das fortalezas portuguesas, pelo que o mesmo monarca, a partir de dada altura, defende que se entreguem as obras a portugueses: "É de crer que sendo português servirá com mais amor e contentar-se-á com menos".

Terminada a Guerra da Restauração, estes fortes perdem importância militar, sendo progressivamente desartilhados e desguarnecidos, razão pela qual muitos iniciam

um processo de decadência. Só volvidos mais de cem anos, aquando da Guerra dos Sete Anos, na iminência de um eventual ataque castelhano, readquirem alguma importância estratégica. Nessa época, entre 1762 e 1763, para defesa da praia do Guincho, foram construídas as baterias da Galé, Alta e Crismina e investiu-se na recuperação dos fortes construídos no século anterior. O perigo de invasões francesas subsequentes à Revolução Francesa irão motivar, no final do século XVIII, um novo programa reconstrutivo. Definitivamente abandonadas as suas funções militares durante o século XIX, vários são os destinos destas estruturas: alguns casos encontram-se arruinados ou foram destruídos dando lugar a novas construções, outros foram adaptados a novas funções (como é o caso do Forte de Nossa Senhora da Guia, onde hoje funciona o Laboratório Oceanográfico, ou da Bateria da Galé, onde hoje esta instalada a Estalagem Muxaxo).

A classificação atribuída a alguns destes edifícios de Imóveis de Interesse Público é sintomática da importância histórica e militar assumida noutros tempos. Urge preservar aquilo que resta destas estruturas, sendo de louvar a recuperação do Forte de São Jorge dos Oitavos levada a cabo por iniciativa da Câmara Municipal de Cascais, que o adaptou a núcleo museológico e que tem incentivado algumas investigações históricas nesta área, nomeadamente pelo apoio concedido à edição da obra *As Fortificações Marítimas da Costa de Cascais*, da autoria de Joaquim Boiça, Maria de Fátima Barros e Margarida Ramalho, editado recentemente pela Quetzal Editores.

Texto: Cláudia Silveira
Fotos: Livro *As Fortificações Marítimas da Costa de Cascais*
e arquivo



MOURÃO, Alberto

A estrutura defensiva à entrada da Barra / Texto de Alberto Mourão e fot. Gustavo de Almeida Ribeiro.

In: Espaços.-[S.l.]-Nº. 30 (01 Ago 2002), p. 16.

Fortificações / Forte de S.Julião da Barra

Cota: RI/9826 CMO

[9826]



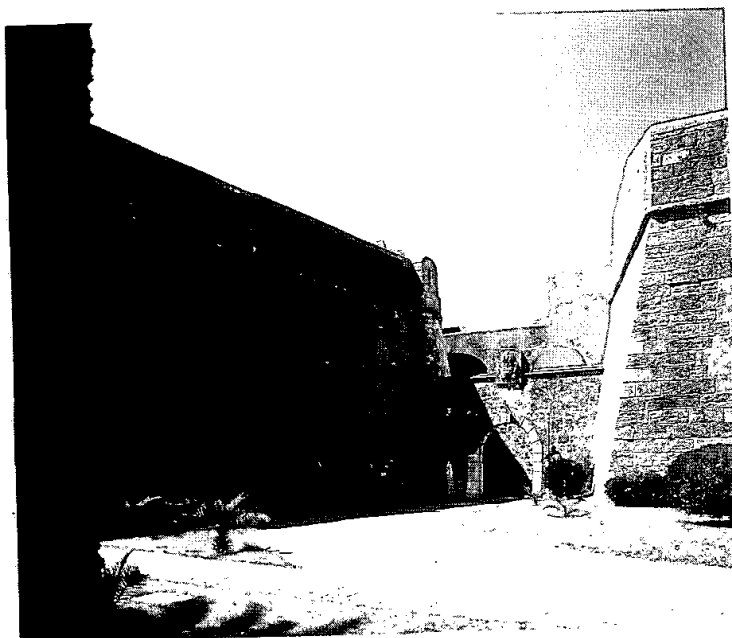
A estrutura defensiva à entrada da Barra

A fortaleza de São Julião da Barra

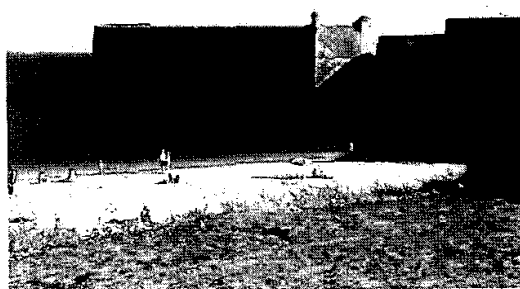
O processo de defesa do litoral lisboeta, abrangendo a ampla embocadura do Tejo, desde cedo fez parte das preocupações dos governantes. No ponto de ligação ao oceano, estavam localizadas aflorações rochosas em locais estratégicos. A meio da barra S. Lourenço da Cabeça Seca, mais tarde conhecido pelo Bugio, foi alvo de obras de fortificação em várias fases. Os primeiros trabalhos iniciaram-se ainda no tempo de D. Sebastião mas o grande impulso foi dado por um engenheiro militar napolitano, Frei Giovanni Vicenzo Casale, no tempo dos Filipes. No reinado de D. João IV foi ampliada a fortaleza e reforçado o seu equipamento e guarnição,

concluindo-se a tarefa a cargo de outro engenheiro, Frei João Turriano, também de origem italiana. Em frente desta torre redonda, em local bem recortado da costa, mesmo na foz do Tejo iniciou-se em 1553 a construção de outro ponto fortificado estratégico. A iniciativa foi de D. João III, inicialmente um pequeno forte com o nome de S. Gião, cujos trabalhos prosseguiram muito lentamente ao longo da regência de D. Catarina. Guardar e vigiar o porto de Lisboa era uma imposição fundamental, uma vez que a cidade se tornara, com as descobertas da Índia e do Brasil, numa das praças mais importantes da Europa, tanto do ponto de vista

Texto
Alberto Mourão
Fotografia
Gustavo
de Almeida Ribeiro



Estrutura Defensiva - património arquitectónico



comercial como militar. Uma vez lançados os fundamentos da fortaleza, ficaria concluída em 1568. Sabe-se que, em determinada fase, foram dirigidas as obras pelo insigne obreiro do Mosteiro da Batalha, Miguel de Arruda, que fora nomeado Mestre das Obras das Fortificações do Reino, Lugares de Além e Índia. Cinco baluartes de diferentes dimensões organizavam a estrutura defensiva. Do lado norte, foram levantados dois, mais poderosos em defesa dos ataques de terra e dos desembarques nas enseadas. A barra era guardada pelos outros três baluartes.

Em 1580, não estavam ainda concluídas todas as obras, quando o Duque de Alba tomou o forte com pouca resistência. O alcaide Tristão Vaz da Veiga que comandava quinhentos soldados, entregará aos espanhóis a fortaleza chave da Barra do Tejo. Apesar da decisão ter sido política, a fortaleza de São Julião da Barra não se revelou tão forte como se dizia e as suas fragilidades defensivas eram muitas.

Uma vez iniciada a governação filipina, toda a situação militar portuguesa fica dependente dos interesses e das estratégias políticas de Espanha. Os inimigos tornaram-se comuns a partir daí e a esquadra inglesa seria um dos principais.

S. Julião será governada pelos castelhanos até à Restauração. Logo de início deram incremento a um projecto bem coerente de ampliação. Será o Capitão Fratino, Giacomio Palearo, napolitano, que transformará o pequeno ponto fortificado na maior e mais poderosa fortaleza do Reino de

Portugal. Logo em 1582, este engenheiro dá continuidade às obras acrescentando dois baluartes à planta, aos quais se deram os nomes de São Pedro e São Filipe, situados a nascente. Fizeram-se as cavaras ou fossos da parte da terra, ao norte. Este empreendimento deve ter levado vários anos a realizar. Apoiando-se em rochedos existentes do lado do mar, o engenheiro napolitano envolveu a primitiva fortificação com um conjunto de novas e extensas baterias. Tornou os antigos baluartes em praça alta, aumentando consideravelmente o poder defensivo. Como nos diz S. P. Callixto, no seu trabalho sobre S. Julião da Barra, "a entrada para a Fortaleza, que mais tarde havia de ser alterada, continuou a ser feita pela tenalha voltada ao poente e a comunicação com o exterior passava pelo fosso, ou cava".

Em Oeiras foram-se estabelecendo operários e suas famílias, quer portugueses quer castelhanos, todos mais ou menos envolvidos na construção daquilo que se pretendia que fosse a maior fortificação marítima do litoral continental português. O italiano Leonardo Turriano, engenheiro militar e arquitecto, é chamado por Filipe II de Espanha em 1583 para trabalhar em Portugal. Em Lisboa, em 1598, sucede a Filipe Tércio no cargo de Arquitecto Geral e Engenheiro-mor do reino. Inspirado na engenharia toscana quattrocentista da escola de Cremona, trabalha no estudo e na construção de diversas fortificações entre as quais a de São Julião da Barra. É sem dúvida este famoso técnico o autor da sua traça mestra.



Concebe um novo plano actualizado para ampliar a fortificação.

Leonardo Turriano fixou-se em Oeiras onde se casou com D. Maria Manuel, de quem teve vários filhos. Dois deles seriam famosos engenheiros. Diego, chegou a ser engenheiro-mor do reino embora se tenha ausentado para a Flandres. D. João IV nomeia o outro filho de Leonardo, João Batista, também Engenheiro-Mor do Reino de Portugal. Este, tomou o hábito de S. Bento no Mosteiro de Lisboa em 1629, herdando o cargo que seu pai teve. Como foi dito, continuou as obras do Bugio. Este frade engenheiro militar concebeu diversos edifícios religiosos para a Ordem a que pertencia, num dos períodos de maior desenvolvimento dos beneditinos, tendo também sido autor de fortalezas na zona da Foz do Douro.

Retornando São Julião da Barra veremos que, ultrapassado o período filipino e reconquistada a independência em 1640, de novo se coloca a necessidade de apetrechar a fortaleza para os desafios estratégicos da nova situação política. Previstas lutas com Castela na sequência da Restauração e temendo novas investidas por mar, havia que aumentar o poder defensivo e ofensivo da torre. Activa-se um projecto de reforço da fortificação, porque desde o tempo dos Filipes que se impunha uma beneficiação e aumento de capacidade.

Um engenheiro francês, contratado no tempo de D. João IV, entra ao serviço do Exército no

Alentejo. Nicolau de Langres foi o autor da célebre cisterna e aqueduto da Amoreira em Elvas. Fará também arquitectura militar nessa cidade, Campo Maior e Évora, ainda hoje testemunhos da sua grande capacidade técnica como construtor. Em 1650 vem a Lisboa ocupar-se das fortificações de Cascais, São Gião, Setúbal e Peniche. A primeira obra concluída na Barra do Tejo foi um Revelim ou Meia-lua que ficou a cobrir a entrada pelo lado de terra. Mais tarde, fizeram-se os quartéis e alojamentos para soldados. Em 1656, antes de falecer, D. João IV visita a fortaleza.

Este grandioso complexo fortificado constitui um notável exemplar de construção militar. Uma torre de três pisos, construída no reinado de D. José, cuja parte superior ruíu com o grande terramoto e foi reconstruída, abriga um farol desde 1775. A enorme cisterna em segmento de círculo é um conjunto belíssimo de grossas colunas toscanas e abóbadas de aresta, onde era armazenada a água consumida pela população que constituía a guarnição. Em algumas salas e casamatas na sua proximidade estiveram retidos numerosos membros da Companhia de Jesus, no tempo do Marquês de Pombal, aguardando embarque para abandonar o país, após a extinção da Ordem. Durante as lutas liberais também passaram pelos cárceres de S. Julião ilustres vultos da política nacional. Gomes Freire de Andrade ali aguardou em bárbaras condições, a vergonhosa execução

Estrutura Defensiva - património arquitectónico

que teve lugar a pouca distância do forte em 1817. Durante o Estado Novo, nos anos cinquenta, foram construídas umas instalações para visitantes oficiais, no local onde estiveram antigos aquartelamentos. Este edifício, ao qual está anexa uma pequena capela, é ainda hoje utilizado para residência do Ministro da Defesa e serviços administrativos.

A magnífica cisterna tornou-se cenário para recepções, jantares de gala e reuniões importantes.

É imponente todo este conjunto de baluartes, cortinas, fossos, pórticos e esplanadas de baterias em diferentes níveis, edificados e alterados ao longo dos séculos. Sempre reforçadas e

acrescentadas, em função de novas exigências militares, estas estruturas defensivas atingiram uma sumptuosa complexidade. A austeridade das suas velhas pedras e a elegância com que estão articulados os diversos sistemas arquitectónicos causam uma forte impressão. S. Julião, instalado nos rochedos recortados, entre praias aprazíveis, impõe visualmente a sua silhueta multifacetada, de forma quase pentagonal, tendo ao centro a torre do farol e em cada ângulo da vasta figura geométrica uma guarita vigilante. Sem dúvida, uma peça fulcral de património, de inspiração italiana, jóia da coroa das fortificações portuguesas. ■

A fortaleza de N^a. S^a. da Luz e a Cidadela de Cascais



Texto
Alberto Mourão
Fotografia
Gustavo
de Almeida Ribeiro

Cascais começou por ser apenas um lugar da importante vila de Sintra segundo o foral desta, concedido em 1154 por D. Afonso Henriques e confirmado por D. Sancho I. Lugar de pesca, destacar-se-á também pela sua importância estratégica, como ponto de possível defesa da costa. No século XIV, D. Fernando reforça-lhe o papel histórico reconhecendo-o como lugar de destacadas lides marítimas e piscatórias. A inde-

pendência de Cascais em relação a Sintra vai-se consolidando e em breve a vila se tornará Praça de Armas.

A ampla embocadura do Tejo impõe a salvaguarda da costa e da barra, sendo imperioso dotar a capital e o reino de boas defesas marítimas. As construções e o armamento utilizados na Idade Média tornaram-se rapidamente obsoletos perante a evolução da artilharia. Armas cada vez mais potentes e mortíferas obrigavam engenheiros e arquitectos a um esforço no sentido de criar novas formas de edificação que recebessem e respondessem ao novo armamento. Entre 1486 e 1520 erguem-se torres fortificadas com artilharia na Caparica e Belém, cruzando fogo com uma nau, fundeada no Tejo. Um núcleo primitivo de fortificação abaluartada será construído em S. João (S. Julião da Barra).

D. João II mandará edificar, junto ao mar, a Torre de Sto. António, construída em Cascais nos últimos anos do século XV. Será terminada no reinado de D. Manuel. É um compromisso entre torre medieval e fortificação moderna, com corpo rebaixado, destinado à artilharia. É quadrada, medindo 8,25 metros e tem cerca de 18 metros de altura. Os cunhais apresentavam-se em pedra rústica e as paredes de boa alvenaria com 1,32 metros de espessura (seis palmos). Ainda hoje são

visíveis alguns desses cunhais, marcando a volumetria da antiga torre joanina. Sobre esta construção, será erguido um baluarte de forma triangular, talvez entre 1576 e 1580, resultado, eventualmente, de sugestões de Francisco de Holanda e de estudos de Filipe Tércio. Uma carta geográfica da costa marítima desde a Ericeira até Alcácer do Sal, realizada pelo capitão Fraterno, engenheiro napolitano ao serviço de Filipe I de Portugal, desenha a planta topográfica da vila de Cascais e destaca este baluarte triangular conhecido em linguagem arquitectónica como revelim. A planta foi realizada antes de 1589, deixando transparecer a hipótese do revelim já existir em 1580, data que marca o início em Portugal do domínio filipino. A forma de baluarte angular constitui um módulo por excelência da arquitectura militar no Renascimento, como padrão estilístico internacional. O revelim, propriamente dito, será uma planta em triângulo com dois baluartes. Este novo tipo de estrutura formal resulta da evolução de uma longa experiência dos arquitectos portugueses nas praças do norte de África e mais tarde no Brasil e na Ásia. Veremos que a arte de fortificação nacional utilizará, em breve, modelos e consultores italianos. Este baluarte junto ao mar, em reforço da primitiva torre de Santo António, tomará o nome de N.º. S.ª da Luz e será a primeira manifestação dessas novas influências. Segundo a opinião de alguns estudiosos, inspirou-se directamente no Forte de Santelmo em Malta, da autoria provável de Tommaso Benedetto de Pézaro. Segundo outra informação, este traçado muito especial, poderia ter sido também obra inspirada por Tércio, responsável pelo forte de S. Filipe em Setúbal, cuja forma é muito semelhante à do revelim de Cascais. Em Portugal existe um outro caso de fortificação triangular, S.ª. Catarina, na Figueira da Foz, construído no período filipino. Este tipo de arquitectura militar foi muito utilizado pelos engenheiros espanhóis, nas possessões americanas.

No arquivo de Simancas há duas plantas de 1594, onde figura aquela fortaleza. Nelas se confirma que os dois baluartes virados ao mar não apresentam os característicos ângulos agudos, mas sim plantas poligonais. A fortaleza está envolvida por um fosso. No interior, um pátio triangular faz a circulação entre os três baluartes. Por este pátio

se acede às antigas casernas e à actual cisterna. Por dentro, os baluartes estão intactos, com uma sucessão de salas abobadadas, ligadas por arcos, tudo de alvenaria argamassada e em bom estado. Em 1580 entra em Cascais o exército do Duque de Alba para tomar Lisboa. A fortaleza de N.º. S.ª. da Luz defendeu-se simbolicamente. O seu comandante era o alcaide D. Diogo de Menezes, partidário de D. António Prior do Crato. Foi feito prisioneiro e degolado para exemplo dos possíveis resistentes e opositores à candidatura castelhana ao trono português. As fortificações, torre de Sto. António e talvez já o revelim, foram muito danificadas pelos espanhóis e só reconstruídas depois da Restauração.

Num dos já referidos documentos de Simancas de 1594, o da autoria de Filipe Tércio, anuncia-se a pretensão de construir uma nova fortaleza, também abaluartada, com perímetro bastante superior ao que tinha, e acrescentando o palácio dos Senhores de Cascais, com um fortim.

Este projecto de ampliação será seguido de forma quase semelhante na construção da cidadela, após 1640. Na verdade, no reinado de D. João IV, D. António Luís de Menezes, conde de Cantanhede é designado governador da praça de Cascais. Autor de um vasto projecto de fortificação de toda a linha de costa entre Peniche e Xabregas, dá a prioridade ao eixo Belém-Guincho e só depois Belém-Xabregas, deixando para mais tarde Cabo Raso-

Revelim na Fortaleza de N.º. S.ª da Luz



Estrutura Defensiva - património arquitectónico



-Peniche. O grandioso projecto de construção de uma Cidadela em Cascais, deixará marginalizada a pequena fortaleza triangular de N^o. S^a. da Luz. Dizem os dicionários que uma cidadela é uma "fortaleza defensiva, geralmente situada em lugar dominante". Será o caso. O engenheiro Simão Mateus que dirigiu as obras de Lisboa, S. João e Bugio, assume em 1641 a direcção dos trabalhos em Cascais. A traça será como foi dito, a do tempo de Tércio, arquitecto militar, italiano de Bolonha, que veio para Portugal no tempo de D. Sebastião para renovar parte das fortalezas da nossa costa. O projecto da Cidadela começou a tomar corpo, sendo contratados técnicos franceses. Charles Lassart, engenheiro-mor do reino vai dirigir as obras, depois do afastamento de Simão Mateus, substituído por outro francês, o engenheiro Philippe Guitau. São erguidas muralhas em planta quadrada, formando um amplo recinto fortificado. Na cidadela existe uma parada, pátio quadrangular com 35 metros, que constitui um núcleo central da fortaleza. Por baixo dele, há uma grande cisterna abobadada. Nos limites deste pátio foram construídos quatro edifícios ou quarteirões, nos séculos XVII e XVIII. A norte, o de Santo António, destinado aos oficiais; a sul, o de S. Luís, servindo de hospital; a poente o de S. Pedro e a nascente o de Sta. Catarina, onde estava a casa do Governador. Existe também no interior da Cidadela uma capela, dedicada a N^o. S^a. da Vitória, de meados do século XVIII. Na cortina norte, foi aberto um grande portal com arco de volta perfeita e frontão triangular com escudo real e duas esferas armilares, que serve presentemente de porta de armas. Este grande conjunto defensivo ainda hoje em

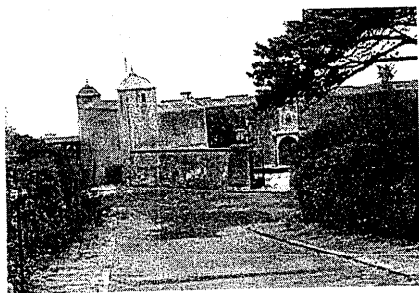
razoável estado de conservação sofreu, no entanto, alguns percalços ao longo do tempo. Com o terramoto de 1755 são arrasados os quartéis e a capela de N^o. S^a. da Vitória. Das muralhas só caíram as guaritas, mais tarde refeitas. Em 30 de Novembro de 1807, Cascais é ocupado pelas tropas de Junot. No ano seguinte a esquadra britânica entra no Tejo e serão entregues aos ingleses as praças de Cascais, S. Julião e Bugio. Em tempos de paz, em 1870, D. Luís I transforma em residência de férias a antiga casa do governador. O rei morrerá na cidadela em 1889. Seu filho D. Carlos será um grande frequentador de Cascais que se transformara em Vila da Corte, local privilegiado, no regresso das temporadas de veraneio passadas em Sintra. Na República, desde 1940, foi Carmona que viveu sempre na cidadela, no palácio presidencial. Sua mulher, fará importantes obras de restauro da capela, onde podem ser admirados excelentes painéis de azulejos na capela-mor, tecidos pintados por Malhoa e talha dourada no altar. O espaço da Cidadela ainda hoje tem ocupação militar, estando ali a funcionar o Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea (CIAAC). Esta grande Praça de Cascais tem portanto três núcleos distintos, dependentes de organismos diferenciados. A parte pertencente ao Exército, o palácio, da Presidência da República e a Fortaleza de N^o. S^a. da Luz, sob tutela da Armada e da Câmara Municipal. É hoje um conjunto monumental emblemático, na vizinhança do Centro Cultural que foi antigo convento de N^o. S^a. da Piedade. Está envolvido, pelo lado do mar, pela marina de Cascais, moderníssimo equipamento desportivo. ■

que passar, tornou esta fortificação, a seguir à Fortaleza de S. Julião da Barra e ao Forte de S. Pedro de Paço de Arcos na mais importante e de maior poder de fogo da margem norte do Tejo.

Tão grande significado para a defesa do porto de Lisboa tinha esta ponta rochosa avançada nas águas do rio que, em seguida aos primeiros trabalhos empreendidos em Cascais, depois da revolução de 1 Dezembro de 1640, nas Maías e na praia de Paço de Arcos, se deu começo às obras de construção das duas fortificações, os fortes de S. João e S. Pedro.

D. João de Meneses, membro do Conselho de Guerra, e Governador da Fortaleza de S. Julião da Barra, encarregou da construção do Reduto da Foz de Oeiras – como então se designava o Forte de S. João – o Capitão Álvaro de Sousa. No ano de 1642, já as obras estavam muito adiantadas, e, tal era a sua importância que haviam merecido a visita de D. João IV.

Filho de Gaspar de Sousa, antigo Governador e Capitão-General do Brasil, o Capitão Álvaro de Sousa encontrava-se por ocasião da Revolução Restauradora na cidade de Madrid aguardando ser enviado para a Flandres. Porém, apesar de agraciado com o título de Conde de Ancião e a patente de Mestre-de-Campo, juntamente com outros dois portugueses D. Miguel de Castro e D. Francisco de Azevedo e Ataíde, conseguiu embarcar em Bilbao e foi-se apresentar em Londres a D. Antão de Almeida, embaixador de Portugal.



Entrada principal do Forte de S. João das Maías.

A avaliar pela inscrição da lápide, já em serviço em 1644, o Forte de S. João das Maías, no ano seguinte foi artilhado com 5 bocas de fogo, de ferro e guarnecido com 20 soldados, 10 artilheiros e 1 Condestável e ainda em 1653 se encontrava em obras. Em 1701 foi seu Governador o Conde de Vila Flor, no ano de 1728 ocupava o mesmo cargo, o Capitão Manuel de Brito Freire, que faleceu em 22

de Abril de 1730. Sucedeu-lhe, por nomeação de 20 de Junho seguinte, o Sargento-mor José da Cruz Silva.

Em 1751 encontrava-se já bastante arruinado, sendo necessária a quantia de 1200 réis para a sua reedificação.

Em 1796, segundo escreveu o Coronel José Matias de Oliveira Rego, de novo em obras, foi dotado de maior poder de fogo com a construção da Bateria Nova.

Em 1802, num total de 24 bocas de fogo, todas em serviço, 12 encontravam-se na bateria nova, 8 na velha e a no terraço sobre a casa forte.



Vista lateral do Forte de S. João das Maías,
Lado Oeste

Por Auto assinado a 13 de Janeiro de 1940 foram cedidos terrenos, pertencentes à fortificação, para a Junta Autónoma das Estradas poder dar início à construção da Estrada Marginal; em 1942 o próprio Forte de S. João das Maías, a Bateria Exterior e todo o conjunto de habitação e armazéns foi transferido da tutela do Ministério da Guerra para o das Finanças.

Em 1942, por carta assinada pelo 1.º Tenente Henrique dos Santos Tenreiro, a Legião Portuguesa solicitou o Forte para Colónia de Férias dos filhos dos legionários.

Após o 25 de Abril, e extinta a Legião Portuguesa, por despacho da Junta de Salvação Nacional foi mandado atribuir ao Estado Maior General das Forças Armadas o Forte de S. João das Maías.

Actualmente o Forte de S. João das Maías, monumento do Séc. XVII, encontra-se vedado, fechado, e sem visitas, em poder das autoridades militares, não com objectivo militar, mas sim como Colónia de Férias.

Que o exemplo do Forte de S. Bruno de Caxias, faça abrir as portas à nossa História, é o que desejo.

MIRANDA, Jorge

Catalazete (parte II) : De fortificação a habitação / Jorge Miranda.

In: Jornal da Região.-Estoril.-Ed. 274, Aº. VI (12 Set 2002), p. 5.

Fortificações / Forte de Catalazete

Cota: RI/9822 CMO

[9822]

CATALAZETE (parte II)



De Fortificação a habitação

A importância secundária da bateria de N. Sr.ª das Mercês do Catalazete, no que se refere ao domínio estritamente militar, não condizia com a excelência do cenário com que a natureza brindara o sítio. O que de facto beneficiaria dos primores naturais deve ser desfrutado pelo homem, como factor propiciador de um gozo lúdico que encanta e dá plenitude ao prazer da existência. O prosaico aproveitamento militar negava e contrariava a assunção da vocação do lugar. Melhor e adequado destino lhe deveria ser reservado. E ninguém tem poder para inverter um predestinado rumo. Assim, a já velha estrutura remoqueou-se, ao adquirir vida nova, convertendo-se em habitação, especialmente de veraneio, cujo ponto áureo situa-se nas duas últimas décadas do século XIX. Catalazete entrara num auspicioso ciclo de vida.

Construção tardia, quando relacionada com as restantes fortificações que constituíam a rede de defesa marítima de Lisboa, a bateria do Catalazete foi edificada em 1762, num período de guerra e na presunção de um possível ataque naval à capital do País. Nesta conjuntura, não foi dotada da solidez e cuidado a que obedeceu a concepção das predecessoras. As suas estruturas limitavam-se ao mínimo exigível à satisfação do objectivo. Teria um carácter transitório. Mas um provisorio que, à maneira portuguesa, converteu-se em definitivo. Assente numa ampla esplanada, onde se levantaram os parapetos dotados de canhoneiras, a fortificação dispunha, apenas, inicialmente, de um pequeno quartel de planta triangular. Depois, em sua provável substituição e em meados do século XIX, apresentava já implantados dois edifícios - um deles com algum relevo -, com desenho rectangular regular, segundo se observa numa xilogravura então publicada. Os novos edifícios assemelhavam-se mais a casas de habitação do que a alojamento militar. O sítio ter-se-á transformado deste modo, como dizem Branca de Gouveia Colação e Maria Archer ("Memórias da Linha de Cascais"), "numa vila de luxo, onde a vida decorria num

ambiente europeu", marcado pelo "ar de estância garrida na Côte d'Azur".

Os primeiros locatários

Mas antes de ter atingido o descrito distinto aspecto no final do século XIX, a bateria do Catalazete, já em 1777, se encontrava sem guarnição, conservando, no entanto, as suas bocas de fogo, e a servir de habitação a civis. Aqui residia uma família de paisanos, decerto com o objectivo de guardar a fortificação e de mantê-la minimamente conservada (Carlos Pereira Calixto, "Fortificações Marítimas e Fluviais do Concelho de Oeiras"). Quinze anos após a sua construção, já se encontrava semi-desactivada e a servir de residência. Seria esta, com intermitências, a marca dominante da segunda fase da sua existência.

Arrendatários ilustres

Bastante degradada, em consequência das sucessivas e inelutáveis inverniais marítimas e de actos de bárbaro vandalismo, sem que, ao longo dos anos, se procedesse às necessárias reparações, assim a fortificação atravessou a quase totalidade do século XIX. Mas a procura destes postos militares desactivados para residência de Verão, veio inverter

o curso da decrepitude e abandono que os astringia: modificou a senda da sua história. Assim aconteceu com a Feitoria e com os fortes de S.ta Catarina, S. José de Ribamar e N. S.ª da Conceição, só no concelho de Oeiras. Em 1872, era governador desta bateria o capitão reformado João Infante de La Cerda de Sousa Tavares Pizarro, 3.º barão de Sabroso. Decerto que o título de "governador" seria honorífico e justificaria o usufruto estival da instalação. Tê-la-á abandonado em 1874, ao ser nomeado governador do não menos bem localizada forte de S.ta Catarina da Cruz Quebrada, onde veio a falecer a 28 de Julho de 1901. Aqui terá instalado a sua residência e lançado as raízes, as quais explicarão que seu filho segundo, Francisco Infante de La Cerda de Sousa Tavares Pizarro, viesse a adquirir a fortificação da Cruz Quebrada, a 3 de Novembro de 1905. A fortaleza do Catalazete, na década de 80 da centúria oitocentista, inaugurará o auge da sua ocupação. É a partir de então que conhecerá os seus melhores dias de gala e animação social, que Branca de Gouveia Colação descreve, por conhecimento pessoal, porquanto vivia, ali perto, na Feitoria, com o pai, o poeta Tomás Ribeiro.

Foi então que os terraços "encheram-se de flores e animaram-se com toldos de lona às riscas que representavam, na época, uma manifestação de bom gosto sensacional!" Viam-se então "móveis de verga nos terraços, cães de luxo, um jardim admirável".

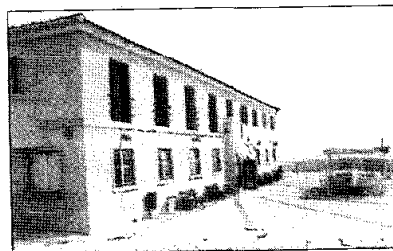
O "João das Máquinas"

Arrendou a fortificação, a 25 de Outubro de 1888, o conselheiro João José de Mendonça Cortês, pela importância de 30\$000 réis anuais!

A vida de Mendonça Cortês não se conta em meia dúzia de linhas, tão rica e diversificada ela foi. Licenciado em Direito e

Ciências Naturais pela Universidade de Coimbra, sete anos após o seu doutoramento em Direito (1861) ascendeu a lente catedrático. Foi deputado, par do reino, ministro (Justiça), conselheiro do Tribunal de Contas, banqueiro (presidente da direcção do Banco Lusitano), editor (dono da Livraria Bertrand), autor de vasta e diversa bibliografia, etc. O seu apego à matemática e à mecânica fez dele um inventor de mérito. Por isso chamavam-no "João das Máquinas". E essa sua pecha trouxe para Catalazete que passou a ser a sua oficina e laboratório.

Jorge Miranda



► Esplanada no terreiro do forte

CATALAZETE



De habitação a pousada

A crescente procura de afáveis locais onde gozar dos salutares banhos de mar e da suavização do forte calor canicular, especialmente na segunda metade do século XIX, levou à descoberta da aconchegante e isolada bateria do Catalazete. Afastada do turbilhão social dos centros balneares, aberta ao Sol e ao oceano, convidava a acolher quem pretendesse passar uma retemperante e recatada temporada. E assim se converteu em apreciada e calma habitação estival. Modernizou-se. Mas o século XX, voltado para o social, o colectivo, reservar-lhe-ia outra digna função: a de pousada – e logo destinada à juventude.

Na primeira fase, após a desactivação da bateria de N. S.ª das Mercês do Catalazete, só os privilegiados pelo berço ou pela pecúnia tinham acesso à excelência dos prazeres que a residência proporcionava. O seu primeiro locatário, desde Outubro de 1888, como assinalamos no artigo anterior, foi o conselheiro João José de Mendonça Cortês.

Um locatário inventor

Figura assaz interessante e polifacetada, Mendonça Cortês para aqui trouxe o seu universo de opções culturais e de passatempos. Entre estes últimos destaca-se a sua atracção pela física e matemática, fora da área das suas formações académicas – Direito e Ciências Naturais – que o levava a inventar "esquisitos" instrumentos e aparelhos. Por isso, à boca pequena, chamavam-no até "João das Máquinas". Assim, segundo contam Branca de Gonta Colaço e Maria Archer ("Memórias da Linha de Cascais"), no Catalazete, "por toda a casa [viam-se] as máquinas famosas de João de Mendonça Cortês – bombas para elevar água do mar, frigoríficos, ventoinhas"!



► Posseio junto ao mar

Deveria ser um quadro espantoso, como os descritos pela ficção científica!

Mendonça Cortês, que sistematicamente recusou todas as condecorações com que o quiseram agraciar, desquitou-se do País e foi viver para Paris, onde faleceu a 24 de Fevereiro de 1912. A residência que tinha no Catalazete foi-lhe retirada a 5 de Fevereiro de 1897, após demanda judicial, por falta de pagamento da renda.

Uma figura romântica

Segundo Branca de Gonta Colaço, o espaço era partilhado com D. Elisa Wilfride Carlota de Desanges de Mac-Mahon de Miranda Pereira de Meneses, filha primogénita do 2.º visconde de Meneses, destacado e rico liberal e um dos mais eminentes pintores da fina cepa romântica. Esta senhora, a avaliar pelo retrato que seu pai pintou, cerca de 1878, e que se encontra exposto no Museu Nacional Soares dos Reis, no Porto, teria um porte assaz elegante e seria de uma discreta beleza, talvez um pouco melancólica – traços de um romantismo calino. Quando para aqui veio residir, teria cerca de 30 anos, pois nasceu a 3 de Março

de 1859. Estava na pujança da vida. Herdeira da fortuna de seu pai, era pessoa da sociedade e a sua "corte" animaria e daria qualidade cosmopolita aos dias estivais do Catalazete.

As velhas instalações, pela sua mão, ganharam o cunho de uma "residência apalaçada", mobiliada "com um sentido de luxo e gosto que deslumbrava Lisboa"! Converteu a simplicidade do aquartelamento em "residência de Luxo".

Colónia de férias e finalmente pousada

Este foi o período áureo da bateria do Catalazete, até ganhar, de novo, prestígio com a criação da pousada. Enquanto não encontrou esta finalidade, pairou numa confrangedora decadência.

Após os curiosos inquilinos que referimos terem abandonado a fortificação em 1897, esta voltou a ser ocupada por um governador militar – melhor dizendo, guardião –, pelo menos até 1910 (Carlos Pereira Calixto, "Fortificações Marítimas e Fluviais do Concelho de Oeiras").

Entre 1937 e 1955, as instalações serviram de alojamento a diversas famílias. Este facto impediu, em 1952, que aqui se fundasse uma secção da Colónia de Férias Dr. Pedro Teotónio Pereira. É que os ocupantes levantavam dificuldades para abandonar as suas habitações. O acordo de

despejo só foi alcançado em Abril de 1955. E, assim, se inicia a terceira fase de utilização da bateria do Catalazete.

Concluídas as necessárias obras de restauro e de adaptação, as instalações foram entregues, a 20 de Agosto de 1958, à Mocidade Portuguesa, para servir de colónia de férias.

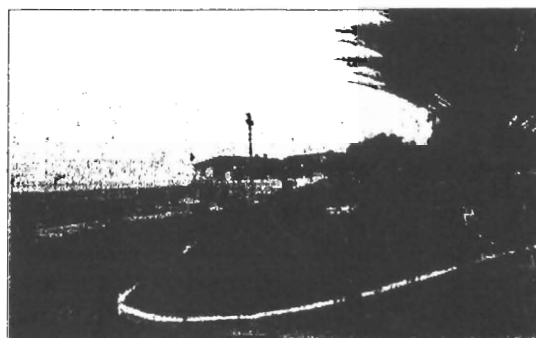
Já com a função de pousada foi transferida para a posse do Secretariado para a Juventude, a 30 de Maio de 1973, para, depois, após o 25 de Abril, a 20 de Abril de 1977, entrar na alçada da Associação Portuguesa de Pousadas da Juventude (Carlos Pereira Calixto, ob. cit.). Agora, encontra-se integrada na Secretaria de Estado da Juventude. Enquadra-se na rede de Pousadas de Juventude que tem o objectivo de apoiar

o intercâmbio e a mobilidade dos jovens, proporcionando alojamento a preços acessíveis, em locais de relevância histórica, patrimonial, cultural, ambiental e paisagística.

A Pousada do Catalazete dispõe de dez quartos duplos, quatro múltiplos com quatro camas, nove com seis e de um apartamento com quatro camas. Comporta ainda refeitório, cozinha alberguista, bar, salas de reunião e de convívio, entre outros equipamentos.

Com sol e praia, dispondo de equipamentos de lazer, desportivos e culturais na circunvizinhança, o Catalazete propicia agora à juventude umas férias económicas, numa zona de eleição. Cumpre uma importante função social.

Jorge Miranda



► Acesso à pousada

CÂMARA QUER COMPRAR FORTE

Câmara quer comprar forte.

In: Jornal da Região.-Estoril.-Ed. 278, Aº. VI (10 Out 2002), p. 3.

Fortificações / Forte do Carrascal / Carnaxide

Cota: RI/9036 CMO

[9036]



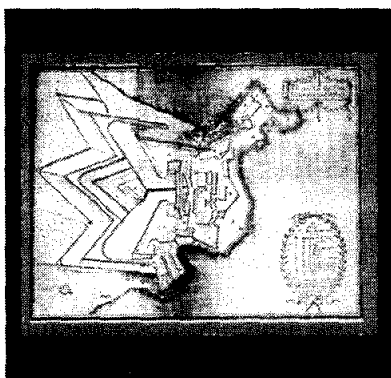
CARNAXIDE

Câmara quer comprar forte

A Câmara de Oeiras está interessada em adquirir por 12 milhões de euros (2,4 milhões de contos) o Forte do Carrascal, em Carnaxide, que entra em hasta pública no próximo dia 16. A intenção de participar no leilão no próximo dia 16 justifica-se pelos "interesses patrimoniais" do concelho, avança a Agência Lusa citando fonte da autarquia. O Forte Carrascal, em Carnaxide, está listado na categoria dos "Imóveis Significativos" do Estado, para venda em hasta pública e tem cerca de 26 mil metros quadrados.

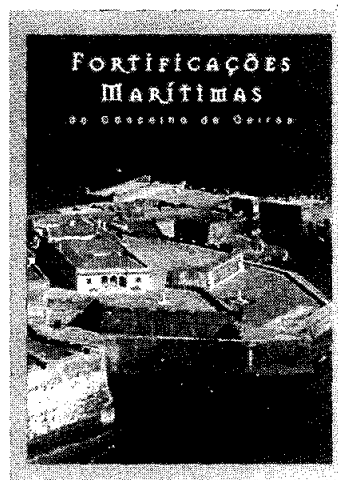
Livros

“Fortificações Marítimas do Concelho de Oeiras”



A apresentação da 2.ª edição de Fortificações Marítimas do Concelho de Oeiras, da autoria de Carlos Pereira Calixto, realizou-se no passado sábado, com a presença da presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Teresa Zambujo.

A cerimónia decorreu na Feitoria do Colégio Militar, tendo o nosso habitual colaborador Dr. Jorge Miranda, reconhecido especialista em história, particularmente, na do concelho de Oeiras, dissertado acerca daquela obra, editada pela primeira vez, em 1986, e se



encontrava esgotada, pelo que resolveu reeditá-la.

Apesar de o autor já ter falecido há vários anos, Fortificações Marítimas do Concelho de Oeiras continua actual, pelo que a presente edição manteve o conteúdo textual, tendo sido remodelada, apenas, a sua apresentação gráfica.

FORTIFICAÇÕES MARÍTIMAS DO CONCELHO DE OEIRAS

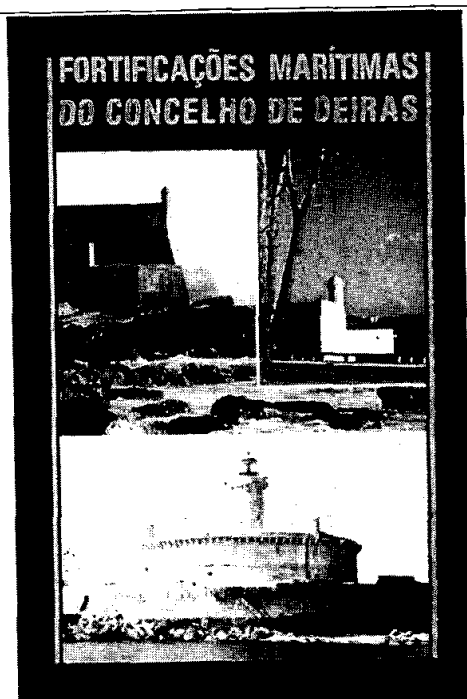
Fortificações Marítimas do Concelho de Oeiras.

In: Rota das Linhas.-Porto Salvo.-Aº. XIV, nº. 242 (07 Dez 2002), p. 14.

Fortificações

Cota: RI/9819 CMO

[9819]



Reedição do Livro

“Fortificações Marítimas do Concelho de Oeiras”

No passado dia 16 de Novembro teve lugar na Feitoria do Colégio Militar, junto à praia da Torre em Oeiras, o lançamento da reedição do livro “Fortificações Marítimas do Concelho de Oeiras”, da autoria de Carlos Pereira Callixto. Esta cerimónia contou com a presença da Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr.ª Teresa

Pais Zambujo, e a apresentação da obra esteve a cargo do Dr. Jorge Miranda, reputado especialista de história local do Concelho.

A 1.ª edição deste livro foi lançada no ano de 1986, correspondendo ao início da gestão do Dr. Isaltino de Moraes como Presidente desta autarquia, sendo agora, curiosamente, uma das primeiras obras a ser apresentada publicamente após a sua suspensão do mandato.

Apesar do autor ter falecido há vários anos, a obra mantém-se plenamente actual, na opinião de conhecedores desta temática.

Nesta reedição manteve-se o seu conteúdo textual, remodelando-se, de forma a surgir mais atractiva, a sua apresentação gráfica.

Esta obra encontra-se esgotada há vários anos, podendo agora a sua reedição ser adquirida nos locais habituais, no concelho de Oeiras.

F.N.

Oeiras vai a leilão / F.N..

In: Público.-Lisboa.-A^o. XIII, n^o. 4579 (03 Out 2002), p. 43.

Património / Fortificações / Carnaxide

Cota: RI/9040 CMO

[9040]



Oeiras vai ao leilão

A Câmara de Oeiras está interessada em adquirir por 12 milhões de euros um dos edifícios postos à venda pela Direcção-Geral do Património de Estado — o Forte do Carrascal, em Carnaxide, que entra em hasta pública no dia 16. A fortificação tem cerca de 26 mil metros quadrados. Além do forte, a autarquia está igualmente interessada na compra de uma parcela de terreno, com sete mil metros quadrados, junto a um dos “ex libris” do concelho, o Forte S. Julião da Barra. Este imóvel consta na lista do Estado para venda em hasta pública divulgada na semana passada e o leilão, marcado para dia 15 de Outubro, tem como base de licitação 500 mil euros. F.N.

PS contra alienações do Património do Estado em Oeiras

O Partido socialista de Oeiras é contra as alienações do Património do Estado no Concelho de Oeiras porque estas, segundo os socialistas, não são a favor do interesse dos Municípios.

No que concerne à alienação de Forte do Carrascal, e se esta for concretizada, poderá limitar a Câmara Municipal de Oeiras nas soluções dos problemas de acessibilidades que afectam a zona, assim como, por em causa todos investimen-

tos que foram realizados no posto central da Protecção Civil no Concelho.

O Partido Socialista de Oeiras apresentou e irá discutir uma moção de protesto na próxima reunião de câmara

sobre o inevitável estrangulamento que a actual proposta de Orçamento de Estado para 2003, acarreta para o poder local.

Contudo e com esta nova situação a Comissão Política

do PS de Oeiras exorta o governo a não colocar esta propriedade à venda e a encontrar soluções financeiras para que este património seja adquirido pela Câmara Municipal de Oeiras, a bem dos interesses de quem vive no concelho.

SILVEIRA, Cláudia

Paço d'Arcos na defesa da Barra do Tejo / Cláudia Silveira.

In: O Correio da Linha.-Oeiras.-Nº. 169 (23 Abr 2003), p. 17.

Fortificações / Paço de Arcos

Cota: RI/9818 CMO

[9818]



Centro de Documentação e Informação

Paço d'Arcos na defesa da Barra do Tejo

Persistem na paisagem marítima dos concelhos de Oeiras e de Cascais diversos testemunhos do sistema defensivo que, desde finais da Idade Média, tem protegido a entrada da Barra do Tejo, e consequentemente a própria cidade de Lisboa, de eventuais ataques inimigos.

A construção das fortificações marítimas terá sido condicionada, a partir do século XV, pela artilharia, adoptando-se traçados abaluartados que se caracterizam, entre outros aspectos, pelo rebaixamento e espessamento dos muros, pelo estabelecimento de diversos ângulos de fogo e pela criação de plataformas que permitissem instalar peças de artilharia, aumentando desta forma a capacidade ofensiva da fortificação.

ADVENÇO DOS BALUARTE

Em meados do século XVI, o sistema defensivo que havia sido lançado por D. João II e por D. Manuel para protecção da Barra do Tejo, e que se traduzia na edificação da Torre de São Vicente de Belém e da Torre de Cascais, encontrava-se ultrapassado e revelava-se ineficaz mediante os progressos da pirobalística e da intensidade das investidas da pirataria nas zonas costeiras. Mediante esta constatação, impôs-se a necessidade de rever o dispositivo defensivo então existente na Barra do Tejo, optando-se pela construção de novas fortificações "à maneira italiana", isto é, com baluartes angulares, traçados regulares e volumetria chã.

Miguel de Arruda, que, em 1549, havia sido nomeado por D. João III "Mestre das Obras de Fortificação do Reino, lugares de Além-Mar e Índias", terá sido o responsável pela elaboração dos planos de defesa modernos da cidade de Lisboa, cuja linha de defesa marítima se alargou até à entrada da Barra, onde se estreitaram os canais de navegação, que, desta forma, passaram a ser controlados por construções abaluartadas como a do Forte de São Julião da Barra, considerado por alguns autores como a mais representativa fortificação marítima portuguesa.

Contudo, em 1580, o sistema defensivo da Barra do Tejo revelou-se insuficiente para impedir o desembarque das tropas espanholas comandadas pelo duque de Alba, ao serviço de Filipe II de Espanha, que, deste modo, conseguiram forçar a rendição da cidade de Lisboa, entregando ao monarca espanhol o trono português.

Dada a fragilidade desta estrutura defensiva, evidenciada em 1580, sucedeu-se, durante o domínio filipino, um novo ciclo construtivo marca-

do pelo início da edificação do Forte de São Lourenço da Cabeça Seca - também conhecido como Torre do Bugio -, cuja construção se iniciou em 1590 e que seria concluída apenas no século XVII, bem como pela ampliação do Forte de São Julião da Barra.

Segundo Rafael Moreira (vd. *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, obra publicada pelas edições Alfa), o Forte de São Lourenço da Cabeça Seca viria a ser construído sobre o areal, à entrada de Lisboa, conforme projecto de Spanochi à semelhança do que projectara para a Barra de Viana do Castelo e para diversas zonas do Brasil, nomeadamente para o Castelo do Mar (Recife) e para o Forte do Mar (São Salvador da Baía), que se repetirá em Santos, Vitória, Belém do Pará e São Luís do Maranhão.

Apesar de todo este esforço construtivo, atrasos ocorridos nos trabalhos do Forte de São Julião da Barra e da Cidadela em Cascais contribuíram para a inoperacionalidade do sistema defensivo para o fracasso dos propósitos e estratégias definidos por Filipe I para a fortificação da Barra do Tejo, o que, em 1640, se viria a revelar fatal, facilitando o movimento restauracionista que pôs fim ao domínio filipino em Portugal, colocando no trono D. João IV.

DE 1640 A FIM DO SÉCULO XIX

Mais uma vez, as fragilidades encontradas no sistema defensivo da Barra do Tejo impuseram, a partir de 1640, a necessidade de as solucionar a fim de garantir a resistência portuguesa na subsequente guerra (travada contra Espanha, que se veio a prolongar por 28 anos).

Deste modo, foi dada prioridade à construção de pequenos fortes em locais de possível desembarque de tropas inimigas e procedeu-se à ampliação de algumas fortalezas consideradas mais importantes, como é o caso do de São Julião da Barra. Nestas circunstâncias, ergueram-se, entre Lisboa e o Cabo da Roca, diversas fortificações, das quais o Forte de São Pedro de Paço d'Arcos terá sido uma das primeiras.

Entre as fortificações então construídas e que ainda hoje subsistem ou das quais restam vestígios no actual concelho de Oeiras contam-se, além do referido Forte de São Pedro de Paço d'Arcos, o Forte de São João das Maías, o Forte de São Bruno de Caxias, o Forte de São José de Ribamar e o Forte de Nossa Senhora de Porto Salvo, também conhecido como Forte da Giribita.

Infelizmente já desaparecidos, embora contemporâneos a estes, os Fortes de Nossa

Senhora do Vale, de Nossa Senhora da Boa Viagem, de São Francisco da Boa Viagem e de Santa Catarina da Cruz Quebrada, que terão sido edificadas entre Caxias e a Cruz Quebrada, praticamente não terão deixado vestígios da sua existência.

Este conjunto de edificações terá sido levantado, grosso modo, entre 1642 e 1648, sob orientação do Conselho de Guerra, a quem D. João IV confiou a coordenação da defesa do Reino. A D. António Luís de Meneses, Conde de Cantanhede e Governador da Praça de Cascais, foi confiada a tarefa de inspecionar as fortalezas e praças de guerra então existentes e de reformular a defesa do acesso marítimo à cidade de Lisboa.

Os fortes edificados ao longo desta nova fase construtiva caracterizavam-se pela simplicidade da sua estrutura, que compreendia a bateria e uma



O FORTE DE SÃO PEDRO DE PAÇO D'ARCOS
As fortificações edificadas na actual freguesia de Paço d'Arcos - o Forte de São Pedro

zona de alojamentos, que incluía armazém e paiol, albergando pequenos contingentes de artilharia e infantaria (4 a 12 homens).

Foi ainda durante este período que se concluiu o Forte de São Lourenço da Cabeça Seca, se ergueram outras fortificações entre Lisboa e Alge e entre Carcavelos e Cascais, além de se ter procedido à construção da Cidadela em Cascais.

Após esta ambiciosa intervenção, a cortina defensiva da linha de costa entre Belém e o Cabo da Roca estava praticamente definida, procedendo-se apenas, no reinado de D. José, entre 1762 e 1763, a obras na quase totalidade das estruturas fortificadas nesta área e à construção do Forte do Catalazete, em Oeiras, intervenção esta decorrente do envolvimento de Portugal na Guerra dos Sete Anos.

Durante o reinado de D. Maria I, no final do século XVIII, muitas destas estruturas serão alvo de um programa de reedificação, ampliação e modernização e, em meados do século XIX, a praça de São Julião da Barra, a Feltria e os Fortes de Catalazete, do Arreiro, de São João das Maías e de São Pedro de Paço d'Arcos adquirem de novo importância estratégica, integrando o projecto de defesa da Barra do Tejo e do Porto de Lisboa elaborado por uma comissão nomeada a 31 de Outubro de 1839 pelo marechal de campo José Feliciano da Silva e Costa, comandante geral de Engenharia.

Entre as fortificações ainda hoje existentes no concelho de Oeiras, apenas o Forte de São Bruno de Caxias, o Forte de



São Lourenço da Cabeça Seca e o Forte de São Julião da Barra se encontram classificados como Imóvel de Interesse Público, os últimos pelo Dec. 41.191 de 18/7/1957 e o primeiro pelo Dec. 95 de 12/9/1978.

Fortaleza de São Julião e à população de Oeiras. Aparentemente a construção, que coincidiu com a edificação do Forte de São João das Maías, foi rápida, uma vez que, a 23 de Abril desse mesmo ano, foi dada ordem a Rui Correia Lucas, tenente-geral de artilharia, para prover de bocas de fogo ambas as fortificações para que estas se pudessem defender em caso de necessidade.

Este ponto fortificado apresentava características que o distinguiam de outras fortificações erguidas nesta época, uma vez que atingiu proporções razoáveis quando comparado a outros fortes, dispondo de uma ampla bateria voltada para o rio assim como de uma forte muralha com um baluarte a meio que se erguia para o lado da povoação, permitindo a defesa quer de inimigos vindos do mar, quer dos que se aproximassem por terra.

Ao longo do século XVIII, sofreu algumas obras de benificação, das quais as primeiras de que temos notícia ocorreram em 1730, sob o comando do Conde de Assumar, que fora nomeado Governador a 30 de Agosto de 1701. Terá sido reedificado em 1796 e novamente em 1853, no reinado de D. Maria II, sob comando do Major Diogo José da Cruz.

Em 1875, foram traçados diversos planos de defesa da cidade de Lisboa, que contemplaram, entre outras medidas, a instalação de linhas de torpedos fixos e também de torpedos automáticos do tipo Whitehead que pudessem obstar a um eventual bloqueio

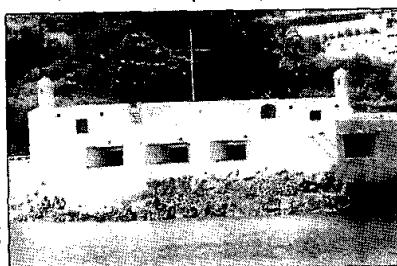
marítimo efectuado para a construção da Estrada Marginal, encontra-se instalada no Forte de São Pedro a Escola Militar de Electro-Mecânica. Lamentavelmente, em 1975, a antiga bateria que se erguia sobre o Tejo foi destruída para em seu lugar se edificarem novas construções ligadas a este estabelecimento militar.

O FORTE DA GIRIBITA

Quanto ao Forte da Giribita, também conhecido como Forte de Nossa Senhora de Porto Salvo, foi construído por volta de 1649, conforme se pode constatar pela observação da lápide que se conserva sobre a entrada. Ergue-se sobre uma ponta rochosa situada entre Paço d'Arcos e Caxias, sendo inicialmente designado como Bateria do Guincho e dotado de 4 peças de artilharia.

A sua construção foi dirigida por D. António Luís de Meneses, Conde de Cantanhede e Governador da Praça de Cascais, sobrinho do já mencionado D. José de Meneses, entretanto falecido, e teve como objectivo cruzar fogo tanto com o Forte de São Pedro para evitar o desembarque de tropas inimigas na praia de Paço d'Arcos, como com o Forte de São Bruno para protecção da praia de Caxias.

Em 1877, foi entregue, à semelhança do que sucedeu com o Forte de São Pedro, à Comissão de Defesa de Lisboa e seu Porto para aí ser depositado material de torpedos. No século XX, continuava a ser uma dependência do Serviço de Torpedos Fixos.



naval. Nesse sentido, foram criados o Serviço e a Escola de Torpedos, que se irão fixar em Paço d'Arcos, precisamente no Forte de São Pedro. Assim, a 5 de Abril de 1877, o Forte de São Pedro foi entregue à Comissão de Defesa de Lisboa e seu Porto, onde se encontravam integrados o Serviço e a Escola de Torpedos, unidade criada pelo então Ministro da Guerra Fontes Pereira de Melo, em 3 de Maio de 1878.

Actualmente mais afastado do Tejo devido ao aterro ribei-

Em 1942, o Forte da Giribita passou para a dependência do Ministério das Finanças, aí se instalando durante algum tempo a Junta Autónoma das Estradas. Volvidos cinco anos, passou a acolher a Associação Naval da Legião Portuguesa. Ocupado após a Revolução de 25 de Abril por elementos navais revolucionários, acabou por ser entregue, em 1975, à Marinha de Guerra.

Texto: Cláudia Silveira



O FORTE COSTEIRO, PERCURSOS DE UMA FORTIFICAÇÃO

O forte Costeiro, percursos de uma fortificação.

In: O Dia.-Lisboa.-Nº. 3412 (12 Mai 2003), p. 18.

Fortificações / Forte de S.Bruno

Cota: RI/9817 CMO

[9817]



"O forte Costeiro, percursos de uma fortificação"

No Forte de São Bruno em Caxias está patente até dia 17 de Julho a exposição "O forte Costeiro, percursos de uma fortificação".

Com esta iniciativa da

Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos pretende-se dar a conhecer o conceito militar dos pequenos fortes costeiros, tendo como caso de estudo o forte de São Bru-

no. A exposição pode ser visitada todos os dias das 10 às 17 horas.

"O FORTE COSTEIRO, PERCURSO DE UMA FORTIFICAÇÃO"

"O forte Costeiro, percurso de uma fortificação" .

In: O Dia.-Lisboa.-Nº. 3447 (26 Mai 2003), p. 18.

Fortificações / Forte de S.Bruno

Cota: RI/9811 CMO

[9811]



Exposição traça retrospectiva histórica até 17 de Julho

"O forte Costeiro, percursos de uma fortificação"

No Forte de São Bruno em Caxias está patente até dia 17 de Julho a exposição "O forte Costeiro, percursos de uma fortificação".

Com esta iniciativa da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos pretende-se dar a conhecer o conceito militar dos pequenos fortes costei-

ros, tendo como caso de estudo o forte de São Bruno.

A exposição pode ser visitada todos os dias das 10 às 17 horas.

"O FORTE COSTEIRO, PRERCURSOS DE UMA FORTIFICAÇÃO"

"O forte Costeiro, prercursos de uma fortificação" .

In: O Dia.-Lisboa.-Nº. 3422 (26 Mai 2003), p. 18.

Fortificações / Forte de S.Bruno

Cota: RI/9815 CMO

[9815]

Mostra até 17 de Julho

"O forte Costeiro, percursos de uma fortificação"

No Forte de São Bruno em Caxias está patente até dia 17 de Julho a exposição "O forte Costeiro, percursos de uma fortificação".

Com esta iniciativa da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos

pretende-se dar a conhecer o conceito militar dos pequenos fortes costeiros, tendo como caso de estudo o forte de São Bruno.

A exposição pode ser visitada todos os dias das 10 às 17 horas.

"Tour Agarra a Vida" nas escolhas do concelho de Oeiras

O Tour Agarra a Vida encontra-se a circular por todas as escolas secundárias do concelho de Oeiras, numa parceria entre a Câmara Municipal e a Academia dos Patins, visando, através dos desportos radicais, esclarecer os estudantes sobre os perigos das dro-

gas e dissuadi-los de as usar.

"O Tour Agarra a Vida" prolongar-se-á até ao dia 28 de Maio e consta de demonstrações por atletas nacionais de desportos radicais e da realização de um debate sobre a temática das toxicodependências.

O FORTE COSTEIRO PERCURSOS DE UMA FORTIFICAÇÃO

O forte Costeiro percursos de uma fortificação.

In: O Dia.-Lisboa.-Nº. 3427 (02 Jun 2003), p. 18.

Fortificações / Forte de S.Bruno

Cota: RI/9814 CMO

[9814]



Exposição traça retrospectiva histórica até 17 de Julho

"O forte Costeiro, percursos de uma fortificação"

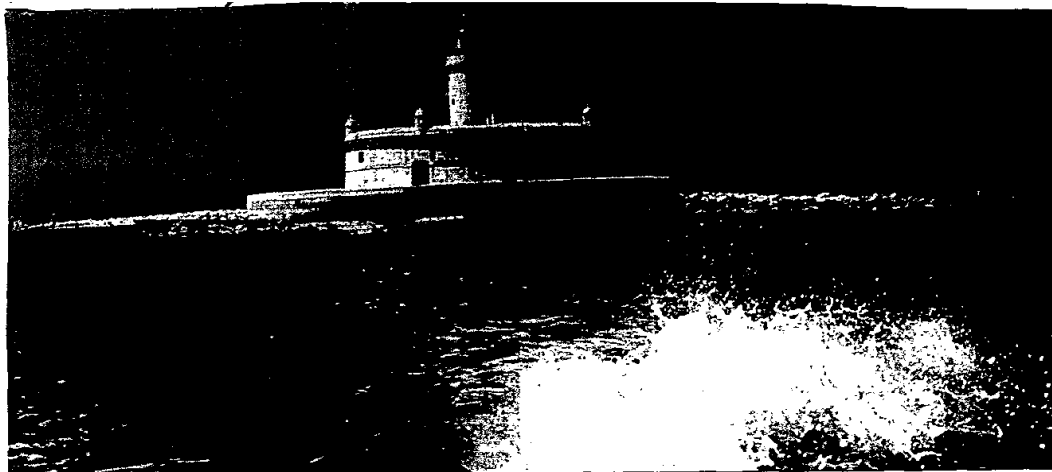
No Forte de São Bruno em Caxias está patente até dia 17 de Julho a exposição "O forte Costeiro, percursos de uma fortificação".

Com esta iniciativa da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos pretende-se dar a conhecer o conceito militar dos pequenos fortes costei-

ros, tendo como caso de estudo o forte de São Bruno.

A exposição pode ser visitada todos os dias das 10 às 17 horas.

MIRANDA, Jorge
Torre do Bugio : De cá ou de lá? / Jorge Miranda.
In: Jornal da Região.-Estoril.-Ed. 312 (26 Jun 2003), p. 5.
Fortificações / Bugio
Cota: RI/9813 CMO
[9813]



De cá ou de lá?

Não se apresenta como a "Jangada de Pedra" que José Saramago imaginou, metafórica e simbolicamente, para figurar a Península Ibérica, à deriva, desprendida do continente europeu; mas surge qual sólida e vetusta "nau de pedra", bem pousada nos fundos e, pela idade, já desinteressada da antiga aura bélica e dissuasória, para, agora, numa piedosa reconversão de objectivos, apostar num desempenho pacífico, humanitário – guiar, pelo caminho certo, os navegantes. Assim se apresenta o Bugio – a fortaleza de S. Lourenço da Cabeça Seca – a meio da embocadura do Tejo, entre águas, quase em "terra de ninguém". Em que margem se integra, oficialmente? É de cá ou de lá?

Este emblemático "recanto", distante e de difícil acesso, encontra-se bem presente no imaginário do Oeirense do litoral. Integra-se, indubitavelmente, na sua memória identitária. Não há decreto nem qualquer peça legislativa que possa varrer esta íntima e secular ligação nem apagar o vincado sentimento de posse que nutrem os habitantes da margem direita do derradeiro troço do Tejo. É uma referência, um ex-libris, indelevelmente adoptado.

Contradições oficiais

Mas se é assim claro, a nível do sentimento, do afecto, tal já não se verifica no frio e prosaico processo administrativo. Oficialmente, a situação do Bugio não é categórica. Dúvidas e contradições subsistem. A confusão é grande, mesmo entre serviços estatais. O Decreto n.º 41 191, de 18 de Julho de 1957, que lhe confere o estatuto de "imóvel de interesse público", integra-o, explicitamente, no concelho de Oeiras. Mas já o Comando de Engenharia do Governo Militar de Lisboa, no registo de propriedade, situa-o, em 1945, no concelho de Almada (curiosamente, neste documento, a única referência apontada para a sua localização indica situar-se "a

2.500 metros do Forte de S. Julião da Barra", na margem direita, portanto). Também em alguns estudos recentes sobre as fortificações ribeirinhas, as opiniões não são unânimes. Enquanto R. H. Pereira de Sousa, em "Fortalezas de Almada e Seu Termo", coloca o Bugio neste concelho e na freguesia da Trafaria (criada a 7 de Outubro de 1926), Carlos Pereira Calixto, em "Fortificações Marítimas e Fluviais do Concelho de Oeiras", situa-o aqui.

Uma ligação efectiva

A existência da fortaleza do Bugio encontra-se ligada e dependente, desde a primeira hora, de várias formas, à margem direita do Tejo, mais concretamente ao território que constitui o actual Concelho de Oeiras. A sua construção, na primeira fase, foi efectuada com pedra arrancada às arribas da praia da Torre. Concomitantemente, em 1596, as instalações de apoio e o estaleiro da obra foram edificados na vasta área sobranceira àquele areal, com o significativo nome de Feitoria d'El-Rei (actual Colónia de Férias do Colégio Militar). Também era

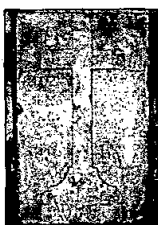
esta praia que ocupava a função de porto de serviço ao trânsito de e para a obra. Dai a sua designação de Portinho de S. Julião (depois praia do Portinho, a que se seguiu praia da Torre). Também em termos administrativos, ainda em 1607, o Bugio encontrava-se dependente do almoxarife conjunto desta fortificação e de S. Julião da Barra. Militarmente, a sua interligação estratégica com S. Julião da Barra e S. João das Maias era determinante. Também o seu comando esteve subordinado ao de S. Julião – a maior fortaleza marítima do País –, em muitos e longos períodos. Que saibamos, nunca esteve sujeita a comando sediado na margem esquerda.

No século XVIII, o apoio logístico do Bugio transferiu-se para Paço de Arcos. Aqui existiam as instalações para arcação das suas munições. Por esse motivo, era nesta localidade que permanecia a chamada "falua do Bugio", que estabelecia a ligação com a fortificação. O lendário patrão Lopes foi remador e, depois, patrão desta embarcação, na qual prestou relevantes socorros à navegação em situação crítica e a náuticos. Quando se instalou o farol no Bugio, também era em Paço de Arcos que se encontravam localizados os apoios de terra, como ainda hoje (Direcção-Geral de Faróis). Testemunho inequívoco da inserção do Bugio na margem direita, sob o ponto de vista militar, são os numerosos relatórios de inspecção,

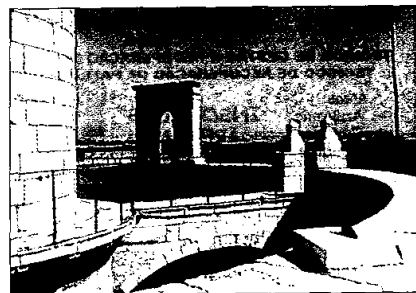
relações sobre o estado das fortificações e inventários, especialmente dos séculos XVIII e XIX. Com repercussão na divisão administrativa, há documentos do século XVIII que referem, textualmente, o Bugio integrado na freguesia de N. S.ª da Punhação de Oeiras. Também, por exemplo, o P.e João Baptista de Castro, no seu precioso "Mapa de Portugal" (1747), dá-nos conta que a capela de S. Lourenço, na fortaleza da Cabeça Seca, se situava na freguesia de Oeiras. No entanto, aleatoriamente, em períodos de assoreamento e de consequente dilatação da restinga da Golada, o Bugio ficava mais próximo da margem esquerda, pelo facilitado acesso, a vau, aquando da vazante, da popula-

ção. É da tradição que, nestas ocasiões, os fiéis deslocavam-se à fortificação para assistir à missa. Esta, aliás, será a única situação que liga o Bugio à zona da Trafaria, tanto quanto sabemos. Sem que se coloque a questão formal ou legal, é inegável que a fortaleza do Bugio, historicamente, encontra-se sobretudo entrosada com o litoral do concelho de Oeiras. É uma relação umbilical que não há lei que destrua. A fortificação integra-se efectivamente em Oeiras e afectivamente na memória dos seus munícipes. Quer se queira ou não, é esta a realidade que o legislador tem de ter em consideração. Não há lugar a polémica. Não vale a pena negar a História!

Jorge Miranda



► Edifício trabalho de corteiro



► Com provas de ligação a ambas as margens do Tejo, o Bugio está umbilicalmente unido a Oeiras

"É PRECISO TER FÉ" PARA SUBIR

"É preciso ter fé" para subir.

In: Jornal da Região.-Estoril.-Ed. 314, Aº. VII (03 Jul 2003), p. 3.

Fortificações / Bugio

Cota: RI/9810 CMO

[9810]



Centro de Documentação e Informação

CAXIAS

Alteração de trânsito

Desde o início desta semana e até ao dia 13 de Agosto, estão a decorrer vários trabalhos no âmbito da empreitada "Melhoria de acessos ao Bairro da Pedreira Italiana - 1.ª Fase". Trabalhos que vão implicar o corte de trânsito na Rua Viscondessa de Santo Amaro, de modo a proceder-se à execução de drenagens, lançamentos e pavimentações. Durante este período, o desvio faz-se pelo arruamento junto à Escola EB 2,3 de S. Bruno e pela Rua Calvet de Magalhães.

OEIRAS

Negócio unânime



► Marques Mendes

A Assembleia Municipal de Oeiras (AMO) aprovou, por unanimidade, a aquisição do Palácio dos Marqueses de Pombal pela autarquia por dez milhões de euros. "É uma decisão histórica para o concelho de Oeiras", congratulou-se Marques Mendes, presidente da AMO, após a aprovação, acto que mereceu a ovação de todos os partidos políticos representados na Assembleia. Apesar do consenso quanto ao "bom negócio" realizado pela autarquia, com a compra do imóvel à Fundação Calouste Gulbenkian, tanto o PS como a CDU frisaram a necessidade de esclarecer a saída do actual ocupante do palácio, o Instituto Nacional de Administração. Segundo Teresa Zambujo, presidente da Câmara de Oeiras, a saída deve acontecer no prazo de três anos, sem que a autarquia seja responsável pelo futuro alojamento do Instituto.

"É preciso ter fé" para subir

É com um voto de esperança que, uma vez por mês, os faroleiros responsáveis pela manutenção do Farol do Bugio sobe a pútrida escadaria de ferro, que liga a base do farol até à sala em vidro onde se encontra o sistema de iluminação.

"É preciso ter fé!", desabafa José de Sintra, faroleiro de primeira classe e chefe da Central de Faróis que engloba, além do do Bugio, os faróis da Barra, ou seja, os da Guia, Santa Marta, S. Julião (no Forte de S. Julião), Gibalta (na Marginal) e Esteiro (Estádio Nacional). Fazendo equipa com José de Sintra, Nuno Cardoso, faroleiro de terceira classe, também apelam "aos anjos e aos santos" para que a escada aguente o peso dos dois homens. "A escada está a cair, mas vamos sempre esperando que aguente mais um bocadinho", admitem os dois homens. Afinal as visitas são espaçadas e, "quando o tempo não permite, avisa-se a navegação". A viagem até ao Forte de S. Vicente, onde está integrado o Farol, é rápida e faz-se a partir das instalações da Direcção de Faróis, pertença da Marinha Portuguesa. Cruzando as ondas, a pequena embarcação conduzida por Joaquim Carvalho, vence rapidamente a extensão de rio e mar que separa o Bugio de Paço de Arcos. Mas só o faz em dias de mar calmo. Quando o rei Neptuno manda que as ondas se ergam, não há manutenção que valha. "Agora até nem é tão mau. Em caso de necessidade há sempre a possibilidade de mandar cá o helicóptero", realça um dos faroleiros, apontando para o espaço livre criado no âmbito da intervenção a que, recentemente, foi submetida a muralha do forte.



► José de Sintra respira de alívio sempre que alcança a torre do farol

Só a muralha é forte

Proença Mendes, Comandante responsável pela Direcção de Faróis, sob cuja alçada está o Farol do Bugio, explica que, quando foi realizada a consolidação da muralha não se avançou para a recuperação do forte de S. Vicente por dois motivos: "primeiro, porque não havia verbas na altura; depois porque não interessa fazer o restauro das habitações do forte sem um objectivo de utilização. Se o formos restaurar e o deixarmos sem utilização, em pouco tempo vai voltar-se à situação em que se encontra actualmente". Isto apesar de haver disponibilidade por parte da Direcção Geral de Monumentos e Edifícios Nacionais que tutela o forte.

Para o comandante, "o Bugio tem um problema que decorre da sua localização. Entre os meses de Outubro e Maio não vamos ao Bugio quando queremos, vamos quando podemos".

Uma situação que limita bastante uma potencial utilização turística do forte. "Há um turismo especial que se daria muito bem com o Bugio. São uma espécie de eremitas, um tipo de turistas que aprecia viver nas condições em que o faziam os faroleiros de há 50 ou mais anos". Um nicho de mercado pouco exigente, o que significaria uma recuperação com menos conforto, logo mais barata. Mas nada está decidido quanto à futura recuperação do monumento: "há outra proposta que é utilizar o Bugio como ponto de passagem para passeios de embarcações de recreio a partir de Paço de Arcos, que não obriga a recuperar o espaço, pois dispensa os alojamentos". Enquanto nada for decidido, o interior do Forte de S. Vicente corre sérios riscos. As madeiras estão podres, da capela já quase nada resta e a ferrugem ameaça corroer as poucas peças de metal que ainda restam.

Diplomas para os mais pequenos

Mais de mil crianças participaram na entrega de diplomas que a Câmara Municipal entregou aos alunos que concluíram este ano o 1.º ciclo do ensino básico. Um género de bênção das fitas, mas onde a animação e a brincadeira foram as palavras de ordem.

O anfiteatro do Parque dos Poetas encheu-se de pequenos finalistas que ostentavam orgulhosamente o diploma de congratulação por terem transitado do 1.º para o 2.º ciclo do ensino básico. "Faz todo o sentido termos esta actividade, porque, ao longo da vida escolar, se há memória que perdura é a dos primeiros anos de ensino. Eu, por exemplo,

nunca me esqueci da minha professora da primária", salienta Teresa Zambujo, presidente da Câmara Municipal.

As várias escolas do concelho fizeram-se representar na festa e houve mesmo quem tivesse levado a coisa mais a sério: "cada um dos nossos alunos fez a sua cartola e a pasta para guardar o diploma e as fitas de curso que os amigos, familiares e colegas de escola assinaram", realça Ana Rufino, professora da escola n.º 3 de Oeiras. "A festa foi muito boa,



► De cartola e pasta com fitas, manda a praxe mas vou ter muitas saudades da escola e dos meus amigos", acrescenta Tiago Ferro, de 9 anos.

ALGÉS

Cortes de luz

Ao longo de várias noites, os moradores da Rua General Humberto Delgado foram surpreendidos com a falta de iluminação pública na rua. "Ligámos várias vezes à EDP, mas nada foi resolvido", refere um morador. De tal modo que o problema se arrastou por mais de nove dias. "Não se compreende. Às vezes, durante o dia, há ruas que têm as luzes acesas, e durante a noite estão apagadas", acrescenta. Os cortes de energia continuam, ao que parece, a ser uma dor de cabeça para o município. "Já alertámos a EDP para a quantidade de falhas que existem no concelho, até porque em Algés esta não é uma situação nova", justifica José Lopes Neno, vereador na Câmara Municipal.

BAIRRO DO POMBAL

Sala de estudo



► José Carlos Estorninho

Estão abertas as inscrições para a Sala de Estudo da Junta de Freguesia de Oeiras, no Bairro do Pombal. "O espaço, que funciona há cerca de dois anos, procura abrir novos horizontes às famílias cujos filhos estão na escolaridade obrigatória. Assim, possibilita-lhes um apoio escolar e também uma forma saudável de ocuparem os seus tempos livres", refere José Carlos Estorninho, presidente da Junta de Freguesia de Oeiras e S. Julião da Barra. A sala está apetrechada com vários manuais escolares, enciclopédias, dicionários e outros auxiliares, tais como jogo didácticos, computador e impressora para os trabalhos. Mediante um euro de mensalidade, as inscrições são feitas no próprio local, Rua Gaspar de Lemos.

[FORTE DE SÃO BRUNO, EM CAXIAS]

[Forte de São Bruno, em Caxias].

In: Correio da Manhã.-Lisboa.-Aº. XXV, nº. 8816 (11 Jul 2003), p. 42.

Fortificações / Forte de S.Bruno

Cota: RI/9809 CMO

[9809]

CAXIAS FORTES

No Forte de São Bruno, em Caxias, pode ser visitada até ao próximo dia 17 a exposição "O forte costeiro, percursos de uma fortificação". Esta iniciativa da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos visa dar a conhecer o conceito militar dos pequenos fortes costeiros, tendo como caso de estudo o forte de S. Bruno. A mostra encontra-se aberta todos os dias, das 10h00 às 17h00.

Recordar o passado no Forte de S. Julião

Habitual no roteiro das visitas ao património, promovidas pela edilidade, a viagem realizada este domingo à Fortaleza de S. Julião da Barra revelou-se ainda mais surpreendente. Entre os 20 visitantes estavam Carolina Andrade e Maria Conceição Ribeiro, duas primas nascidas, justamente, nas casas da fortaleza, já lá vão 80 anos. Histórias na primeira pessoa que enriqueceram uma viagem ao passado.

As explicações de José Gomes dos Santos, guia da Câmara Municipal, e de Margarida Santos, do Ministério da Defesa, juntaram-se os relatos emocionantes de duas primas que "sonhavam" rever a casa onde cresceram. "Como o meu pai era militar, nasci e vivi cá até aos meus 13 anos. Já tinha vindo visitar o forte há quatro anos, mas, desta vez, trouxe a minha prima, criada comigo, que nunca mais cá entrou", refere Carolina Andrade de 80 anos. Mas, o "sonho" de Maria Conceição Ribeiro, de ver a casa onde tinha crescido, saiu defraudado. "A Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) está a desenvolver no local obras de recuperação dos edifícios", revela Margarida Santos. No ar fica a hipótese de a casa onde foram criadas as duas primas possa ter desaparecido: "Não tenho a certeza, mas parece que a nossa casa estava no sítio onde foi criada a zona residencial do ministro", lamenta Maria Conceição Ribeiro.



► Primas nascidas e criadas no Forte de S. Julião recordaram velhos tempos

Apesar da tristeza, as duas primas não desarmaram e prosseguiram "viagem" rumo a um passado distante. "Isto está tudo muito diferente. Onde é hoje a capela era o cinema onde víamos filmes mudos", recorda Carolina Andrade. "Viviam aqui muitas crianças, filhas de oficiais, e não faltava brincadeira. Lembro-me que costumávamos chamar à ala dos presos militares a bateria dos namorados, porque, nos dias de visita, as namoradas vinham cá vê-los. Nós, às vezes, íamos lá espreitar e eles pediam-nos para comprarmos tabaco. As nossas mães é que não gos-

tavam nada de saber que os íamos espreitar", recorda.

Mas, nem tudo são boas recordações. "Lembro-me que havia alturas em que a água entrava nas celas dos presos, e eles sofriam muito", refere, por seu turno, Maria Conceição. Histórias ouvidas com atenção pelos restantes visitantes que tiveram a oportunidade de conhecer melhor aquela que é considerada a fortificação mais importante do país. Construído no século XVI, o Forte de S. Julião da Barra, residência oficial do ministro da Defesa, guarda peças de grande valor patrimonial e muitas histórias ainda por revelar.

FONSECA, Ana

Fortificação revisitada por antigas residentes / Ana Fonseca.

In: Jornal de Notícias.-Lisboa.-A.º. 43, n.º. 116 (14 Jul 2003), p. 24.

Fortificações / São Julião da Barra

Cota: RI/9808 CMO

[9808]

O EIRAS

Fortificação revisitada por antigas residentes

MEMÓRIAS ■■► Na visita participaram duas idosas que passaram a infância em S. Julião da Barra ■■► Imóvel quinhentista sujeito a obras de recuperação

de Ana Fonseca

Se a visita de ontem ao Forte de S. Julião da Barra representou, para a maioria dos participantes, o primeiro contacto com o interior da fortificação, para Carolina Salgado Andrade, de 80 anos, foi um encontro com o passado. "O meu pai era militar e eu nasci aqui", contou, emocionada, ao JN. A surpresa foi geral quando alguém fez notar a presença de Carolina Andrade e da prima - Maria da Conceição Ribeiro - no grupo que integrou a visita guiada ao forte, uma iniciativa da responsabilidade da Câmara de Oeiras.

As explicações históricas dadas por Gomes dos Santos (pela autarquia de Oeiras) e por Margarida Santos (Ministério da Defesa), juntaram-se, assim, os relatos vivos das duas antigas residentes.

Um pouco tristonhas por não poderem "espreitar" as casas onde viveram, devido às obras que a Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) está a desenvolver no local, as primas não desarmaram e prosseguiram "viagem" rumo a um passado distante. "Gostava muito disto, lembro-me da grande cozinha e do cinema, onde víamos filmes mudos, e que agora transformaram numa capela", contou Carolina Andrade.

A memória vieram também situações menos agradáveis:



Residência do ministro da Defesa foi palco, pela mão da Câmara de Oeiras, de uma visita guiada

.História

.Cardeal D. Henrique

Foi pela sua mão que a primeira parte da fortaleza ficou concluída.

.DGEMN

A muralha junto ao mar e as residências estão a ser recuperadas.

.Prisões

Nas celas da subcave chegou a estar preso o político Gomes Freire de Andrade.

.Projecto

A concepção da fortificação foi atribuída a Leonardo Torrealano e a Giacomo Palestro.

"Lembro-me que havia alturas em que a água entrava nas celas dos presos. Era horrível, coitados", disse, por seu turno, Maria da Conceição.

O Forte de S. Julião da Barra, que começou a ser construído no século XVI e onde actualmente reside o ministro da Defesa, guarda "tesouros" de grande valor patrimonial, como a casa da cisterna e os mecanismos de elevação das portas.



Torre de Belém

Sabe-se que D. João II tinha já a intenção de construir um baluarte na praia de Belém que faria parte da linha de defesa da costa, em conjunto com o forte de S. Glão (no local de S. Julião da Barra), o baluarte de Cascais e a fortaleza de S. Sebastião da Caparica (torre velha) a sul. Destas fortificações apenas terá sido construído parte de S. Glão, cabendo a D. Manuel I a missão de completar o projecto. Francisco de Arruda, responsável por muitas das fortificações portuguesas do Norte de África, é incumbido de realizar o projecto da torre de S. Vicente de Belém. De 1514 a 1520 foi-se edificando um

dos baluartes mais representativos do engenho e da arte dos portugueses que serve simultaneamente de defesa e do símbolo das descobertas. Situado no local de onde partiram as caravelas à descoberta, o conjunto de elementos decorativos evocam terras e culturas distantes, um pouco à maneira do Canopo de Adriano, acrescentado por uma simbologia característica deste período de ouro. É utilizada como elemento de defesa do porto de Lisboa mas também como torre de vigia e até como prisão, a partir de 1580, durante a ocupação filipina e noutros momentos pontuais. Actualmente é um dos monumentos mais visitados da cidade de Lisboa servindo igualmente de local de recepção e de outros eventos culturais.



Fotos: Ricardo Bento

Arquitecto Mestre do novo ensino da Arquitectura.

A Dinastia filipina

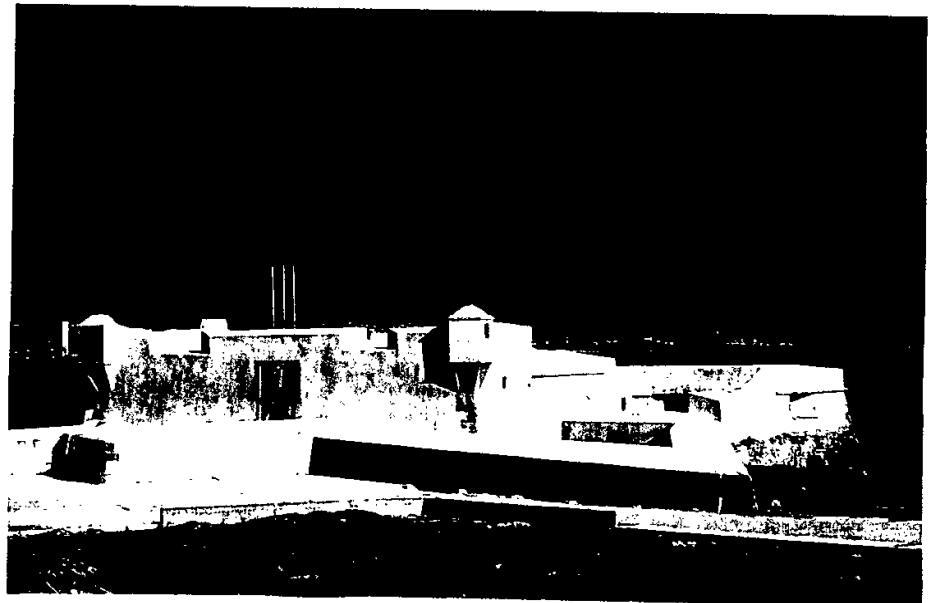
A defesa da barra cede à invasão espanhola e, um a um, os fortes caem nas mãos do inimigo. O Duque d'Alba toma à força as baterias que utiliza contra a própria força naval portuguesa. Mais tarde, em 1588, é derrotada a "Invencível Armada" e Filipe II decide reforçar as obras de defesa da costa portuguesa. Durante toda a ocupação filipina foi dada uma particular importância à fortificação costeira tendo-se construído e melhorado um grande número de edificações desta natureza. Em Portugal encontravam-se vários dos mais importantes engenheiros militares do mundo, entre os quais Frei Vincenzo Casale e Leonardo Torriani Crémonézi, este último chegado por volta de 1590.

A Restauração

Os fortes são atacados por mar e por

Caxias

A sua localização corresponde a um novo sistema estratégico de defesa que vem substituir o conjunto de fortes e baterias anteriores, situados em cima do mar. Construído em 1878, encontra-se entre as ribeiras do Jamor e de Barcarena. É formado por dois redutos poligonais ligados por uma grande bateria. Em 1935 parte do forte passa para a jurisdição do Ministério da Justiça e outra parte para a PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado), ou seja, um dos mais emblemáticos centros prisionais para os presos políticos do Estado Novo. Depois de ter passado a Casa da Reclusão da Região Militar de Lisboa é, actualmente, parte da Direcção dos Serviços Prisionais denominada Prisão-Hospital de Caxias.





terra e os espanhóis que os governavam foram sucumbindo à vitória da Restauração de 1640, de uma forma algo idêntica à derrota dos portugueses 60 anos antes. Simão Mateus é o engenheiro principal incumbido da reconstrução e novo reforço da linha defensiva em conjunto com alguns franceses recomendados pelo Cardeal Duque de Richelieu. O conde de Cantanhede, futuro Marquês de Marialva, é indigitado pelo rei D. João IV para proceder a todas as alterações necessárias.

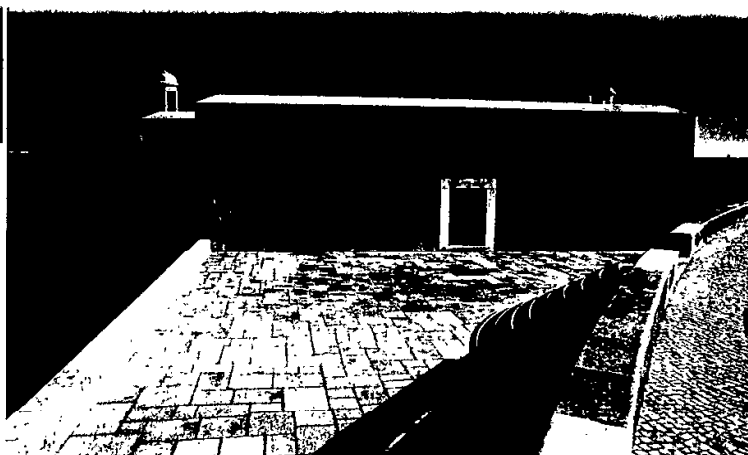
O cenário das Invasões Francesas

Neste momento histórico, a linha de defesa da costa conhece outro dos principais momentos da sua acção. Algumas fortificações foram ocupadas e estudadas muitas transformações para servir os interesses dos invasores. Existem vários relatos de movimentos militares e civis que têm como cenário estes fortes sendo, para alguns deles, a única vez que abrem fogo ao longo da sua existência. Estas operações terminam com o chamado "caso Roussin" em Julho de 1831, onde se dá um confronto directo entre um navio francês, o "Hussard" e a própria Cidadela de Cascais, que protege um navio português ficando seriamente danificada.

Tomaz Rey Colaço

S. Julião da Barra

É o forte de maiores dimensões de toda esta linha defensiva e um dos mais vastos de todo o território português, com excepções nas fortificações portuguesas erigidas um pouco por todo o mundo. Está situado num promontório estratégico da barra do Tejo onde forma uma linha defensiva perpendicular ao curso do rio, com o forte de S. Lourenço da Cabeça Seca, ou da Barra (Eugio). A torre deste forte terá sido construída ocupando o lugar de uma fortificação mais antiga denominada forte de S. Glão, de 1556, que fez parte de um conjunto de fortes que enquadravam a fortificação da Barra de Lisboa dos quais foi este o único a ser construído. S. Glão terá sido muito aumentado de 1560 a 1568 sem, no entanto, nunca ter sido acabado, sendo pouco depois demolido para dar lugar a "muito maior fortaleza", segundo testemunhos da época, construção essa que poderá ser já parte de S. Julião actual.



Giribita

O forte de Nossa Senhora do Porto Salvo foi construído em 1649 na linha de reforço da costa levada a cabo pelo Conde de Cantanhede a mando de D. João IV. A sua designação deve-se à proximidade da ermida com o mesmo nome, embora a partir do século XIX passe a ser conheci-

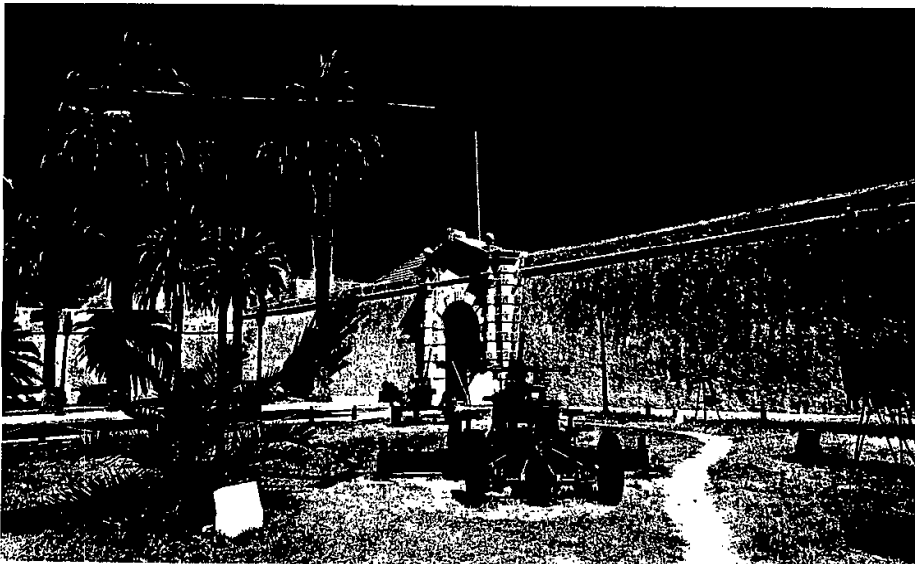
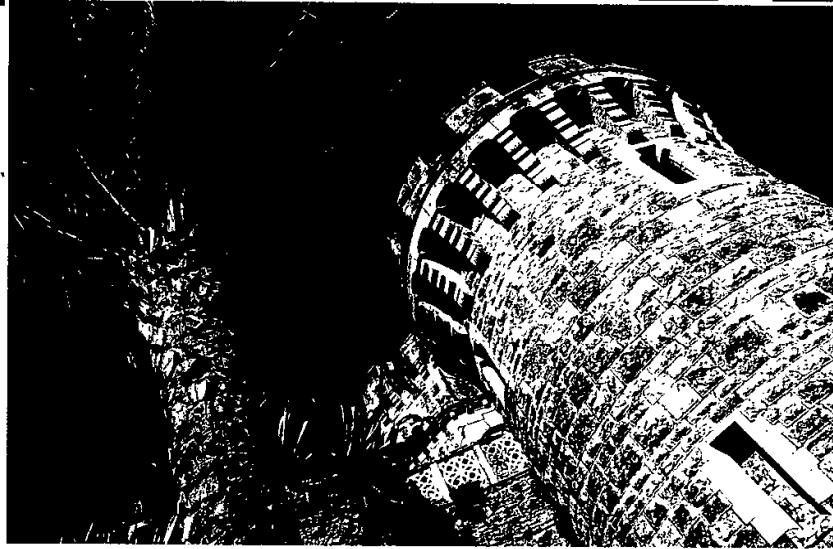
do pelo forte da Giribita. Possui muralhas equipadas com várias canhoelras e instalações para o governador e guarnição, cozinhas, paiol e outras dependências. Pertence à Marinha de Guerra Portuguesa, que utiliza o local para recepções e outros eventos.





Forte da Cruz

Pequena fortaleza destruída na sua quase totalidade para dar lugar a uma grande casa senhorial construída no fim do século XIX, para residência de veraneio de João Martins de Barros. Este forte cruzava fogo com o forte de São Roque e o da Conceição. Consta que deve nome à presença de um cruzeiro nas proximidades. O arquitecto da nova edificação baseia-se na arquitectura militar das fortalezas e castelos para realizar um "pastiche" rigorosamente concebido que se transformou num exemplo emblemático da nova forma de habitar os Estoril.



Cidadela de Cascais

É uma fortaleza que se situa junto ao mar, do lado ocidental da baía de Cascais, num ponto estratégico que cobre um troço significativo da linha de costa. A Torre de Cascais encontra-se no centro das edificações que sofreram

importantes obras de restauro durante a ocupação filipina e, depois da Restauração, entre 1645 e 1681, muito embora esta localização tenha vindo a ser ocupada, quase ininterruptamente desde, pelo menos, a época romana. A partir de 1871 foi adaptada para residência real sendo, actualmente, ocupada por um ramo das Forças Armadas.

S. Pedro (ou S. Teodósio)

Integrado na linha defensiva da época de D. João IV, tem como área de cobertura costeira a praia da Poça e parte da costa até Santo António do Estoril, a partir de S. João. Cai em ruína

nos finais do século XVIII e é reconstruído nos anos 40 sem um critério rigoroso. Actualmente está ali instalada uma discoteca com o nome de "Forte Velho".

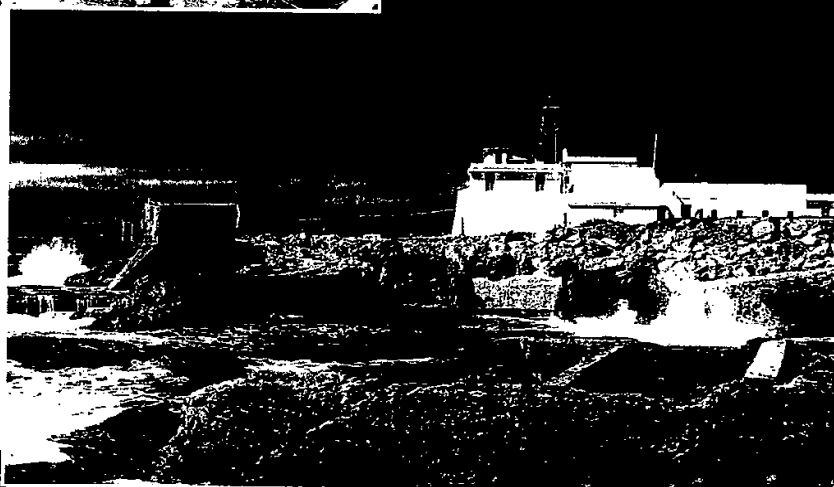


S. Jorge de Oitavos

Conhecido, em tempos, como baluarte da Cabeça de Oito Ovos, foi construído de 1641 a 1643 com o objectivo de aí se estabelecer o comando da zona, desde o Guincho até à Guia, para além da defesa contra os desembarques. Sabe-se que em 1796 serve de centro de transmissão de mensagens, vindas do Cabo da Roca, anunciando a presença de navios de mais de três mastros naquele porto. Foi ocupado pelas tropas de Napoleão durante as Invasões Francesas. Neste forte foi instalada a primeira estação telegráfica com semáforo, entre 1860 e 1947. A partir de 1949 passa a integrar o Turismo de Cascais e em 1965 alberga um estabelecimento hoteleiro, a casa de chá de Oitavos.

Baluarte de Sanxete - Cabo Raso

Cabo de Sanxete é o antigo nome do Cabo Raso, tomando a fortaleza o nome do cabo. Defendia vários locais de difícil desembarque. Possuía uma boa cisterna e era artilhado com seis peças, que se encontravam em bom estado no final do século XVIII. A sua guarnição era constituída por 16 elementos. Neste baluarte foi montado um farol no primeiro quartel do século XIX.



Forte do Guincho

A Fortaleza do Guincho foi construída às ordens do Rei D. João IV em 1642. O objectivo deste baluarte era o da vigia para o largo, uma vez que o desembarque na praia do Guincho é quase impossível. Estava equipado com sete peças de artilharia que cruzavam os fogos com a bateria da Galé que lhe ficava a sul. A guarnição compunha-se de cerca de 16 elementos. Conservou as suas abóbodas e a grande cisterna. No século XVIII foi construída uma muralha de protecção que se mantém, apesar de ser constantemente violentada pelo mar.

GUILHERME, Tiago

Histórias do Forte de S. Bruno / Tiago Guilherme [Texto] ; José Carlos Carvalho [foto].

In: Diário de Notícias.-Lisboa.-A. 139, n.º 49061 (22 Jul 2003), p. 24.

Forte de S. Bruno / Caxias / Exposições / Património Histórico / Fortificações / História Local

Cota: RI/17936 CMO

[17936]

Património

Histórias do Forte de S. Bruno

• «Percurso de uma Fortificação» é o nome da exposição que pode ser visitada até dia 27 • O local insere-se no conjunto de obras de defesa marítima de Lisboa

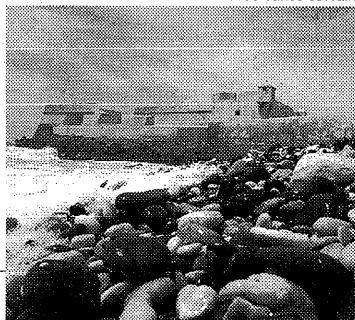
> TIAGO GUILHERME

O Forte de S. Bruno, assim designado devido à proximidade geográfica com o Convento de S. Bruno, em Laveiras, foi edificado sob a direcção de D. António Luís de Menezes, Governador da Praça de Cascais, por ordem do rei D. João IV. Até dia 27, aqui está patente a exposição «Percurso de uma Fortificação». A sua construção, iniciada em 1647 e que se inseria num conjunto de obras de defesa marí-

tima da cidade de Lisboa, teve duas fases: a primeira compreendeu o recinto principal quadrangular e a segunda as obras exteriores de reforço.

A defesa da Barra do Tejo, que se centrava nas fortalezas de Cascais e S. Julião, articulada com os fortes do Bugio, de Santo António do Estoril, Torre de Belém e Torre Velha, foi complementada, sob o impulso da Guerra da Restauração, com pequenos fortes costei-

DN-José Carlos Carvalho



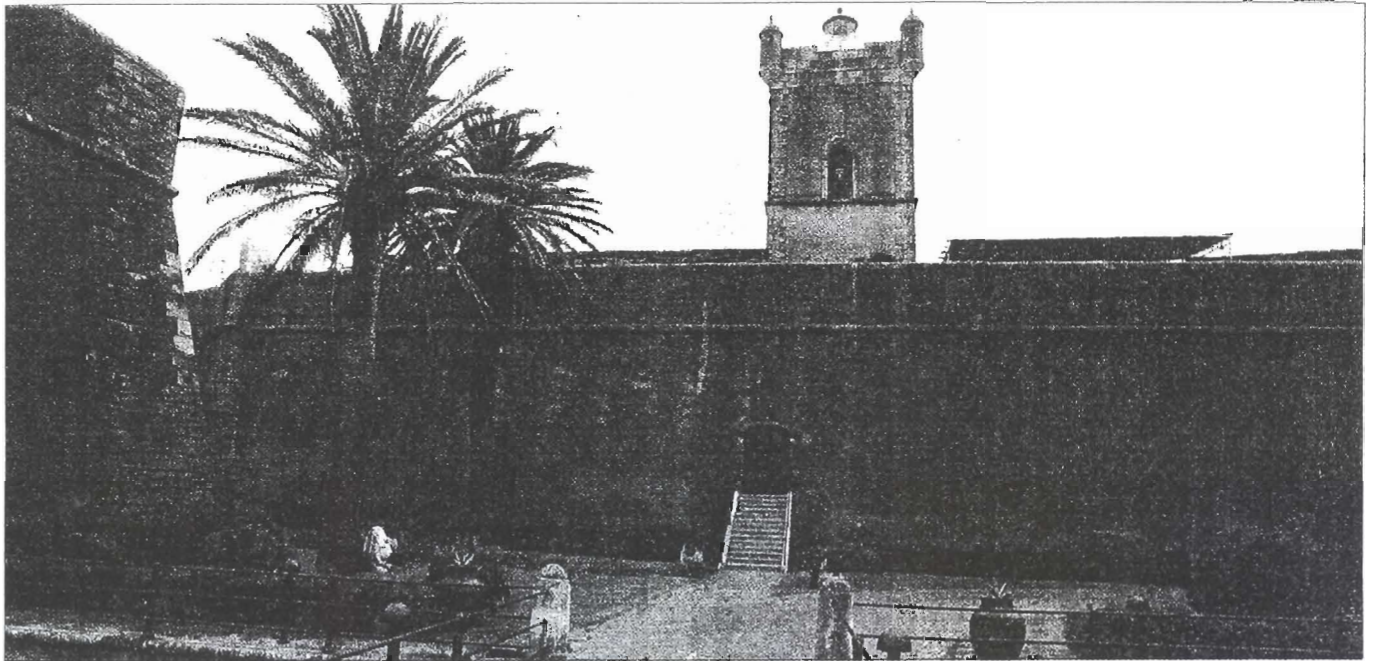
CONSTRUÇÃO. O rei D. João IV deu ordens para a feitura do forte

ros, batendo os locais de desembarque mais favoráveis, desde o Cabo da Roca até à zona mais estreita do estuário.

Este pequeno forte costeiro segue um modelo muito consolidado de arquitectura militar moderna, com base num recinto quadrado, com uma bateria baixa voltada ao mar e bateria alta voltada a terra. O recinto foi complementado por uma cortina de atiradores em forma de hornaveque, protegendo a frente terrestre, rematada por meios baluartes da banda do mar. Em termos estético-artísticos, estas construções seiscentistas caracterizam-se por um traçado de grande rigor, simplicidade, horizontalidade e desornamentação.

A mostra está aberta diariamente das 10 às 17 horas.

NA FORTALEZA DE S. Julião da Barra

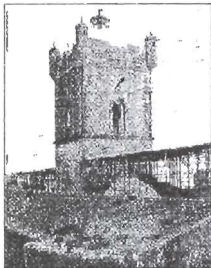


O Círio de N.ª Sra. da Piedade

A recortada mole de S. Julião da Barra, fria, fechada e quase inacessível, tão distante das pessoas, como hoje se apresenta, possuiu outrora vida própria, com o dinamismo característico de qualquer povoação. O seu espaço interior era definido por cerca de meia dúzia de arruamentos, por onde se repartiam as casernas, armazéns e até casas de habitação. No seio das suas altas muralhas existia uma freguesia canónica autónoma. Era uma circunscrição independente do território onde se inseria. Quem o diria, hoje, se não fossem os velhos registos que o documentam?!

A construção da fortaleza de S. Julião da Barra ter-se-á iniciado em 1553 ou 1556, no maciço rochoso da desembocadura do Tejo, onde já existia uma ermida dedicada a S. Gião (daí a designação adoptada para a fortificação). Estrategicamente, veio a ocupar um lugar nuclear na defesa da barra de Lisboa. Era a sua chave.

A sua dimensão e importância determinou a deslocação de centenas de gente de armas, especialmente em tempo de crise. Mas, como era costume, muitos membros desses corpos militares faziam-se acompanhar de suas famílias. Esta circunstância depressa concorreu para que o lugar casamente assumisse as características de uma povoação. Dotada dos indispensáveis equipamentos sociais. E, entre estes, relevante posição ocupava a igreja.



► Torre do farol

O templo, que subsistiu até às críminosas transformações empreendidas em meados do século XX, que descaracterizaram o miolo da praça, era contemporâneo das demoradas obras da fortificação. Em 1581, aquando da visita de Filipe II, já existia. Dispunha de quatro altares, sendo as paredes revestidas de azulejos e o tecto pintado de azul, pontilhado de estrelas brancas.

Uma comunidade dinâmica

A comunidade cristã era numerosa, desenvolvia a específica actividade militar e encontrava-se distante da igreja paroquial de Oeiras. Estas razões terão determinado que, no espaço intra-muros da fortaleza, cedo se viesse a constituir uma freguesia canónica, independente da de Oeiras – a freguesia de N. S.ª da Conceição de S. Julião da Barra.

Desconhecemos qual a data da sua instituição, mas, pelos livros de registo paroquiais, sabemos que já existia em 1588, com sede no templo da fortaleza. E assim se manteve autónoma até à decisão do cardeal patriarca de Lisboa, D. José Sebastião Neto, de 10 de Maio de 1900, de anexá-la à de N. S.ª da Purificação de Oeiras, "enquanto não for ordenado o contrário", como

ainda se encontra.

O orago da fortaleza era S. Julião e o da freguesia N. S.ª da Conceição, que, em "Magesmoza Imagem", ocupava o trono do altar-mor do templo.

Dois irmandades animavam a vida religiosa da freguesia: a de N. S.ª da Conceição, que integrava os soldados do goral, e a de S.ª Bárbara, fundada pelos artilheiros.

Mas não se ficava por aqui a manifestação gregária da religiosidade dos fregueses de S. Julião da Barra. Segundo o inestimável Francisco Ildefonso dos Santos, no seu rico "Memorial Histórico", numa curta e única alusão, existia também o anual "Círio de N. S.ª da Piedade, da Torre de S. Julião".

Mas que círio era este? Qual seria o templo de destino da romagem? Nem na abundante documentação do Arquivo Paroquial de Oeiras encontrávamos qualquer referência a esta festividade. Em Oeiras, conhecíamos os círios do Cabo e da Atalaia, mas não da Piedade.

O círio

Particularmente, nos meses de Junho a Outubro, era tempo de cumprir promessas e de folgar, de descompressão, pelo lazer. Então, numa ligação estreita entre o sagrado e o profano, organizavam-se cortejos processionais, até santuários distantes, onde se veneravam imagens milagrosas de grande devoção.

O culto de N. S.ª da Piedade é antigo. Alençou, contudo, especial projecção nos séculos XVII e XVIII. A sua devoção espalhou-se por toda a parte, de Norte a Sul do País, com maior ou menor fulgor. A imagem da Virgem, sentada, com expressão sofrida, contemplando o Filho morto, deitado sobre o regaço, como é comum a sua representação, concitava a devoção dos fiéis. E os de S. Julião da Barra não foram in-

sensíveis a esta situação de dor. Sem que saibamos porquê nem desde quando, a freguesia de S. Julião da Barra iniciou a romagem à ermida de N. S.ª da Piedade, no sítio da Cova da Piedade, nos arredores de Almada. Os romeiros teriam de atravessar o Tejo, o que já de si constituía uma festa, como o faziam os vizinhos das congéneres do Cabo e da Atalaia. Antes, porém, percorriam as povoações vizinhas, fazendo o peditório, para suporte dos encargos.

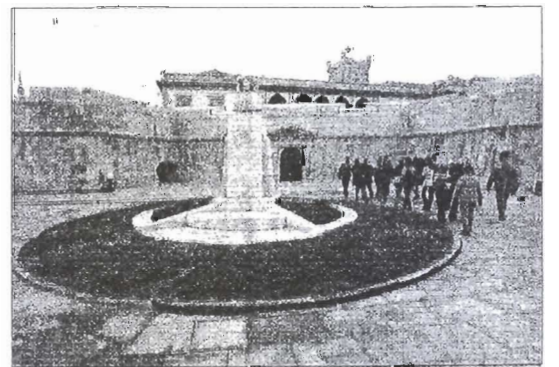
A esta pequena ermida, de muita devoção, acorriam, destacadamente, duas romagens. A de Oeiras deslocava-se no terceiro domingo de Agosto (ANTT, "Memórias Paroquiais", t. III). Para além da procissão, no largo fronteiro, desenvolvia-se a vertente lúdica, com "festas de cavalo, &c se correm touros" (An-

tónio Carvalho da Costa, "Corografia Portuguesa"). O terramoto de 1755 muito danificou esta ermida. A sua reconstrução e ampliação, com o generoso contributo dos romeiros, verificou-se em 1762.

Com o declínio da importância militar de S. Julião da Barra, esta manifestação religiosa terá desaparecido, no século XIX. Em 13 de Outubro de 1869, já nem pároco próprio dispunha. E a decadente freguesia passou a ser tutelada pelo prior de Oeiras.

S. Julião da Barra gozou de uma vitalidade e independência hoje esquecida. E é positivo recordar estes tempos de esplendor para que a memória não se perca.

Jorge Miranda



► Pátio da fortaleza, com o busto da Virgem. Dr. Henrique

CULTURA... E NÃO SÓ!

PATRIMÓNIO EDIFICADO LOCAL.

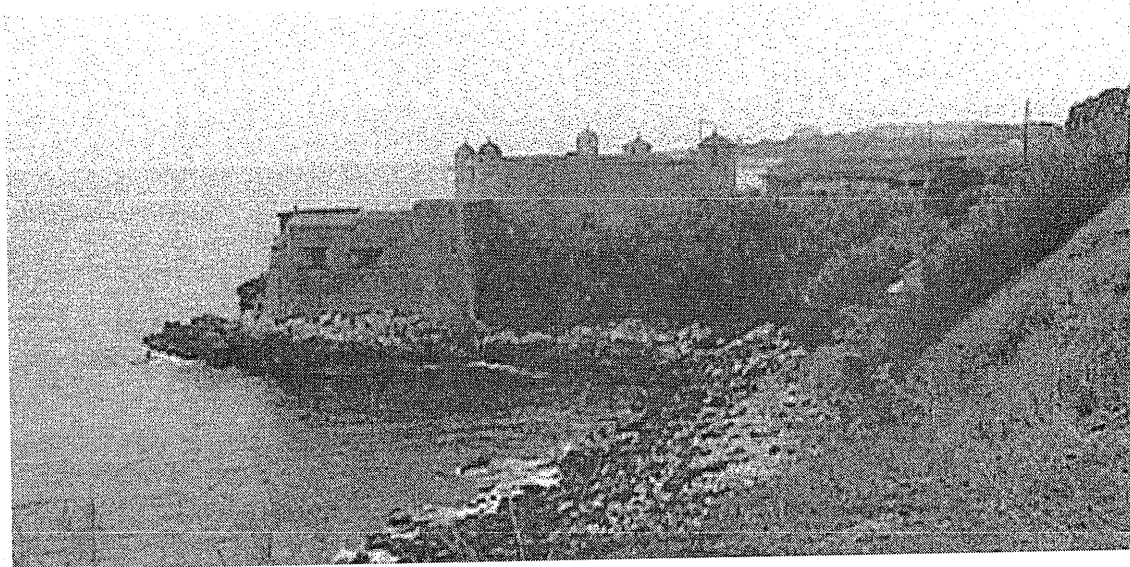
O Forte de S. João das Maias, Avenida Marginal, Santo Amaro de Oeiras

Embora não fazendo parte da freguesia de Paço de Arcos, o Forte de S. João das Maias merece da nossa parte o mesmo direito que os outros que já salientamos. Primeiro pelo nosso interesse em conservar e divulgar estes patrimónios que fazendo parte da nossa história colectiva passam por nós ao ritmo do nosso dia a dia como objectos imóveis do passado, esquecendo os seus momentos áureos, ficando para nós o interesse da sua divulgação.

Como foi dito em artigos anteriores recorri do livro Fortificações Marítimas do Concelho de Oeiras, de Carlos Pereira Calixto, edição da Câmara Municipal de Oeiras. O que se transcreve é da minha responsabilidade, recomendando sempre a leitura do livro, aos mais interessados.



A posição estratégica, onde após a Restauração se construiu o Forte de S. João das Maias no extremo Leste da pequena enseada da praia de Santo Amaro de Oeiras, dominando o canal por onde os barcos de areia do Bugio, obrigatoriamente tinham



Vista lateral do Forte de S. oão das Maias, Lado Este.

Entregue à Fábrica da Pólvora de Barcarena, para servir de depósito e cais de embarque dos produtos deste estabelecimento fabril, em trânsito para os armazéns de Lisboa, Beirolos ou Braço de Prata.

Porém, apesar de passar a estar afecto ao transporte de pólvora, o Forte de N.ª S.ª do Vale não deixou de ser considerado fortificação e como tal, no ano de 1802, dispunha de 6 peças de calibre 24, em bom estado, e estava guarnecido por 7 Soldados Veteranos e 1 Sub-Oficial.

Durante a Guerra Civil, embora guarnecido por 1 Sargento e alguns Soldados Veteranos, o Forte de N.ª S.ª do Vale conservou-se, apesar do real risco do um desembarque liberal, inoperativo por suas 5 peças de artilharia se encontrarem desmontadas. E essas mesmo, por decisão superior, estavam destinadas a serem levadas para a Bateria Nova da Trafaria.

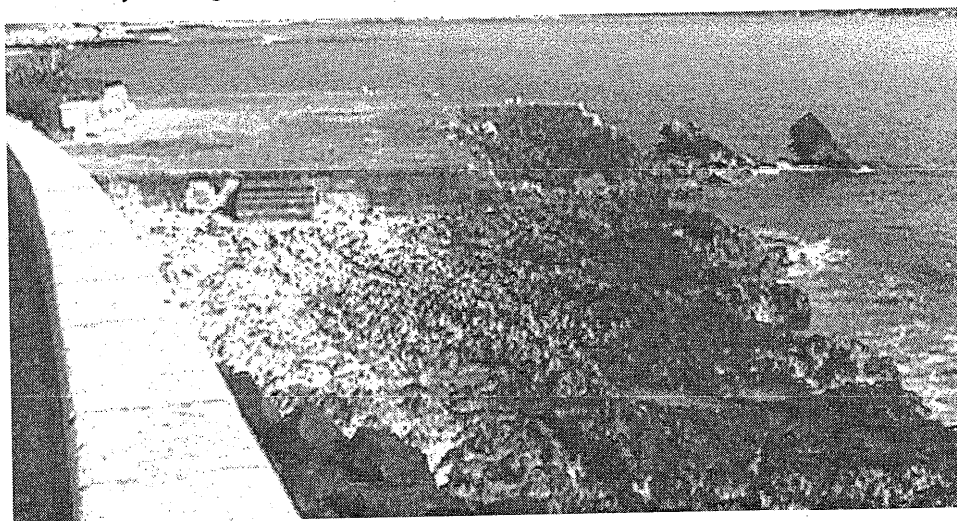
Após a Convenção de Évora-Monte, a 25 de Setembro de 1835, por decisão do Marechal Saldanha, e a pedido do Brigadeiro Pedro Celestino Soares, Director da Fábrica da Pólvora de Barcarena, em virtude dos inconvenientes resultantes de, num mesmo local, simultaneamente, existir uma fortificação e um depósito de pólvora, o antigo Forte de N.ª S.ª do Vale foi entregue a este estabeleci-

mento fabril militar sendo exonerado o Governador José Joaquim Peixoto.

No ano de 1862, com a finalidade de facilitar os embarques e, desembarques de pólvora, foi projectada a construção de uma ponte-cais, melhoramento esse em seguida realizado e que ainda existe, embora de menor comprimento, devido a uma derrocada sucedida no ano de 1981.

Com a finalidade de evitar as duas passagens de nível, então cortando a estrada de Cascais, entre a Gibalta e Paço de Arcos, a de Caxias e a do Lagoal, ao lançar-se o traçado da Estrada Marginal, para não destruir grande parte do casario da povoação, desenhou-se uma variante, junto ao mar, nos terrenos da praia, hoje conhecida pela Curva do Mónaco, o que implicou o sacrifício total do Forte de N.ª S.ª do Vale; foi autorizado por despacho do Subsecretário de Estado da Guerra de 7 de Novembro de 1939.

Derrubadas, no final de 1940, as últimas paredes dos alojamentos, concluído o troço de Caxias da Estrada Marginal, do Forte de N.ª S.ª do Vale só a ponte-cais restava encontrando-se a lápide, com a inscrição atrás referida, assente no lajedo, mas pouco depois desapareceu.



Local do Forte de N.ª S.ª do Vale

CULTURA... E NÃO SÓ!

PATRIMÓNIO EDIFICADO LOCAL. O Forte de N.ª S.ª Do Vale, Avenida Marginal, Caxias

No fim do ano de 1939, precisamente, no dia 29 de Dezembro, ao passar em Caxias, por ocasião das obras de construção da Estrada Marginal, quando por toda a beira-rio ia uma enorme azáfama de demolições e remoções de terras para o lançamento da faixa de rodagem da tão necessária via rápida de Lisboa a Cascais, deparou-se-me o Forte de N.ª S.ª do Vale já parcialmente derrubado. Porém, no canto Oeste da casa forte, na parte voltada ao Tejo, ainda na parede, se encontrava a seguinte inscrição que fielmente copiei:

“O SERENÍSSIMO REI DE PORTUGAL D. JOÃO 4.º DE GLORIOSA MEMÓRIA MANDOU FAZER ESTA FORTALEZA Á ORDEM DO CONDE DE CANTANHEDE D. ANTÓNIO LUÍS DE MENESES SENDO DOS SEUS CONSELHOS DE ESTADO E GUERRA VEDOR DA FAZENDA GOVERNADOR DAS ARMAS DE CASCAIS A CUJO CARGO ESTÃO AS FORTIFICAÇÕES DA BARRA DE LISBOA ANO DE 1653”.

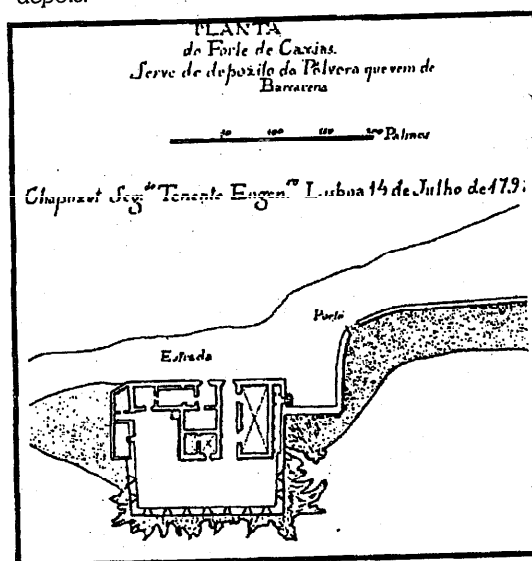
Assim começa Carlos Pereira Calixto no seu livro Fortificações Marítimas do Concelho de Oeiras, editado pela Câmara Municipal de Oeiras, sobre a demolição do Forte de N.ª S.ª do Vale de Caxias, voltamos a sair do património histórico da freguesia de Paço de Arcos, para divulgarmos alguns fortes desaparecidos no Séc. XX.

Pela carta do Conde de Cantanhede, datada de 1 de Novembro de 1649, D. António Luís de Menezes, comunicou a D. João IV ter, no surgidouro de Santa Catarina, mandado fazer duas baterias, uma na ponte de Laveiras (Forte de S. Bruno), que tem 6 peças de artilharia, e outra na Boa Viagem, que tem 4, e entre estas duas baterias fica um posto que chamam Caxias, onde se está fazendo uma trincheira com camisa de pedra e cal e no meio dela



fica a esplanada com 4 canhoeriras para se pôr artilharia, que se lhe porá tanto que se acabar

Assim, tudo indica estar ainda, no ano de 1649, o Forte de N.ª S.ª do Vale em construção e ter sido concluído, como se via na lápide, uns quatro anos depois.



Planta do Forte de N.ª S. do Vale

CASIMIRO, Jaime

Fortificações do litoral oeirense / Jaime Casimiro.

In: Jornal de Oeiras.-Carcavelos.-A.º III, n.º 141 (23 Jan 2007), p. 11.

Património / Fortificações / 2007

Cota: RI/29075 CMO

[29075]



ELUCIDÁRIO DE ALGUMA Oeiras

Por Jaime Casimiro

Fortificações do litoral oeirense

29

Carlos Pereira Callixto, que dedicou a vida à investigação e história das fortificações marítimas, escreveu que "os portugueses, que tantas, e tão poderosas fortificações, tinham construído desde Ceuta até à Costa da Mina, da Guiné a Moçambique e por todo o Oceano Índico, haviam na verdade, descurado a defesa do litoral do velho reino de Portugal" ⁽¹⁾.

De facto, no que se refere à Foz do Tejo e imediações, a defesa de Lisboa e do seu porto fora confiada apenas à chamada Torre Velha, que existia na margem Sul, perto do actual Porto Brandão, à Torre de Cascais, começada a construir em 1488, e à Torre de Belém, erguida cerca do ano de 1515.

A Fortaleza de S. Julião da Barra, ou de S. Gião, cuja construção se iniciou em 1553, segundo o "*Memorial Histórico - Coleção de memórias sobre Oeiras*", "para obstar ao atrevimento dos piratas africanos, que com todo o arrojo acoassavam os navios até mesmo dentro do Tejo", foi a primeira fortificação a surgir no litoral oeirense, sobre uma ponta rochosa, com o objectivo de dominar a entrada e saída de navios do Tejo. É considerada a maior fortificação marítima nacional, e dela dependia militarmente a Torre do Bugio, com a qual cruzaria fogo, para fechar o acesso da barra do Tejo a navios inimigos.

S. Julião da Barra e o Bugio precederam todas as outras fortificações da faixa ribeirinha oeirense, que vieram a ser construídas, na sua maioria, a partir de 1642, sob as ordens do Conde de Cantanhede, que após a Restauração foi encarregado de criar uma Linha Fortificada de Defesa da Barra do Tejo e suas imediações, que permitisse preservar Lisboa e o seu porto de um ataque inimigo e, em primeiro lugar, dos espanhóis com quem a guerra da Restauração se prolongou até 1668.



Com o passar dos anos e a evolução das concepções militares, estas fortificações marítimas foram perdendo importância, deteriorando-se, cedidas a particulares,



que nelas passaram a residir, a terem outras utilizações ou, muito simplesmente, a desaparecer.

Das que ainda existem, só duas mereceram ser classificadas, em 1957, de interesse público: a de S. Julião e a do Bugio. Uma outra, o Forte de S. Bruno, foi cedida à Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos.

Entre as fortificações que já não existem, como a de N^a S^a do Vale, a de N^a S^a da Boa Viagem, a de S. Francisco da Boa Viagem, a de Santa Catarina e a de N^a S^a da Conceição, de todas se sabe a localização.

Quanto ao Forte de S. José de Ribamar, Carlos Pereira Callixto e outros autores acreditaram que ele estivera situado no local, ao lado do Aquário Vasco da Gama, no Dafundo, em que veio a ser erguido, no início do século XIX, o Palácio do Marquês de Castelo Melhor, por sua vez também desaparecido.

Investigações por nós feitas, permitiram-nos esclarecer que o forte, que aí existiu de facto, não era o de S. José, mas sim um outro, ignorado pelos estudiosos, o Forte de Maruja ⁽²⁾.

O Forte de S. José de Ribamar, esse terá estado na realidade, implantado na arriba de Ribamar, em Algés, sobre o qual foi construído o Convento de S. José e agora se encontra o chamado Palacete Foz. E demos a conhecer um quadro, do pintor inglês John Thomas Serres, datado de 1792 e intitulado *Embarcações no Tejo junto da Fortaleza de S. José de Ribamar*, de que aqui reproduzimos a parte mais significativa.

Apesar das alterações que se devem ao 2^o Conde de Cabral que, em 1872, comprou a propriedade, onde se situavam o Convento de S. José e os restos arruinados do Forte, que foram substituídos por um paredão que passou a revestir a arriba em que o Forte irrompia, uma fotografia recente do local, que também reproduzimos, dá-nos sem dúvida, a impressão de tratar-se do mesmo local.

⁽¹⁾ *Fortificações marítimas do Concelho de Oeiras*, 1^a edição, editada pela C.M.O, em 1986.

⁽²⁾ *Um forte mal identificado - o Forte da Maruja, e Qual a exacta localização do Forte de S. José de Ribamar?*, in A VOZ DE PAÇO DE ARCOS, n^{os} 145-146, de Abril e Maio de 2005 e n^o 153, de Novembro de 2005.

CASIMIRO, Jaime

Fortes que também foram prisões / Jaime Casimiro.

In: Jornal de Oeiras.-Carcavelos.-A.º VI, n.º 242, (10 Mar 2009), p. 13.

Fortificações / Fortificações Marítimas / Concelho de Oeiras / 2009

Cota: RI/40474 CMO

[40474]



ELUCIDÁRIO DE ALGUMA OEIRAS

Por Jaime Casimiro

Fortes que também foram prisões

Vimos escrito, em tom de graça, que o forte do nosso concelho de Oeiras são os Fortes...

Sobre alguns desses fortes já aqui falamos mesmo daquela fortificação que há cerca de cinco mil anos foi erguida na área em que agora está Leceia, para proteger uma comunidade agrícola e pastoril por ali existente.

Muitos séculos passaram sobre tão remota época e, em 9 de Janeiro de 1553, dia consagrado ao lendário mártir S. Julião, terá tido início a construção da que é considerada a maior fortificação marítima nacional, e de S. Julião da Barra.

Depois, à volta do ano de 1600, apareceram os fortes da Nossa Senhora da Conceição de Pedrouços, em Algés e o até há pouco tempo desconhecido forte da Maruja, no Dafundo. Logo após o desastre de Alcácer Quibir, em 1580, foi construído à pressa e em madeira, mais tarde em pedra, o Forte de S. Lourenço da Cabeça Seca, de forma circular, cuja torre veio a ser instalado um farol e hoje é chamado do Bugio.

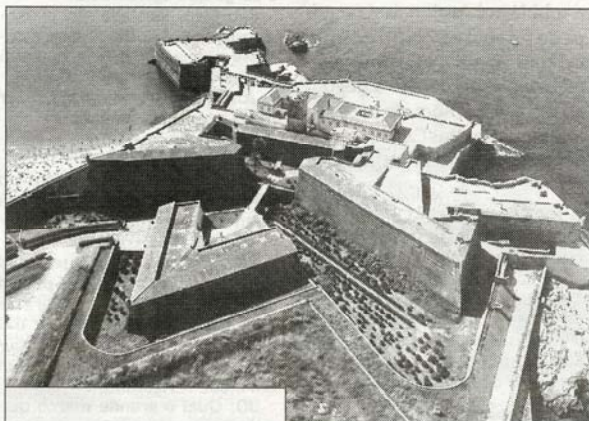
A partir de 1642, surgiram uma dúzia de outras fortificações costeiras, desde a ribeira do Jamor até à da Lage, boa metade das quais já não existem. Delas, umas tantas foram sendo desactivadas militarmente no século XVIII.

Mas em pleno século de Novecentos, vários Redutos e Baterias foram criados para integrar a Linha Fortificada da Defesa da Barra do Tejo no litoral oeirense. As mais recentes foram as Baterias das Fontainhas, do Arieiro do Carrascal, esta no interior, entre Linda-a-Velha e Carnaxide, com excelente perspectiva sobre a Barra do Tejo e que explodiram em 26 de Novembro de 1967, por ocasião de um grande temporal.

De todas estas fortificações militares os canhões foram desaparecendo ao longo do tempo, tornando-as pacíficas. Ado Bugio, a de S. Julião e a de S. Bruno estão agora oficialmente consideradas de interesse público. A de S. Bruno, a maior dentre as fortificações mais pequenas, foi restaurada em 2001 pelo município, cedida à Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos e nela se têm realizado actividades culturais.

Presídios

Antes de significar prisões, a palavra presidio aplicava-se a uma praça de guerra guarnecida por uma força militar. Em latim, a expressão "praesidium", de que proveio, comecem por quer dizer protecção, defesa e, em linguagem militar, es-



colta. Mais tarde, ganhou a acepção de penitenciária, prisão. Por todo o mundo muitas fortificações tiveram o triste destino de cárceres, militares e políticos.

S. Julião da Barra logo em 1580 terá servido de masmorra a portugueses que não aceitaram o suborno pelo ouro filipino. Uma tradição pretende que muitos foram então os atirados ao Tejo através da chamada gruta da Torre e membros truncados dos seus cadáveres apareciam nas redes de pesca, espalhando-se entre o povo a crença que aquelas águas estavam excomungadas. As autoridades castelhanas teriam até recorrido ao arcebispo de Lisboa para ali exorcizar, com rigoroso ritual, as águas do rio e conseguir que o peixe a elas regressasse.

No tempo de Pombal, S. Julião continuou a sua sina de prisão e lá aguardaram os padres jesuítas a sua expulsão para o exílio.

De 1828 a 1833 muito sofreram os seus cárceres os presos liberais vítimas do regime miguelista¹⁾. Antes, em 1817, esteve preso o foi enforcado em S. Julião da Barra, o General Gomes Freire de Andrade, considerado o primeiro grande mártir do liberalismo português.

Recordamos ter ido em 1931, ainda crianças, mas já durante a ditadura de Salazar, visitar duas pessoas da família, ambos militares, presos políticos em S. Julião da Barra. E nós próprios fomos "hóspedes" em Dezembro de 1953, do Reduto Norte do Forte de Caxias, prisão política entregue aos cuidados da PIDE.

A Fortaleza do Bugio foi utilizada

também como prisão, não só durante o miguelismo e encontrámos, num documento datado de 14 de Março de 1777, existente no Arquivo Militar, uma referência ao Forte de S. José de Ribamar, em Algés, (já desaparecido) "sem guarnição alguma e habita nele um desembargador, que era encarregado dos presos que nele existiam". Admitimos que lá tenha estado preso, às ordens do Marquês de Pombal, o Bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação, entre 1772 e 1777, ano em que o rei D. José, antes de morrer assinou uma ordem para libertação de presos.

Esta nossa hipótese colide com a versão mais corrente de que o Bispo foi "encarcerado no forte de Pedrouços" o que levou a supor-se que teria sido no Forte de Nossa Senhora da Conceição de Pedrouços. Mas nesse tempo considerava-se que a área de Pedrouços se estendia até S. José de Ribamar. Outra versão refere que o Bispo esteve preso no Forte da Junqueira, por onde passaram muitos perseguidos pelo marquês de Pombal, entre os quais o marquês de Alorna. D. Miguel da Anunciação, era uma figura destacada da chamada corrente jacobina, que se opunha à visão regalista do poder, da supremacia das prerrogativas do Estado, identificado com o monarca do regime do absolutismo real, sem sujeição a outros quaisquer poderes que não fossem os mandamentos divinos. Numa pastoral, o Bispo condenava as obras de Rousseau e Voltaire e dos intelectuais iluministas, o que se afigurou um grave desafio ao dirigismo de Pombal.

¹⁾ João Baptista da Silva Lopes - história do cativo dos presos do estado na Torre de S. Julião da Barra de Lisboa durante a desastrosa época da usurpação do legítimo governo constitucional deste reino de Portugal, 1833, reeditado em 1983 pelas publicações Europa - América.

Gonçalves, Alexandre

O maior conjunto de fortificações marítimas do mundo : Património e inovação / AG.

In: Jornal de Oeiras.-Carcavelos.-A.º VI, n.º 254 (02 Jun 2009), p. 5.

Património Arquitectónico / Fortificações Marítimas / Desenvolvimento Municipal / Concelho de Oeiras / 2009

Cota: RI/41224 CMO

[41224]



Património e inovação

O maior conjunto de fortificações marítimas do mundo



Uma das actuais riquezas do Concelho de Oeiras é o seu património edificado, mas a o actual estado de recuperação desse património não seria possível sem o desenvolvimento da sua economia.

Ao longo dos séculos as características do território de Oeiras suscitaram não só o interesse de nobres e famílias abastadas para aqui se fixarem como também a defesa da Capital do Reino exigiu que se dotasse a costa de defesas marítimas, o "Campo Entrincheirado de Lisboa", que se estendia por toda a costa marítima a partir de Belém.

O conjunto de defesas marítimas que começou com o Forte de São Julião da Barra, depois o Forte do Bugio, no tempo da Restauração as defesas das enseadas e praias; já depois de Pombal com o forte de Nossa Senhora das Mercês ou Catalazete, a construção de baterias e adaptações de alguns fortes às novas tecnologias militares, viria a perder alguns exemplares com a construção da Linha Férrea e da Estrada Marginal, sobretudo da zona da designada Curva do Mónaco, até Algés.

Mas segundo Joaquim Boiça, este conjunto de fortés e baterias que se es-

tende de Oeiras a Cascais constitui o maior conjunto de exemplares de construções de arquitectura militar do mundo, estando no território de Oeiras as mais significativas, com projectos de grandes nomes da arquitectura militar, nacionais e internacionais.

Deixando a orla marítima são muitos os exemplares que Oeiras possui de arquitectura, com destaque para o Palácio dos Marqueses de Pombal, mas com

muitos outros exemplos, como em Algés o Palácio Anjos e o Palácio Ribamar, ou em Linda-a-Velha o Palácio dos Aciprestes, há uma extensa lista de igrejas e capelas de grande importância por todo o concelho, e muitos exemplares de casas de veraneio ou residências, algumas de antigas quintas de recreio.

Espaços verdes

Hoje já é possível falar

de Oeiras como um "concelho verde" face à área que está disponível para utilização pública, praticamente todas as freguesias do Concelho possuem espaços verdes de grandes dimensões e outros espaços estão projectados.

Podemos destacar pela sua dimensão o Parque dos Poetas o Jardim Municipal de Oeiras ou Parque Urbano de Miraflores.

As freguesias

O Concelho deve muito também ao trabalho desenvolvido nas freguesias, às quais a Câmara tem disponibilizado verbas e competências, para na sua qualidade de órgãos democráticos mais próximos das populações, resolverem os seus problemas imediatos, nas mais diversas áreas.

A economia

Todo o desenvolvimento do Concelho tem como suporte a instalação de empresas criando um verdadeiro pólo de investigação e tecnologia que hoje todos os munícipes conhecem, mas considera-se que há ainda reservas económicas que o futuro pode aproveitar continuando a apostar na inovação, por exemplo, no Turismo, que será possível explorar com base na oferta de áreas de lazer e na riqueza do património.



AG